



Rede Social Matosinhos

1

Diagnóstico Social do Concelho de **Matosinhos**

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Ana Cardoso

ÍNDICE

I. Introdução.....	5
Parte 1 Enquadramento geral	7
II. Breve enquadramento conceptual.....	8
III. Metodologia	11
Parte 2 Dinâmicas Sociodemográficas	15
IV. Situação demográfica	17
1. Evolução da população residente no concelho	17
2. Quebra de nascimentos	20
3. Movimentos migratórios.....	22
4. Longevidade e envelhecimento	25
5. Estruturas familiares em mudança.....	31
6. Retardamento do casamento e novas formas de conjugalidade.....	32
7. A monoparentalidade.....	33
8. Menos crianças e famílias tendencialmente mais pequenas.....	34
9. Mais pessoas a viver sós.....	35
10. Assimetrias territoriais	36
Parte 3 Direitos e Cidadania	39
V. Educação	40
11. A escolarização da população do concelho.....	41
12. A expansão da educação pré-escolar	47
13. Sucesso e equidade no ensino básico e secundário.....	49
14. A educação e formação de adultos	60
15. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força	64
VI. Emprego	65
16. Uma perspetiva evolutiva do emprego no concelho	66
17. Caracterização da mão-de-obra	71
18. Rendimentos e Desigualdades Salariais	73
19. Precariedade do trabalho.....	76
20. O desemprego no concelho	77
21. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força	90
VII. Proteção social.....	91
22. Pensões e pensionistas.....	92
23. Apoio a crianças e jovens	93
24. Apoio no desemprego	95

25.	Rendimento Social de Inserção	96
26.	Outros apoios	98
27.	Rede de equipamentos e serviços.....	100
28.	Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força	103
29.	Rendimentos e poder de compra.....	104
30.	Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força	107
VIII.	Habitação	108
31.	Alojamento e condições de habitabilidade e conforto	109
32.	A tendência para a casa própria	112
33.	O mercado de arrendamento.....	113
34.	Habitação social.....	115
35.	Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força	118
IX.	Saúde	119
36.	Como se nasce.....	120
37.	Como se morre	121
38.	Morbilidade	123
39.	Morbilidade hospitalar	124
40.	Acesso aos serviços	124
41.	Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força	127
X.	Integridade e segurança	128
42.	Violência em contexto familiar.....	130
	Violência contra pessoas idosas	133
	Violência contra as crianças.....	134
43.	Violência no namoro	138
44.	(In)Segurança urbana	139
45.	Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força	140
Parte 4 As Pessoas.....		141
46.	Na infância.....	142
	Uma infância cidadã.....	142
	Crianças e pobreza – uma negação dos direitos	143
	As políticas sociais e o superior interesse das crianças	148
	As crianças na estrutura demográfica e familiar de Matosinhos	149
	As competências parentais	152
	Crianças em contexto institucional	155

47.	Na juventude	161
	Incertezas nas etapas de transição para a vida adulta	161
	Inserção pelo consumo	165
	Bullying	166
	Intervenção municipal	167
48.	Na idade maior	169
	Pessoas idosas residentes em Matosinhos – alguns elementos de caracterização...	169
	Pessoa idosa: com que idade?.....	173
	Que preocupações?	175
	Que perspetivas?	178
49.	Pessoas com deficiências e incapacidades.....	182
XI.	Referências Bibliográficas	189
50.	Websites de referência.....	198

I. Introdução

Definindo-se como o “conjunto das diferentes formas de entreatajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulem entre si e com o Governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social” (Diário da República de 18-11-97), a Rede Social é um fórum onde se tomam decisões estratégicas no sentido da concretização daqueles objetivos. Cada vez mais se reconhece que qualquer tomada de decisão deve ser apoiada por um conhecimento sólido e abrangente da realidade. No caso da Rede Social a produção de conhecimento consubstancia-se no Diagnóstico Social do concelho sendo esta a primeira fase de um processo de intervenção social planeado que dará corpo ao Plano de Desenvolvimento Social.

Tendo em conta os objetivos da Rede Social considera-se fundamental que o Diagnóstico Social do concelho se centre na coesão social.

Entendida enquanto processo, a coesão social é resultado de um complexo conjunto de dimensões de bem-estar e das relações que essas dimensões estabelecem entre si.

Enquanto processo, a coesão social está em permanente construção pelo que se torna fundamental que não seja considerada apenas como um ideal mas como um objetivo efetivo que deve ser parte integrante de decisões políticas, nas mais diversas áreas.

A coesão social é fundamental para o respeito dos direitos humanos e condição de uma sociedade inclusiva. Tal exige uma afirmação constante do interesse público e do bem-estar comum através de métodos de participação e de consulta; uma estratégia de partilha de responsabilidades; uma formalização do processo de aprendizagem que lhe está inerente (Council of Europe, 2005). Nesta perspetiva, a Rede Social, e os seus instrumentos de diagnóstico e planeamento, podem ser fundamentais para um aprofundamento do conhecimento da coesão social a nível concelhio assumindo-se como elementos da sua própria construção na medida em que promovem uma reflexão e aprendizagem coletiva.

O Diagnóstico Social de Matosinhos 2015 é elaborado seguindo estas linhas de orientação. A responsabilidade da sua redação é do Centro de Estudo para a Intervenção Social, na sequência do estabelecimento de um contrato com a Câmara Municipal de Matosinhos após concurso público.

O documento que dá corpo ao Diagnóstico Social de Matosinhos 2015 é composto por quatro partes. Uma primeira de enquadramento metodológico; uma segunda parte que caracteriza, em termos demográficos, o concelho de Matosinhos ressaltando as principais dinâmicas da população, nos últimos anos. Esta parte do trabalho assenta, essencialmente, na análise de informação estatística dos recenseamentos da população e das estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística. A terceira parte do documento destina-se a uma compreensão da realidade social do Concelho à luz de um conjunto de direitos. Finalmente, a quarta e última parte fala dos grupos considerados socialmente mais vulneráveis. Para a elaboração destas duas últimas componentes do Diagnóstico recorreu-se a um conjunto muito diversificado de informação mas pretendeu-se salientar, sobretudo, a palavra dita por todas as pessoas que, de um modo extraordinariamente ativo, participaram nos diferentes grupos de discussão num autêntico exercício de cidadania. A todos os intervenientes, mulheres e homens que residem e trabalham no concelho, fica um agradecimento especial.

Parte 1 |

**Enquadramento
geral**

II. Breve enquadramento conceptual

A coesão social não é algo que seja garantido de forma imediata e automática pelas sociedades modernas. A presença de diferentes expressões de exclusão social, a persistência de pobreza e de desigualdades no acesso aos recursos existentes, como é o caso do emprego, revelam que a coesão social é um processo em construção que carece ainda de aprofundamento.

Num contexto de grandes transformações e de crise financeira as questões associadas à construção da coesão social adquirem uma importância maior já que pode ficar em causa o equilíbrio entre as necessidades pessoais (de desenvolvimento pessoal e de sentimento de pertença) e uma distribuição justa dos recursos existentes (económicos e outros).

Os direitos humanos, enunciados e consignados em vários documentos legislativos, nacionais e/ou europeus, têm sido um mecanismo importante na construção *on going* da coesão social, sendo que os principais elementos constitutivos dos direitos são: liberdade, igualdade e solidariedade.

Liberdade, na perspetiva de uma autonomia pessoal, é exercida nos limites estabelecidos pela autonomia dos outros. Apesar de baseada no indivíduo, a liberdade é, na prática, um conceito relacional: não posso ser livre se as outras pessoas o não são. Ora, esta ideia de liberdade implica igualdade no acesso aos recursos materiais, sociais e culturais o que, por sua vez, remete para a noção de solidariedade a qual estabelece a ponte entre a dimensão individual dos direitos e a sua dimensão coletiva. Ou seja, a ideia de que se é livre entre iguais reforça sentimentos de pertença, ajuda a criar riqueza e facilita o acesso a uma mais justa distribuição dos recursos.

A Estratégia Europeia para a Coesão Social, aprovada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, em março de 2004 define coesão social como a capacidade das sociedades para assegurar o bem-estar de todos os seus membros, minimizando disparidades e evitando polarizações.

Na perspetiva da construção de uma maior coesão social o primeiro passo será, certamente, o de perceber qual o estado de situação da qualidade de vida dos indivíduos que se pode definir, de acordo com as perspetivas desenvolvidas pela Fundação para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, em torno das seguintes dimensões:

- Igualdade no acesso a direitos; sem igualdade de acesso o próprio sistema legal, como um todo, perde legitimidade;
- Dignidade, reconhecimento e respeito pelos seres humanos, sua autonomia e formas de expressão, questões sem as quais as sociedades deixam de ser pluralistas e abertas;
- Autonomia pessoal e familiar, o que significa condições para que cada indivíduo possa conduzir a sua vida e fazer as suas escolhas de modo a alcançar a sua realização pessoal;
- Participação e envolvimento da população produzindo influência coletiva nas escolhas políticas que são feitas.

Estes quatro elementos refletem as condições que estão na base de uma qualidade de vida, geram um sentimento de pertença e remetem, uma vez mais, para o exercício dos direitos e da cidadania (cfr. Conselho da Europa, 2004: 49).

Os direitos de cidadania têm estado associados ao próprio desenvolvimento das sociedades e suas necessidades. Aos direitos civis, políticos, económicos e sociais acrescem hoje, de um modo cada vez mais explícito, os direitos culturais e ambientais. Por outro lado, a noção de cidadania associada a direitos sustenta a ideia de justiça social enquanto elemento constitutivo das democracias e apoia a luta contra a pobreza, a exclusão social e as desigualdades.

9

Em termos gerais, os sistemas legais que conferem direitos, nas sociedades ocidentais, apontam para a universalidade desses direitos e para a igualdade do seu acesso, para a sua natureza indivisível e para a responsabilidade das instituições públicas, no que diz respeito à sua implementação.

Daqui decorre que uma análise da coesão social seja feita em torno das áreas da vida que mais sujeitas estão a uma regulamentação e que se prefiguram como direitos; que se considerem os grupos genericamente reconhecidos como vulneráveis no que diz respeito a um acesso efetivo a tais direitos.

As mudanças estruturais que ocorreram na última década, muito especialmente no que diz respeito à perda de emprego, ao aumento da insegurança no trabalho e das desigualdades, em geral, colocaram em questão algumas das dimensões do bem-estar e, muito concretamente, colocaram em questão alguns dos direitos consignados. Neste contexto, e tal como já se referiu, o Estado, na sua vertente nacional e local, deve assumir-se como garante dos direitos humanos e reforçar as suas funções no domínio da coesão social à luz das exigências que os novos problemas colocam. Uma destas funções passará por incentivar os cidadãos e cidadãs a envolverem-se e a pronunciarem-se sobre

que sociedade querem ter. Foi essa a dinâmica gerada com a elaboração do Diagnóstico Social de Matosinhos

Sendo a cidadania uma responsabilidade coletiva onde o papel de cada ator (pessoas e instituições) se define através do desenvolvimento de relações interpessoais e interinstitucionais, a coesão social torna-se uma conquista resultado da construção de um entendimento comum e as políticas resultam da expressão de conflitos entre os poderes públicos, os mercados e a sociedade e pressupõem, sempre, escolhas que têm por base interesses e a existência de recursos.

Pôr em comum diferentes perspetivas e olhares que refletem também interesses distintos, tal como se fez na elaboração do Diagnóstico Social de Matosinhos, é pôr o processo de coesão social em ação. Esta é uma dinâmica que, de acordo com o guia metodológico *Concerted development of social cohesion indicators* (Conselho da Europa, 2005: 87) promove:

- a democracia e os seus métodos de consulta;
- partilha de responsabilidades por oposição ao conflito de interesses;
- formaliza o processo de aprendizagem do que é a coesão social.

III. Metodologia

Para a elaboração do Diagnóstico Social de Matosinhos 2015 foi utilizada uma metodologia de trabalho que permitiu a recolha de elementos de natureza quantitativa e qualitativa.

Em primeiro lugar foi realizada uma pesquisa e análise documental sobre o concelho e a realidade nacional. Vária bibliografia foi recolhida e estudos já realizados sobre a realidade local foram utilizados. Por outro lado, foi levada a cabo uma recolha de informação estatística em função de uma lista de indicadores, construída pelo CESIS mas discutida e validada pelas entidades parceiras locais. Esta lista de indicadores foi organizada em função das seguintes áreas: demografia; famílias; educação; emprego; habitação; saúde; proteção social; situações de risco; imigração. Para além da consulta e recolha de informação junto das fontes estatísticas oficiais foram feitos pedidos específicos junto de um conjunto alargado de entidades locais e de âmbito nacional.

Na recolha e análise desta informação, procurou-se introduzir uma perspetiva temporal, ou seja, houve a preocupação de tentar compreender o presente a partir das dinâmicas anteriormente criadas, pelo que os dados recolhidos, sempre que possível, permitem uma comparação na última década.

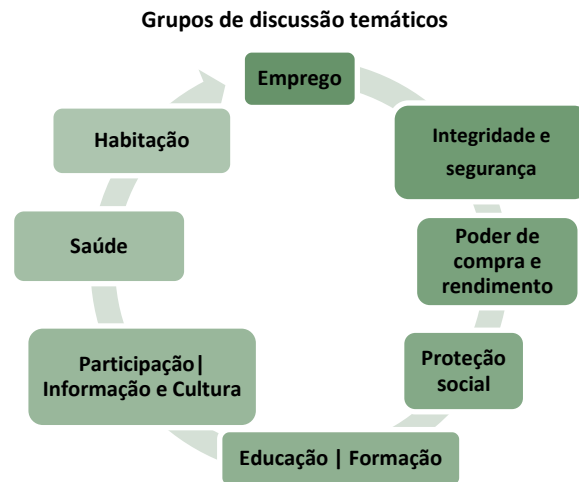
Ainda que escassos, mas sempre que possível, os dados descem ao nível da freguesia. Para uma melhor contextualização da realidade do concelho de Matosinhos procurou-se fazer uma análise comparada com o país e com a área mais vasta em que o Concelho se insere, isto é, a região do Grande Porto.

O maior ou menor número de fontes de informação a que foi possível recorrer, o maior ou menor número de dados disponíveis, conduziu a diferentes graus de aprofundamento dos temas identificados.

Porque se pretendeu um diagnóstico participado, dinamizado por um processo de escuta de diferentes pessoas e entidades, com o objetivo de compreender as perspetivas distintas sobre a mesma, foram realizados vários grupos de discussão cujos trabalhos se orientaram por guiões previamente concebidos.

Estes grupos de discussão foram organizados em torno de várias áreas da vida das pessoas, de acordo com a perspetiva do guia metodológico do Conselho da Europa e tiveram dois grandes objetivos: identificar problemas e constrangimentos; estabelecer prioridades de intervenção e equacionar pistas de ação futura. A elaboração do

diagnóstico foi, pois, dando origem à definição das linhas prioritárias de intervenção que consubstanciam o Plano Desenvolvimento Social.



Assim, foram realizados os seguintes grupos de discussão:

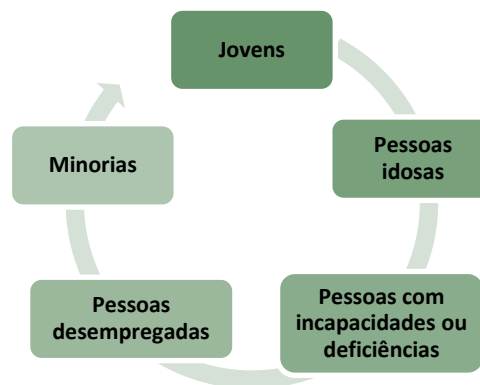
- Educação/ Formação (17 de junho 2015 e 29 de fevereiro 2016);
- Saúde (9 de julho 2015);
- Proteção Social (duas sessões em 16 de julho 2015 e uma em 24 de fevereiro 2016).
- Emprego (10 de setembro 2015 e 29 de fevereiro 2016)
- Rendimentos e poder de compra (17 de setembro 2015)
- Habitação (23 de setembro de 2015)
- Participação / Informação e Cultura (12 de outubro de 2015)
- Integridade e segurança (5 de fevereiro 2016 e 16 de fevereiro 2016)

Estes grupos de discussão temáticos abrangeram um total de 180 pessoas e 70 entidades.

Importa referir a diversidade das entidades envolvidas. Com efeito, para além das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal nos seus diversos departamentos participaram entidades públicas e privadas e organizações da rede solidária: Unidade Local de Saúde; agrupamentos de escolas do concelho; associações de pais; Instituto de Segurança Social; Instituto de Emprego e Formação Profissional; MatosinhosHabit; MatosinhoSport; Polícia de Segurança Pública; Guarda Nacional Republicana; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; escolas de formação profissional; empresas; associações recreativas e desportivas; IPSS do concelho que trabalham nas diversas áreas; associações de pessoas com deficiência; conselho municipal da juventude.

Pretendeu-se que o diagnóstico não fosse construído apenas em torno de visões institucionais dos problemas e dinâmicas locais. Assim, as próprias pessoas residentes no concelho foram chamadas a participar, organizando-se grupos de discussão em torno daquilo que podem ser considerados os grupos sujeitos a maiores vulnerabilidades sociais.

Grupos de discussão em função dos grupos de população mais vulneráveis



Sobre os grupos realizados:

- Pessoas idosas que contou com 28 participantes (12 de outubro 2015 e 29 de fevereiro 2016);
- Crianças e Jovens (10 de setembro 2015 e 23 de fevereiro 2016), com a presença de 40 pessoas;
- Pessoas com incapacidades e deficiências (10 de setembro 2015 e 16 de fevereiro 2016), onde estiveram presentes 31 pessoas;
- Pessoas ciganas (23 de setembro) - 6 pessoas;
- Pessoas desempregadas (29 de novembro 2015 e 5 de fevereiro 2016), num total de 17 pessoas.

A estas sessões de trabalho acrescem duas reuniões com o executivo.

Criando-se uma dinâmica de participação progressivamente alargada, também as Comissões Sociais de Freguesia realizaram os seus grupos de discussão refletindo sobre o tema que mais se relaciona com a intervenção em curso no seu território e identificando prioridades para a ação futura.

Estes diferentes grupos, onde a discussão foi orientada por questões previamente definidas, permitiram, em termos gerais:

- Identificar problemas em várias áreas da vida, com especial atenção a problemas emergentes;
- Procurar as causas para os problemas identificados;
- Refletir sobre a concretização local dos direitos fundamentais;
- Perspetivar evoluções para o futuro;
- Identificar e caracterizar respostas e recursos;
- Identificar potencialidades e oportunidades;
- Estabelecer prioridades;
- Definir linhas de intervenção.

Em todas as reflexões se procurou introduzir uma perspetiva de género, dando-se conta das diferentes vivências de homens e de mulheres e de como tal afeta, ou não, o exercício dos direitos de cidadania por parte de uns e de outras.

Todas estas sessões de trabalho foram gravadas, com a permissão das e dos participantes, tendo o seu conteúdo sido transcrito para uma maior capacidade de análise.

Parte 2 | Dinâmicas Sociodemográficas

IV. Situação demográfica

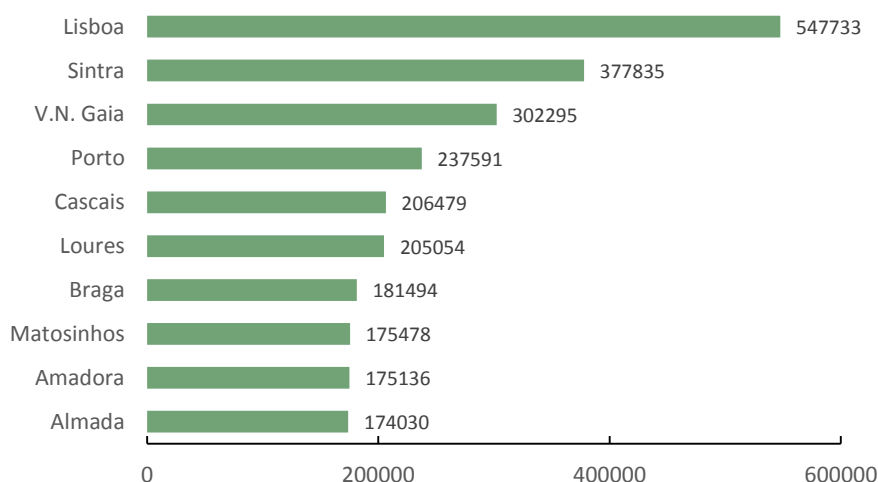
1. Evolução da população residente no concelho

Matosinhos era, no início do século, um concelho com cerca de 167 mil habitantes. Os dados da evolução da população residente, nos últimos quinze anos, revelam um crescimento populacional durante a primeira década e particularmente acentuado entre 2010 e 2011. Nesse último ano residiam no concelho mais 8 227 pessoas (+4,9%) do que em 2001.

Esta evolução positiva é semelhante à verificada na última década do século passado (entre 1991 e 1995 foi de 5.6% descendo para 4.3% entre 1995 e 2001)¹ ficando para trás o ritmo de crescimento populacional da década de 80 que foi superior aos 10%.

Apesar desse desaceleramento do crescimento populacional do concelho, os dados do Recenseamento de 2011 revelam que Matosinhos é um dos dez municípios mais populosos do país.

Os 10 municípios com mais população residente | 2001 e 2011 (N)

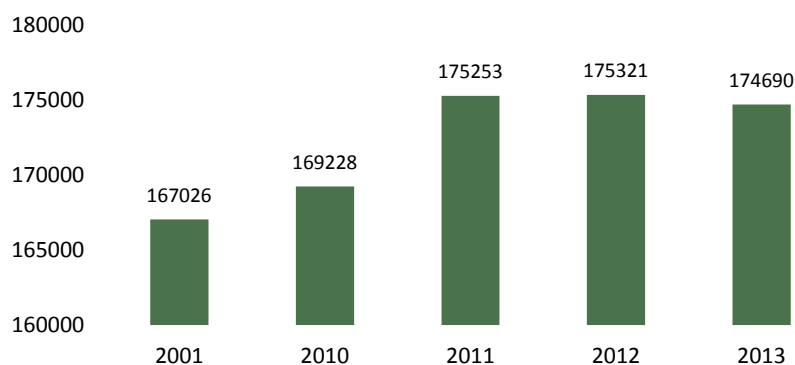


Fonte: INE - Gabinete dos Censos (2012) [*Caracterização da população e das famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011.*](#)

¹ CESIS (2005) [*Diagnóstico Social do Concelho 2005*](#), Rede Social de Matosinhos / Câmara Municipal de Matosinhos.

Após um período de uma certa estabilização, no crescimento populacional, em 2013 anuncia-se uma perda de população residente, como se pode verificar no gráfico seguinte.

População Residente no Concelho de Matosinhos | 2001-2013

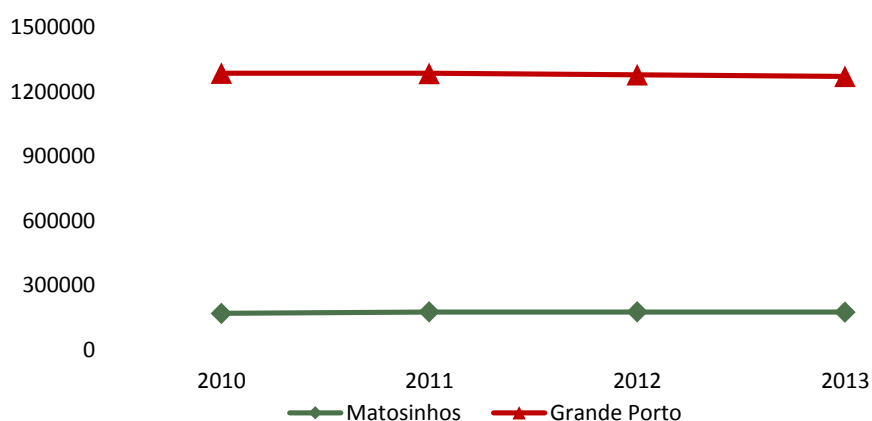


Fontes: INE, Recenseamento Geral da População 2001. INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Este decréscimo populacional registado em Matosinhos, entre 2012 e 2013, pode ser o início de uma tendência já verificada no Grande Porto, pelo menos desde 2010. Com efeito, entre 2010 e 2013 a região perdeu 14 612 habitantes.

18

População Residente no Concelho de Matosinhos e no Grande Porto | 2010-2013



Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Estas tendências, verificadas tanto no concelho, como na região, estão de acordo com a evolução da população residente em Portugal, nos últimos anos. Segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística verifica-se um decréscimo populacional

no país desde 2010. “Em 2013 a população residente em Portugal foi estimada em 10 427 301 pessoas – das quais 4 958 020 eram homens e 5 469 281 eram mulheres – valor que representa uma diminuição da população residente de 59 988 habitantes face ao ano anterior, traduzindo uma taxa de crescimento efetivo de -0,57%, mantendo-se assim a tendência de decréscimo populacional já verificada desde 2010.”²

Aliás, de acordo com as projeções realizadas, a população portuguesa tenderá a diminuir até 2060. Um estudo de cenários prospetivos, realizado pelo INE, em todos os cenários considerados se verifica um tal decréscimo populacional.³ Considerando o cenário central “Portugal perderá população até 2060, passando dos atuais 10,5 para 8,6 milhões de residentes”.⁴ Ainda de acordo com o mesmo cenário, a região norte passará de 3 666 234 habitante, em 2012, para 2 788 256 residentes, em 2060, ou seja, menos 877 978 pessoas.

A evolução da população residente está intimamente relacionada não só com os movimentos migratórios, de entradas e saídas de população, como com os comportamentos ao nível da fecundidade (e mortalidade).

² INE (2014a) “Em 2013 a população residente reduziu-se em 60 mil pessoas” in *Destaque – Estimativas de população residente em Portugal 2013*, 16 de junho 2014.

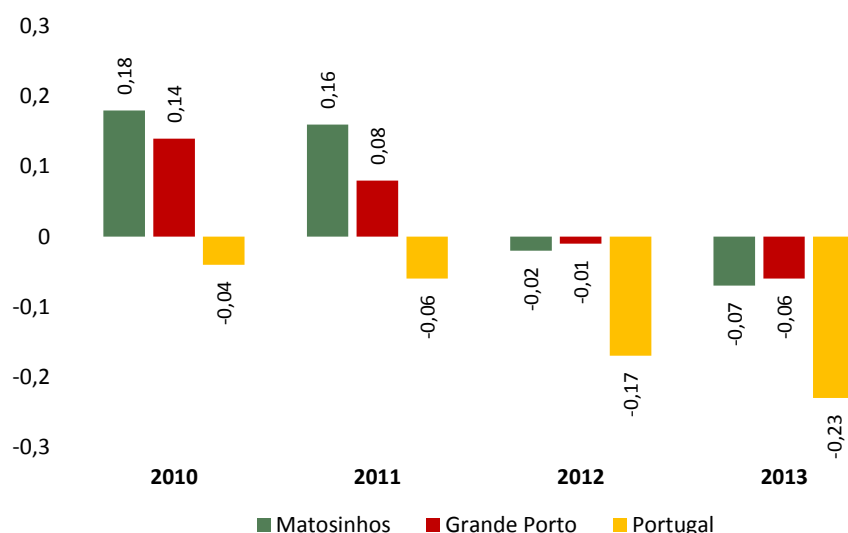
³ Foram considerados três cenários: baixo, central e elevado.

⁴ INE (2014b) “Projeções de população residente 2012-2060” in *Destaque - Projeções de população residente 2012-2060*, 28 de março de 2014.

2. Quebra de nascimentos

Em Matosinhos, nos últimos anos, a taxa de crescimento natural passou a ser negativa seguindo-se, uma vez mais, as tendências já anteriormente desenhadas para o país e para o Grande Porto.

Taxa de crescimento natural no Concelho de Matosinhos, Grande Porto e Portugal | 2010-2013



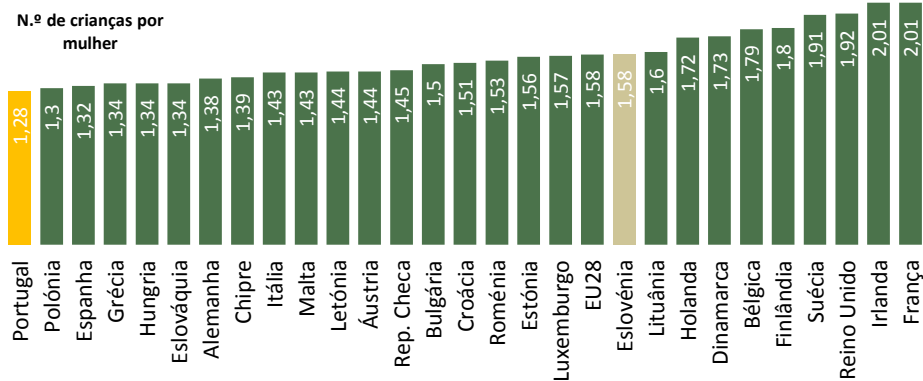
Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Tal significa que o número de nascimentos não tem sido suficiente de modo a compensar o número de mortes. Subjacente a este fenómeno demográfico está, sobretudo, um declínio da fecundidade e um decréscimo da taxa de natalidade.

É no início dos anos 80 que Portugal deixa de registar valores do índice sintético de fertilidade⁵ que permitiam assegurar a substituição das gerações (2,1 crianças por mulher). “Esta situação coloca Portugal entre os países da Europa com baixos níveis de fecundidade, sendo, em 2012, o país com menor ISF no conjunto dos 28 Estados-Membros da União Europeia.” (INE, 2013)

⁵ Segundo o Instituto Nacional de Estatística o Índice Sintético de Fecundidade define-se como “o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil) ” (INE (2014) - Inquérito à Fecundidade 2013).

Índice sintético de fecundidade, EU28 e Estados-Membros 2012

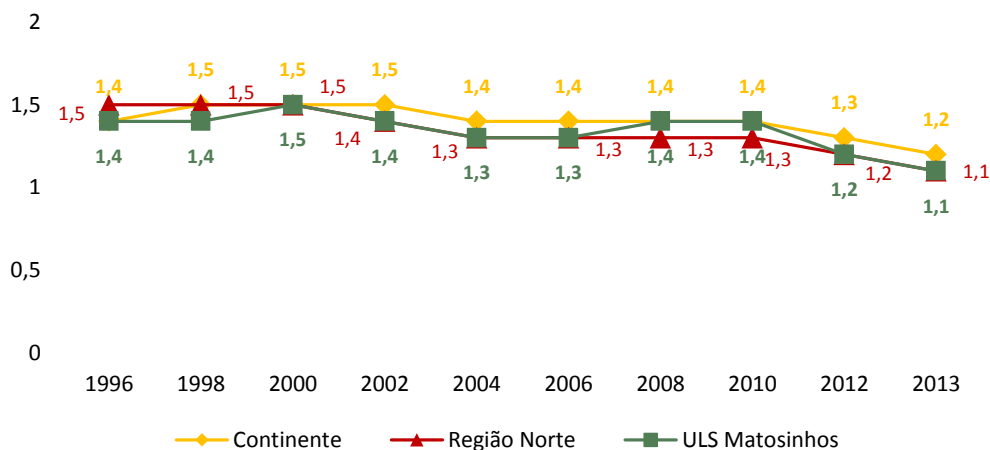


Fonte: EUROSTAT, cit in INE (2014c) “Inquérito à Fertilidade 2013”, Destaque – [Inquérito à Fecundidade 2013](#), 30 de junho 2014.

As novas relações entre a fecundidade e a conjugalidade e respetivo adiamento dos projetos que lhe estão associados; o aumento dos níveis de educação da população e a da participação das mulheres no mercado de trabalho são alguns dos fatores que se conjugam entre si alterando padrões da fecundidade e criando impactos, tanto a nível demográfico, como económico e social.

21

Índice sintético de fecundidade na ULS Matosinhos, região norte e Continente | 1996 - 2013

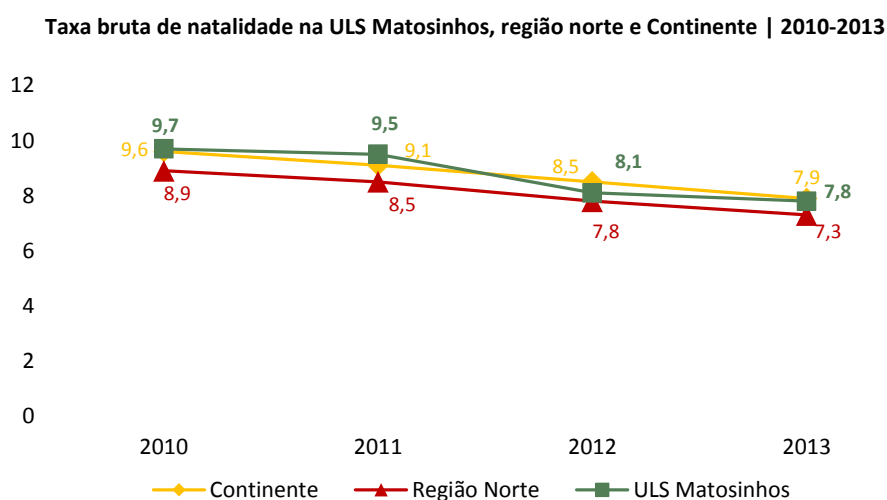


Fonte: ARS Norte, [Natalidade, mortalidade infantil e componentes – Região Norte | 1996-2013](#).

Em Matosinhos, o comportamento do índice de fecundidade tem andado a par do apresentado, quer para o continente, quer para a região norte, tal como se pode ver no gráfico anterior. Ao longo dos anos considerados verificam-se algumas oscilações - entre

1,5 e 1,4 no final dos anos 90; entre 1,4, e 1,3 na primeira década do século XXI. No entanto, a partir de 2010, os valores entram numa descida constante até 2013, sendo que, neste último ano, o índice sintético de fertilidade apresenta o mais baixo valor de sempre: 1,1. Este valor é mais baixo do que o apresentado para os outros dois territórios, no referido ano.

A fecundidade está intimamente relacionada com a evolução da natalidade e com as perspectivas de subsistência demográfica das novas gerações.



Fonte: ARS Norte, [Natalidade, mortalidade infantil e componentes – Região Norte | 1996-2013](#).

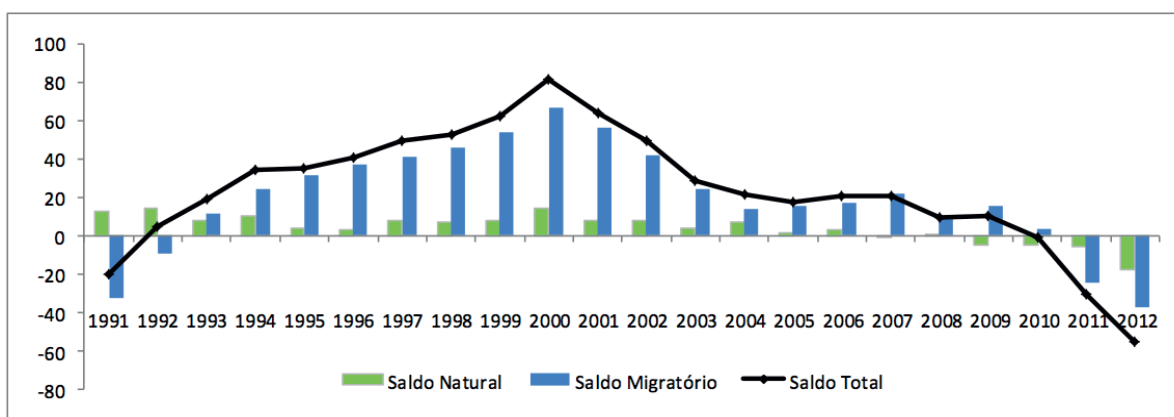
Acompanhando a evolução da fecundidade, a taxa de natalidade bruta em Matosinhos diminuiu de um modo quase constante desde meados dos anos 90, acentuando-se esse decréscimo a partir de 2010. Uma vez mais, em 2013, o valor da taxa de natalidade bruta é a mais baixa de sempre, ainda que muito próximo do apresentado para o continente e um pouco superior ao da região norte, tal como se pode verificar no gráfico anterior.

3. Movimentos migratórios

Os movimentos de população – imigração e emigração – têm uma grande influência na estrutura demográfica das populações, tal como se pode perceber, nomeadamente pelas projeções realizadas pelo INE (INE, 2014b) para a população portuguesa até 2060, as quais estão intimamente dependentes da evolução dos saldos migratórios.

A nível europeu a imigração emerge como um dos fatores que mais tem contribuído para um certo equilíbrio demográfico em países progressivamente envelhecidos. Em Portugal, nos anos 90 e na primeira década do século XXI, foi a imigração que compensou um saldo natural tendencialmente baixo. Mas a partir de 2010 essa compensação deixou de ocorrer e desde 2011 que se assiste, em Portugal, a uma conjugação de saldos naturais negativos e de saldos migratórios também eles negativos, o que significa uma situação de grande fragilidade demográfica.

Saldos populacionais: total, natural e migratório em Portugal (milhares) | 1991- 2012



Fonte: INE – Estatísticas de nados-vivos, óbitos e Estimativas anuais da População, cit in Oliveira (2014).

No concelho de Matosinhos o crescimento da população fez-se muito à custa de movimentos internos à própria região. As dinâmicas geradas pela constituição da Área Metropolitana do Porto tiveram aqui uma forte importância na medida em que levaram a “cidade centro” perdesse poder no que diz respeito à sua função residencial, expulsando a população mais jovem para as suas periferias e conduzindo, assim, a um crescimento demográfico dos concelhos que se integram, tal como Matosinhos, no seu raio de influência.

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação 2011, entre 2005 e 2011, entraram no concelho 13 754 pessoas, vindas de outro concelho do país. A entrada de pessoas de outros países naquele mesmo período 2005-2011 foi, ainda segundo o Recenseamento, pouco expressivo ficando-se pelas 1 876 pessoas. Este número refletir-se-á, porém, no total de pessoas estrangeiras a residir no concelho.

Entre 2010 e 2013 o número de pessoas estrangeiras, com estatuto legal de residência, não ultrapassou os 2 860 e, tal como se pode verificar no quadro seguinte, até 2012 houve um decréscimo da população estrangeira no concelho, havendo uma, algo

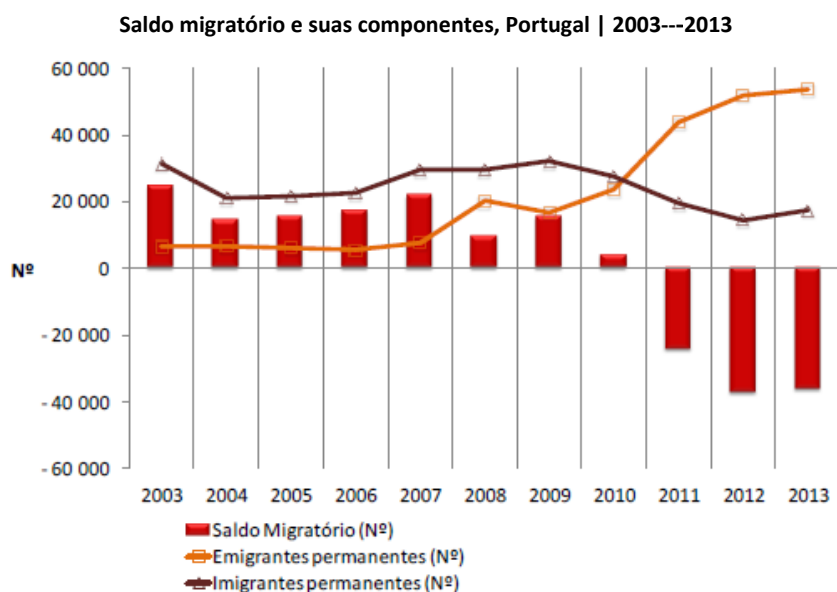
inesperada, recuperação em 2013, seguindo-se as tendências para a região mas em contraciclo com a realidade nacional.

População estrangeira com estatuto legal de residente, em Matosinhos, Grande Porto e Portugal | 2010-2013

	2010	2011	2012	2013
Matosinhos	2 750	2 860	2 687	2 750
Grande Porto	21 090	22 167	20 961	21 090
Portugal	398 268	434 708	414 610	398 268

Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Na segunda década deste século ressurgiu, porém, no contexto português, um outro movimento populacional: o da emigração que, em conjugação com o declínio da imigração, conduziu a saldos migratórios negativos como se visualiza na figura seguinte.



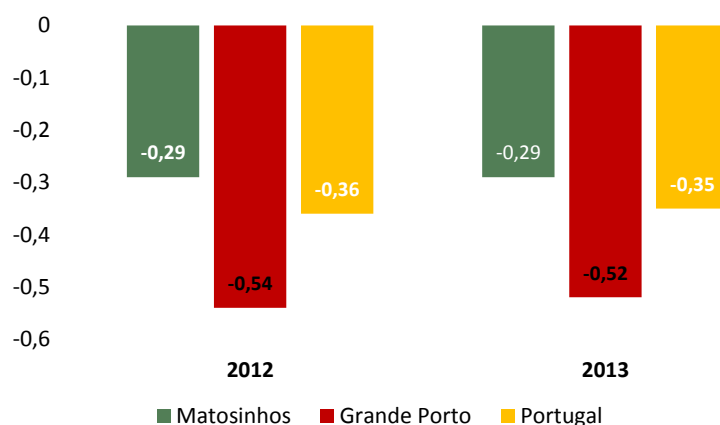
INE (2014a) "Em 2013 a população residente reduziu-se em 60 mil pessoas" in Destaque – [Estimativas de população residente em Portugal 2013](#), 16 de junho 2014.

Segundo o Observatório da Emigração "estima-se que, entre 2007 e 2012, saíram do país, em média, 80 mil portugueses por ano (82,500, mais precisamente), mas em crescimento, oscilando entre 70 mil e 95 mil ao longo do período. Tendo em conta os dados de 2013 já disponíveis para a maioria dos principais países de destino da emigração portuguesa, é provável que tenham saído do país, nesse ano, cerca de 110 mil portugueses"(Pires, 2014: 35).

Ainda de acordo com a mesma fonte, “Portugal é hoje o segundo país da União Europeia com mais emigrantes em percentagem da população (20.8%). (...) A conjugação de alta emigração e baixa imigração, em termos acumulados, situa Portugal, no contexto migratório europeu, no quadrante dos países de repulsão.” (Pires, 2014: 52)

Não é possível saber qual o volume dos movimentos de saída para o estrangeiro que tiveram origem na população residente em Matosinhos, mas algum impacto, as saídas de população para o estrangeiro, terão tido nas taxas de crescimento migratório negativas que o concelho também apresenta, nos últimos anos.

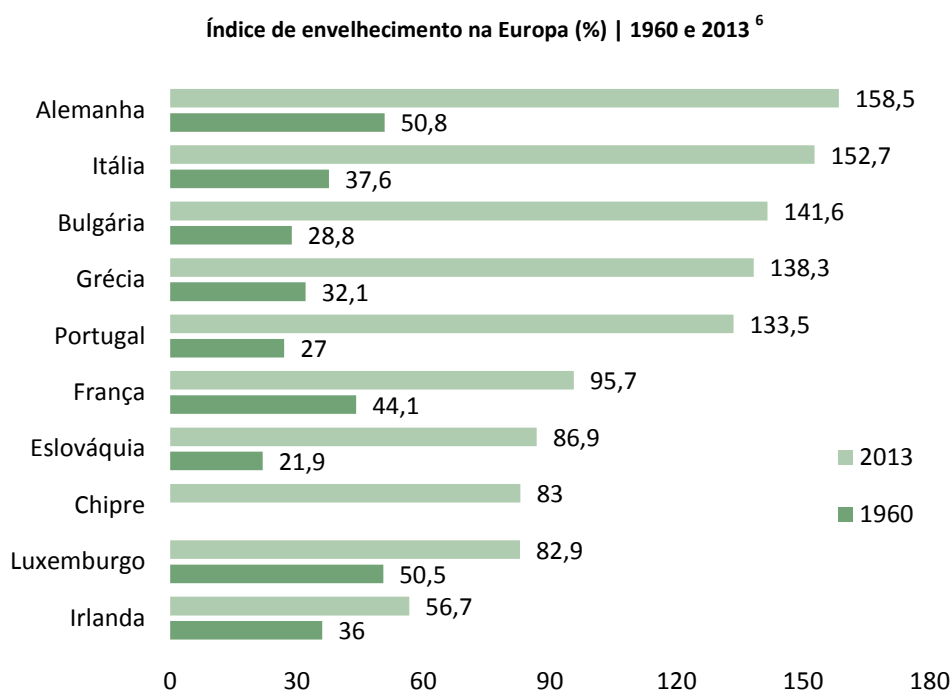
Taxa de crescimento migratório em Matosinhos, Grande Porto e Portugal | 2012 e 2013



Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2012, 2013.

4. Longevidade e envelhecimento

O envelhecimento é, atualmente, uma característica comum a todos os países da União Europeia. Apesar das heterogeneidades demográficas entre países, a partir da década de 90 regista-se, na Europa, uma diminuição generalizada do peso dos menores de 15 anos concomitante ao aumento da população com 65 e mais anos (Bandeira, 2014). As evoluções demográficas conduzem Portugal, em 2013, para o quinto lugar dos países com índice de envelhecimento mais elevado da União Europeia, tal como se pode verificar na figura em baixo.



Fontes: Eurostat | NU | INE | PORDATA.

A situação portuguesa destaca-se, ainda, a nível mundial. Segundo um relatório recente das Nações Unidas, Portugal, em 2015, ocupa o quinto lugar dos países mais envelhecidos do mundo, posição que passará para terceiro, em 2030, colocando-se o país atrás do Japão e da Itália (United Nations, 2015).

26

A tendência para o envelhecimento da população portuguesa é também revelada pelas projeções do INE, segundo as quais a população com menos de 15 anos irá diminuir até 2060, em paralelo com um aumento da população com 65 ou mais anos. Dependendo de um conjunto de fatores, e de acordo com as mesmas projeções, a população que se enquadra nos grupos etários mais velhos pode atingir, em 2060, 3 344 milhares de pessoas ou, no cenário mais baixo, os 2 729 milhares.⁷

O envelhecimento da população portuguesa tem-se, pois, traduzido numa redução da base da pirâmide em simultâneo com um alargamento do peso das gerações mais velhas no topo da pirâmide, conduzindo-se ao chamado fenómeno de “duplo envelhecimento” (Rosa, 1996).

⁶ PORDATA, [Índice de Envelhecimento 1960 e 2013](#).

⁷ INE (2014b) “Projeções de população residente 2012-2060” in Destaque - [Projeções de população residente 2012-2060](#), 28 de março de 2014.

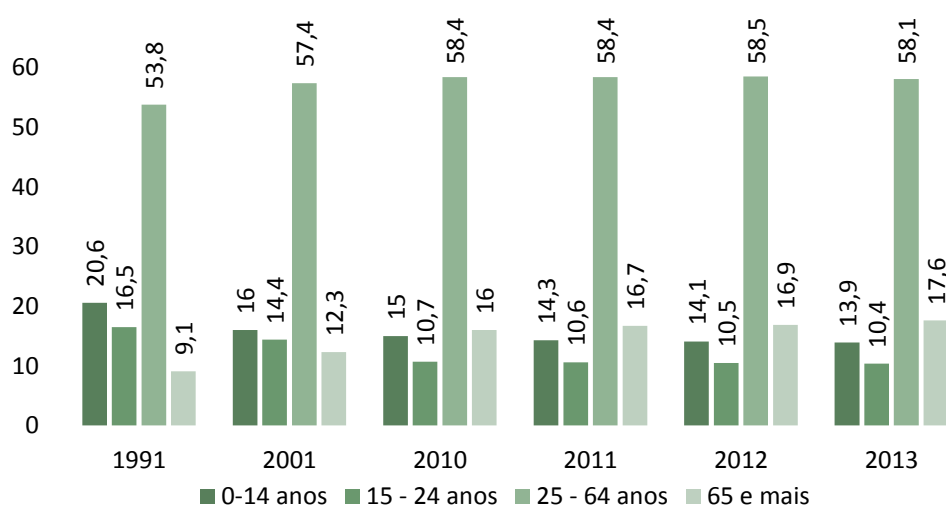
À semelhança do que acontece no país, também Matosinhos tem vindo a revelar uma tendência para um envelhecimento demográfico. No concelho, este processo de duplo envelhecimento torna-se visível na década de 90.

Veja-se que, em 1991, os menores de 25 anos representavam 37% da população residente, em contrapartida, a percentagem de pessoas idosas era de 9%. A partir de então, a diminuição nos grupos etários mais novos tem sido uma constante. Em 2013 as crianças representam 13,9% da população residente, face aos 20,6% de 1991; a população com idade entre os 15 e os 24 anos representa 10,4%, o que significa que ambos os grupos etários não atingem, sequer, os 25% da população residente.

Para além de uma diminuição do peso, esses números significam uma perda do número de efetivos mais novos. Tomando em consideração apenas a década atual, em 2013, as crianças eram 24 261, o que significa menos 1 079, face a 2010.

Por outro lado, o número de pessoas com 65 e mais anos passa de 27 040, em 2010, para 30 832, em 2013, ou seja, mais 3 792 pessoas.

População Residente no Concelho de Matosinhos, por grupos etários | 2001, 2010, 2011, 2012 e 2013 (%)



Fonte: Cálculos feitos com base em INE, Recenseamento da População e da Habitação, 2001 e Anuários Estatísticos da Região do Norte, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Na sequência dos dados anteriormente analisados, o índice de envelhecimento⁸ do concelho tem vindo a aumentar, tal como se pode verificar no quadro seguinte,

⁸ O índice de envelhecimento é a relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE, [Metainformação](#)).

situando-se, em 2013, nos 127,1%. Tal significa uma relação de um pouco mais de 127 pessoas idosas, por cada 100 pessoas com menos de 15 anos.

Índice de envelhecimento em Matosinhos, Grande Porto e Portugal | 2010 – 2013

	2010	2011	2012	2013
Matosinhos	106.7	116.8	119.8	127.1
Área Metrop. do Porto	--	--	--	121.3
Grande Porto	105.6	115.4	117.8	124.3
Portugal	120.1	131.3	131.1	136

Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013; INE, Indicadores da Área Metropolitana do Porto.

Comparando o concelho com o contexto em que se insere, verifica-se que Matosinhos apresenta um índice de envelhecimento um pouco superior ao apresentado para o Grande Porto e para a Área Metropolitana do Porto mas inferior ao de Portugal. Matosinhos, aliás, é um dos vinte e cinco concelhos que, de acordo com um estudo realizado pela Fundação Manuel dos Santos⁹, conjuga um maior peso de população ativa com um menor envelhecimento no topo.

O envelhecimento demográfico encontra várias causas explicativas: diminuição das taxas de fecundidade e de natalidade, emigração, aumento da esperança de vida e diminuição das taxas de mortalidade.

Em Portugal é sobretudo a partir da década de 80 que mais progressos se verificam ao nível da esperança de vida. Não havendo informação disponível apenas para Matosinhos refira-se que os concelhos do Grande Porto acompanham as tendências positivas verificadas no país, apresentando até melhores indicadores, como se pode verificar no quadro seguinte.

⁹ Bandeira, Mário Leston (Dir.) (2014), [*Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa \(1950-2011\): evolução e perspetivas*](#). Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Esperança de vida à nascença e esperança de vida aos 65 anos no Grande Porto e Portugal | 2010 e 2013

	Esperança de vida à nascença		Esperança de vida aos 65 anos	
	2010 (2008-2010)	2013 (2011-2013)	2010 (2008-2010)	2013 (2011-2013)
Grande Porto	79.54	80.26	18.76	19.63
Portugal	79.20	80	18.47	18.97

Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010 e 2013.

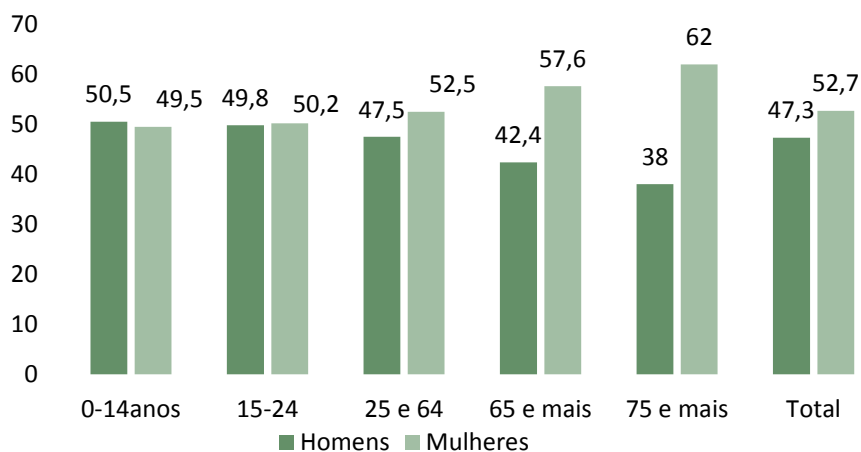
No ano de 2013, a esperança de vida à nascença, no Grande Porto, era de 80 anos. No mesmo ano, as pessoas com 65 anos podiam esperar viver mais cerca de 20 anos. Aqui impõe-se, porém, fazer uma distinção entre sexos. Ou seja, verifica-se diferentes esperanças de vida para homens e para mulheres, situação que é favorável a estas últimas. Esta é uma questão que atravessa Portugal ao longo do século XX e inícios do século XXI sendo uma característica comum com grande parte dos países europeus (cf. Bandeira, 2014).

Em Portugal, de 1950 a 2009, as “mulheres têm sempre uma esperança de vida mais elevada e acréscimos em anos sempre superiores aos dos homens. (...) só em 2009 é que os homens pela primeira vez conhecem um aumento na esperança de vida maior do que o das mulheres” (Bandeira, 2014: 237).

O aumento da esperança de vida é tendência para o futuro. “No âmbito do exercício de Projeções de População residente, e admitindo a continuação das tendências recentes da mortalidade (...), projeta-se que a esperança de vida à nascença venha a atingir em 2060, para Portugal, os valores de 84,21 anos para homens e 89,88 anos para mulheres” (INE, 2015: 9).

A maior esperança de vida para as mulheres conduz a um predomínio dos elementos do sexo feminino entre a população com mais de 65 anos, sendo que a percentagem de mulheres aumenta à medida que a idade avança. Como se pode ver pelo gráfico em baixo, entre a população residente no concelho de Matosinhos, as mulheres representam 57,6% da população com mais de 65 anos e 62% daquela que tem mais de 75 anos.

População Residente em Matosinhos, por Grupo Etário e Sexo (%) | 2013



Fonte: INE, Anuário Estatístico 2013.

Esta feminização da população idosa tem importantes implicações sociais. Com efeito, é nas mulheres de idades mais avançadas que mais persistem os fracos recursos escolares e os níveis de rendimento mais baixos como consequência da maior precariedade que marcou a sua vida ativa: “Qualquer análise que envolva a população sénior portuguesa deverá ter em conta o facto de esta se apresentar estruturada em torno de patamares etários associados a níveis diferenciados de carências e, por aí, de necessidades com os quais se cruza fortemente a variável sexo.” (Bandeira, 2014: 106)

5. Estruturas familiares em mudança

Nos últimos anos, tem-se vindo a assistir no país a um conjunto de alterações nas formas de organização familiar. Entre a última década do século XX e a primeira do século XXI, tais mudanças ocorreram em torno de três vetores fundamentais: conjugalização, individualização e de envelhecimento (cf. Cabral, 2013).



Ao nível da conjugalização ressalte-se o aumento das coabitações informais, os nascimentos fora do casamento, os divórcios e as recomposições familiares que deles decorrem. A queda acentuada da fecundidade e do número de filhos conduz a uma diminuição progressiva da dimensão das famílias e ao aumento das famílias compostas por casais sem filhos.

Por outro lado, o processo de envelhecimento da população portuguesa dá origem a uma cada vez maior presença de pessoas idosas nos agregados domésticos, a famílias compostas apenas por pessoas com mais de 65 anos.

O envelhecimento da população, por um lado, o adiamento dos projetos de conjugalidade e os divórcios, por outro, concorrem para o aumento do número de pessoas a viverem sós e, como tal, para uma certa individualização das famílias.

“No plano territorial, as transformações familiares ocorridas em Portugal ao longo das últimas décadas apresentam diferentes cadências, tendo sido possível ao longo do tempo, e a partir de dados censitários, identificar perfis regionais diferenciados no que respeita à mudança familiar” (Delgado & Wall, 2014: 88). Assim, de uma análise territorial realizada com base nos recenseamentos da população e habitação de 2001 e 2011, Matosinhos inclui-se nos concelhos onde se registou um maior aumento da proporção de pessoas entre os 18 e os 34 anos que se constituem como famílias unipessoais. Está também entre os municípios onde se verificou um maior aumento da proporção de núcleos familiares monoparentais femininos com filhos inativos e menores

de 25 anos e onde diminuíram de modo mais acentuado a proporção de núcleos conjugais de direito (cf. Delgado & Wall, 2014).

De um modo mais detalhado analisam-se, em seguida, os dados disponíveis para o concelho.

6. Retardamento do casamento e novas formas de conjugalidade

Os dados disponíveis evidenciam uma diminuição das taxas de nupcialidade. Em Matosinhos, o número de casamentos por 1000 habitantes era, em 2010, 3,7 passando para 2,4, em 2013, apresentando, nesse mesmo ano, um número mais baixo do que o registado para o Grande Porto (3,2) e para Portugal (3,1).

Por outro lado, verifica-se um aumento da idade no primeiro casamento, tanto para homens, como para mulheres. Em 2010, a idade no primeiro casamento, no Grande Porto,¹⁰ era, para as mulheres, 29,4 anos e, para os homens, 30,7 anos; em 2013 estes números aumentam respetivamente para 30,4 anos e 31,5 anos.

O prolongamento dos tempos de escolaridade, as dificuldades crescentes para entrar na vida ativa, bem como de sair de casa dos pais, têm sido fatores apontados para justificar a tendência para o retardamento do casamento. Há, no entanto, que considerar as alterações nos modos de vida pessoais e conjugais que conduzem a um aumento do número de coabitações sem casamento.

Este facto é evidenciado pelo número de “casais de facto” que, em Matosinhos, em 2011, eram 5 473, o que significa 8% do total das famílias clássicas. No Grande Porto esta percentagem é de 7%.

É de ressaltar que estas situações de “facto”, tão frequentemente associadas a uma certa instabilidade, podem assumir “um carácter tão definitivo como o casamento” (Ferreira 2003: 81) sendo, algumas delas, posteriormente formalizadas a propósito, por exemplo, do nascimento de filhos.

À semelhança do que acontece no país, emergem, no concelho, situações de coresidência que não se limitam à existência de núcleos familiares simples (conjugais, com ou sem filhos, ou monoparentais), antes incluindo também outros parentes ou mesmo outros núcleos. Estas famílias ditas complexas representavam, no concelho de Matosinhos, em 2011, 4,5%.

¹⁰ Não existem dados para o concelho.

Estas situações, na sua maioria, são associadas aos segmentos pouco qualificados da população e mais marcados por carências económicas. Nestes casos, a coabitação pode ser entendida como uma estratégia para fazer face às dificuldades em se conseguir alojamento e de maximizar as redes sociais de apoio. No entanto, face à presente “crise económica (...) resta saber se as lógicas da complexidade doméstica, com todas as contradições inerentes às modalidades de apoio familiar, não poderão vir, como no passado (...) a tornar-se outra vez mais comuns” (Delgado & Wall, 2014: 207). Aliás, os *workshops* de discussão da realidade concelhia realizados dão conta de uma crescente estratégia de “regresso a casa” por parte de filhos e filhas, parte dos/as quais entretanto constituíram família própria, mas a quem o desemprego e/ou a quebra de rendimentos impede agora de fazer uma vida independente das suas famílias de origem.

7. A monoparentalidade

Falar de famílias monoparentais é falar de uma heterogeneidade de configurações familiares, caracterizada, antes de mais, pela ausência de um dos progenitores na vida das crianças. Esta ausência pode dever-se a nascimentos, ou adoções, fora da conjugalidade, a ruturas conjugais ou à viuvez ou, ainda, à concretização de projetos de emigração.

Segundo o Recenseamento Geral da População de 2001 as famílias monoparentais, em Matosinhos, representavam 8,7% do total de famílias clássicas. Dez anos mais tarde, os dados recolhidos pelo INE no âmbito do Censos, apontam para a existência de 64 244 famílias monoparentais, no concelho, o que corresponde a 12,9% do total de famílias, percentagem muito semelhante aos 13,1% do Grande Porto. A maior parte destas famílias (88%) tem uma mulher como responsável.

Recorde-se que, de acordo com um estudo do Observatório das Famílias, Matosinhos é um dos concelhos onde se verificou um maior aumento da proporção de núcleos familiares monoparentais femininos com filhos inativos e menores de 25 anos. Esta será uma tendência que vem a par do aumento do número de crianças a viver em famílias monoparentais: dados para o país dizem que, em 2011, 10,1% das crianças vivem em contextos de monoparentalidade (Delgado & Wall, 2014: 50).

Ser uma família monoparental não é, por si só, um fator de risco. No entanto, dados do Censo de 2011, apontam para a monoparentalidade, e em particular a monoparentalidade no feminino, surgir fortemente associada ao desemprego. De acordo com os referidos dados “há mais desemprego nestas famílias (15,1%) do que na

população ativa em geral (12,7%), sendo a diferença entre o desemprego das mães só e o da população ativa feminina superior à diferença entre o desemprego dos pais só e o da população ativa masculina.” (Delgado & Wall, 2014: 192).

8. Menos crianças e famílias tendencialmente mais pequenas

Como já foi anteriormente referido, Matosinhos acompanha de perto, as tendências do país para uma quebra das taxas de fecundidade e de natalidade. Paralelamente tem-se vindo a assistir não só a um aumento das idades de homens e de mulheres no primeiro casamento como a um aumento da idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho.

Para o Grande Porto a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho era de 29,1 anos, em 2010. Em 2013 era de 30,4 anos.

Estes aspetos ficam a dever-se a vários fatores: à crescente instabilidade e precariedade laboral; às dificuldades decorrentes na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional; a uma mudança cultural no que diz respeito à valorização das crianças no seio das famílias - “a valorização dos filhos passa hoje, em larga escala, por uma lógica claramente expressiva, evocando as características afetivas da relação pai/mãe-filho, e em que o valor económico das crianças aparece já não sob a forma de *lucro* mas de *custo*, custos estes elevados e em concorrência com outros bens alternativos constitutivos de uma noção cada vez mais alargada de qualidade de vida” (Figueiredo, *et al*, 1999).

Este “comportamento” da taxa de natalidade tem produzido efeitos na estrutura das famílias que se revelam da seguinte forma:

- Diminuição do número de famílias numerosas (cinco e mais elementos). Em 2001, estas famílias representavam 8,2%; em 2011 essa percentagem é de apenas 5,4%.
- Diminuição do número de famílias com crianças. No concelho de Matosinhos, segundo dados dos Censos de 2001, eram cerca de 34.0% as famílias com pelo menos uma criança. Em 2011, aquelas famílias surgem representadas por apenas 27%.
- Tendência para o “filho único” que é bastante expressiva no Concelho: em 2011, 68,4% das famílias com crianças, tinham apenas uma criança. Na Região do Grande Porto, aquela percentagem é de 67.8%.

9. Mais pessoas a viver sós

O aumento da população idosa é outro dos fatores que tem vindo a influenciar a composição das famílias em Portugal. Com efeito, verifica-se um aumento do número de famílias com pessoas de 65 e mais anos: 25,1% em 2001; 28,9% em 2011, no concelho de Matosinhos.

Mas, no domínio das estruturas familiares, a grande alteração provocada pelo envelhecimento da população é o crescente número de famílias clássicas unipessoais compostas por pessoas com 65 e mais anos.

Em Matosinhos, o número de pessoas idosas a viverem sós, em 2011, era de 12 057. Este número corresponde a 61% do total de famílias que incluem elementos com 65 e mais anos e 18% do total de famílias clássicas. Em 2001, essas percentagens eram respetivamente de 23% e 5,8%.

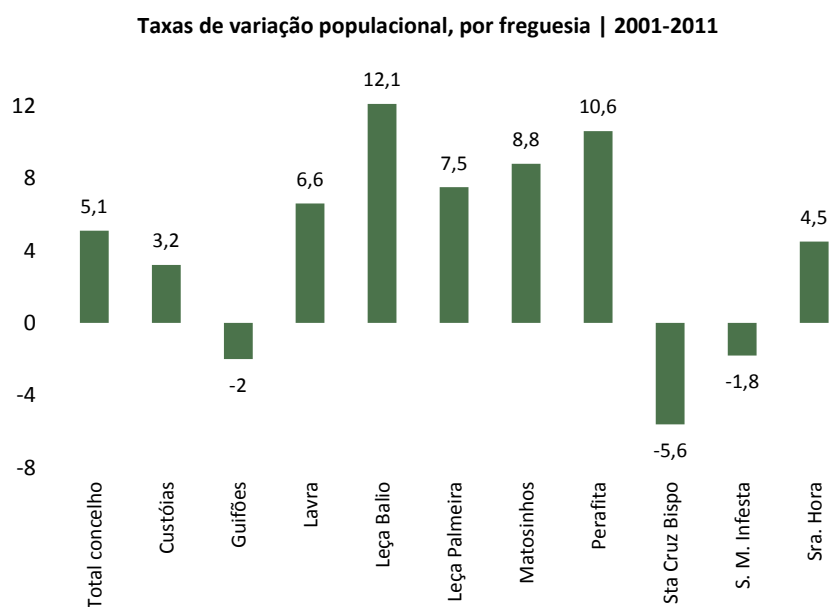
Tendo em conta a sobre representação das mulheres entre a população dos estratos etários mais velhos, haverá também uma tendência para estas famílias unipessoais de pessoas idosas serem maioritariamente compostas por elementos do sexo feminino.

O envelhecimento da população e o aumento do número de pessoas idosas a viverem sós transporta consigo importantes implicações para a própria intervenção social. Na sua reflexão em torno dos problemas locais, as diferentes Comissões Sociais de Freguesia foram unânimes em equacionar os problemas associados ao processo de envelhecimento:

- Isolamento social da população, o que alimentará um sentimento de solidão decorrente, em grande parte, da viuvez e da perda de outros familiares e amigos o que leva a uma fragilidade das relações sociais, afetivas e de suporte;
- Ausência ou insuficiência de retaguarda familiar devido, em alguns casos, às dificuldades que as famílias atuais têm em conciliarem as exigências de uma atividade profissional a tempo inteiro com os cuidados a familiares e, noutros casos, sobretudo no caso dos muito idosos, devido à ausência de parentes.
- Aumento das situações de dependência, incluindo situações demenciais.

10. Assimetrias territoriais

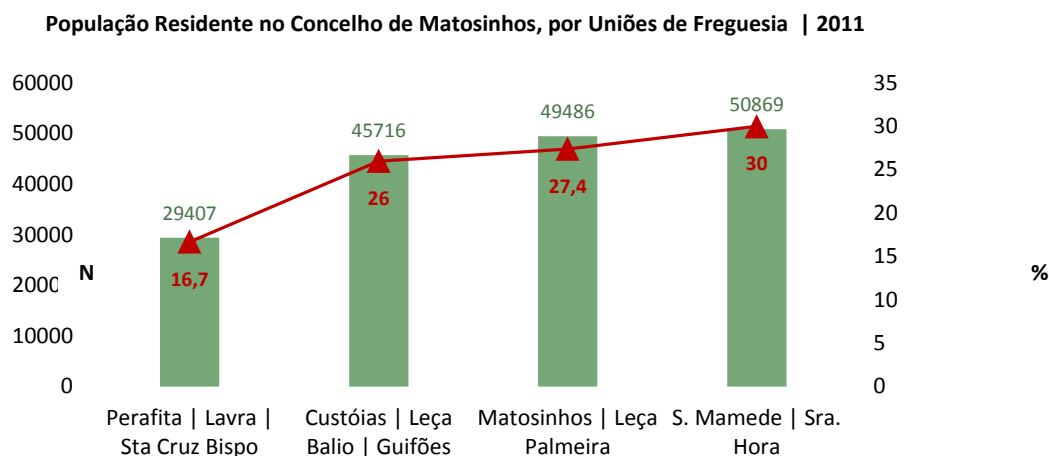
Entre o período que medeia o censo de 2001 e o de 2011 a população do concelho teve uma evolução positiva: de 167 026 habitantes passou para 175 253, o que significa uma taxa de variação populacional de 5%. No entanto, o crescimento da população não foi uniforme registando-se dinâmicas distintas entre as diferentes freguesias. Assim, tal como se pode ver na figura seguinte, enquanto Leça do Balio e Leça da Palmeira apresentam taxas de variação populacional positivas muito acima da registada no concelho, no seu todo (12,1% e 7,5%, respetivamente), as freguesias de Guifões, Sta. Cruz do Bispo e S. Mamede Infesta viram diminuir o número das pessoas que nelas residiam.



Fonte: Cálculos próprios com base em INE, Recenseamento Geral da População 2001 e 2011.

A proximidade com a costa e com uma paisagem marítima são fatores que certamente têm contribuído para um maior crescimento de freguesias como Lavra, Perafita e Leça da Palmeira que têm crescido, sobretudo, em função da atração de grupos sociais com uma capacidade económica elevada. A proximidade à cidade do Porto por parte das freguesias de Custóias e de Senhora da Hora, terão proporcionado crescimentos continuamente positivos ainda que menos acentuados do que em décadas anteriores. Por outro lado, a centralidade de Matosinhos e as novas urbanizações de Matosinhos Sul, terão permitido inverter as tendências anteriormente verificadas de perda de população, na freguesia centro do concelho.

Santa Cruz do Bispo e Guifões são as freguesias com maior decréscimo populacional. Estas são freguesias, ainda fortemente marcadas por uma ruralidade, que ficaram a dever o seu crescimento, nos anos 80, à “explosão” de construção clandestina, com base em loteamentos ilegais, a qual estagnou, a partir de então. Esta situação tem estado na origem do decréscimo de população registando-se, inclusivamente, a saída de famílias em busca de melhores condições de habitabilidade.



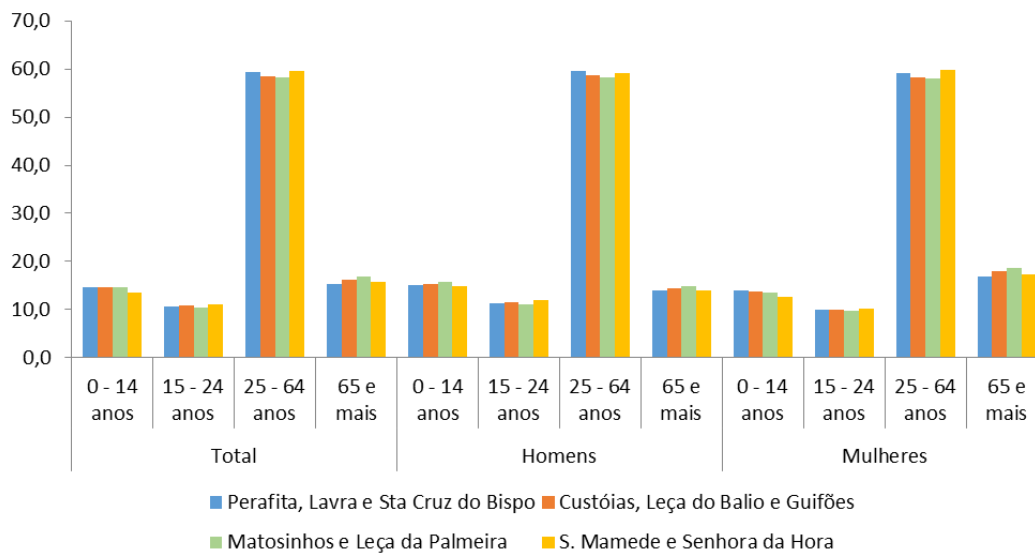
Fonte: Cálculos próprios com base em INE, Recenseamento Geral da População, 2011.

Tendo ainda em conta os dados do Censos de 2011, as freguesias com mais habitantes eram Matosinhos (30 984) e Senhora da Hora (27 747). Por seu turno, as que apresentavam os números mais baixos de pessoas residentes eram Santa Cruz do Bispo (5 767) e Guifões (9 495). Considerando a nova organização do território em uniões de freguesia, é a união de freguesias de S. Mamede e Senhora da Hora, seguida de Matosinhos e Leça da Palmeira, as que concentram um maior número de residentes no concelho. Estas duas uniões representam, respetivamente, 30% e 27,4% da população residente.

Embora a junção das freguesias em uniões tenha esbatido algumas das assimetrias entre territórios do ponto de vista da população residente, a união de freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira revela-se como a que tem uma maior percentagem de população com idades iguais ou superiores a 65 anos (16,8%, face aos 15% do concelho). De notar que, nesta união de freguesias, é ainda maior o peso da população feminina com mais de 64 anos (18,6%), sendo também ligeiramente mais elevada a percentagem de pessoas com mais de 74 anos, entre a população idosa (45%, face aos 44% para o concelho).

S. Mamede e Senhora da Hora é a união de freguesias onde é maior a percentagem de jovens, com idades entre os 15 e os 24 anos.

População residente em Matosinhos, por uniões de freguesia, segundo o grupo etário e o sexo (%) | 2011



Considerando unidades territoriais mais pequenas, as antigas freguesias de Matosinhos, Sta. Cruz, S. Mamede e Guifões salientam-se como as mais envelhecidas, sendo que S. Mamede Infesta é a que apresenta um maior peso da população com 65 e mais anos. Por outro lado, Perafita e Custóias são as antigas freguesias com maior percentagem de crianças e jovens (menores de 16 anos).

Parte 3 | **Direitos e Cidadania**

V. Educação

A Constituição da República Portuguesa (revisão de 1997) estabelece os direitos sociais básicos de cidadãos e cidadãs no que respeita à educação, nos seus artigos 73º, 74º, 76º e 77º. De acordo com esta legislação fundamental, a educação surge como um direito universal, cabendo ao Estado a promoção da democratização da educação, bem como das demais condições que contribuam para a “igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância (...)” (Artigo 73º).

Nos termos da Constituição compete ainda ao Estado, nomeadamente, “Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito”; “Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar”; “Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo”.

Por outro lado, a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990, no seu artigo 28 nota que os “ Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista, assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades:

- a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;
- b) Encorajam a organização de diferentes sistemas de ensino secundário, geral e profissional, tornam estes públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuitidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade;
- c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados;
- d) Tornam a informação e a orientação escolar e profissional públicas e acessíveis a todas as crianças;
- e) Tomam medidas para encorajar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar”. (UNICEF, Convenção dos Direitos das Crianças)

Mas um cada vez maior e mais facilitado acesso à educação, há muito que deixou de ser apenas um direito em si, passando mesmo a ser encarado como uma condição para o desenvolvimento económico dos países. Tal como se escreve no Plano Nacional de Reformas 2020: “ No que diz respeito às qualificações dos portugueses, estudos

recentes da OCDE estimam que só a correcção do diferencial de níveis de habilitações escolares da população activa resultaria num aumento de produtividade de 14%.”

Entendida numa perspetiva ampla, a educação é um processo que ultrapassa o ensino-aprendizagem de crianças e jovens, ela é um processo em curso ao longo da vida o que remete para a aquisição continuada, e renovada, de competências e de conhecimentos cada vez mais necessários a uma participação sustentada numa sociedade do conhecimento, em diferentes fases de idade.

Em sociedades e economias cada vez mais centradas no conhecimento, e em constantes mudanças, a “aprendizagem ao longo da vida é uma política essencial para o desenvolvimento da cidadania, da coesão social e do emprego” que implica a escolarização dos mais jovens e a promoção do acesso à educação em todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior e também a promoção da literacia e da numeracia da população adulta e o desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho numa ótica de constante adaptação às mudanças e às novas necessidades.

11. A escolarização da população do concelho

41

No ano letivo 2012/2013 estavam inscritos/as, nas escolas do concelho de Matosinhos 24 703 alunos/as dos/as quais cerca de 83% frequentavam os estabelecimentos públicos¹¹. Este número resulta de uma diminuição do número de alunos/as inscritos/as ao longo dos anos letivos considerados, tanto no setor público, como no privado,¹² situação esta que decorre, sobretudo, da descida da taxa de natalidade e consequente perda de população jovem. A perda de população estudantil no ensino secundário pode, no entanto, estar também relacionada com a saída intencional de alunos e alunas para escolas de outros concelhos, nomeadamente o concelho do Porto, *em busca de mais oportunidade formativas, sobretudo no que diz respeito aos cursos profissionais* (Participante no *workshop* da educação).

¹¹ Note-se que este número diz respeito aos alunos matriculados nas escolas do Concelho, podendo, como tal, ocorrer que haja alunos matriculados que não sejam residentes em Matosinhos.

¹² O setor privado inclui o setor solidário não lucrativo o qual assume particular importância no pré-escolar.

Estudantes matriculados no ensino básico e secundário, no Concelho de Matosinhos, segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional do estabelecimento | 2009/1010, 2010/2011 e 2012/2013

		2009/2010		2011/2012		2012/2013	
		Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Pré-escolar		1 550	2 571	1 883	2 301	1977	2240
Básico	1º ciclo	6152	862	5 781	811	5656	769
	2º ciclo	3 619	185	3 734	280	3632	140
	3º ciclo	6 647	1 157	5 468	720	5407	353
Secundário		5 210	1 253	4 149	843	3762	767
Total		23 178	6 028	21 015	4 955	20 434	4 269

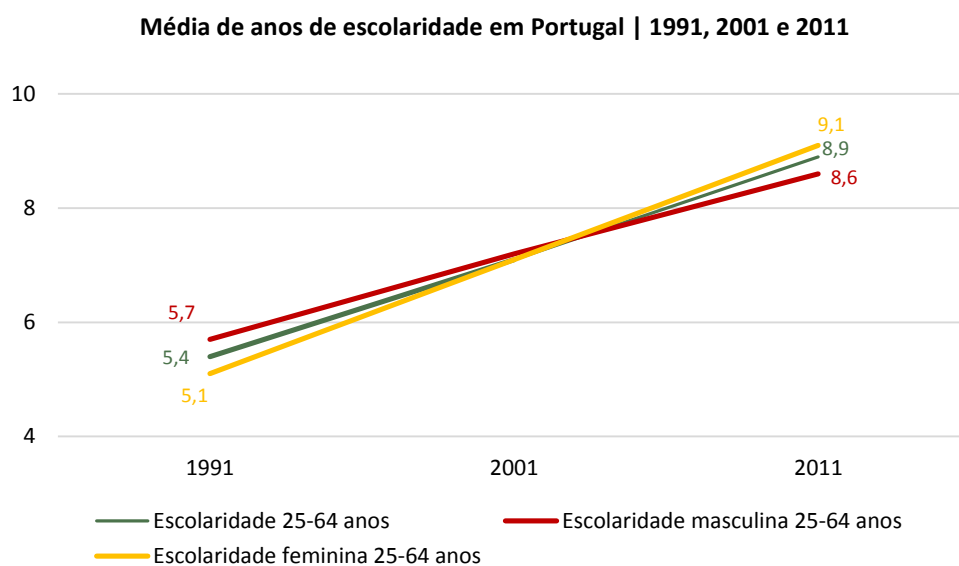
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, 2011, 2012, 2013.

O ensino pré-escolar, porém, apresenta algumas especificidades contrariando as tendências de decréscimo de alunos/as impostas pelo declínio de nascimentos. Com efeito, este foi o único nível de ensino onde se verificou um aumento da população escolar no setor público – 1 550 em 2009/2010 para 1 977, em 2012/2013. Por outro lado, enquanto o número de alunos/as matriculados/as aumenta no setor público, diminui no setor privado.

Embora a expansão da escolarização não se traduza na subida do número de alunos/as inscritos/as, muito concretamente no que diz respeito ao concelho de Matosinhos, é hoje sobejamente reconhecido que uma tal expansão deu origem ao aumento dos níveis de escolaridade alcançados pela população, em geral. Esta é, sem dúvida, das maiores transformações da sociedade portuguesa nos últimos cinquenta anos.

Tal como se pode verificar no gráfico em baixo, a escolaridade média da população portuguesa com idades entre os 25 e os 64 anos era, em 1991, pouco mais de 5 anos, subindo para 8,9, em 2011, de acordo com os dados dos recenseamentos da população.

Uma outra alteração diz respeito ao facto de, a partir de 2000, se inverter a tendência para serem os homens a alcançarem níveis de escolaridade mais elevados. Com efeito, em 2011 a escolaridade média para as mulheres, com idades entre os 25 e os 64 anos, era de 9,1, enquanto que para os homens era de 8,6.



Fonte: CNE (2014), *O Estado da Educação 2013*, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.

O aumento dos níveis de escolaridade da população reflete-se também nos níveis de escolaridade que são completados pela população, sendo notórias as diferenças entre as diferentes gerações.

População segundo o nível de escolaridade completo, por sexo (%) | 2011

			Total	Homens	Mulheres
20-24 anos	Básico	1º ciclo	1.9	2.3	1.5
		2º ciclo	5.2	6.6	3.7
		3º ciclo	17.1	19.7	14.4
	Secundário		29.5	30.2	28.8
	Pós-secundário		4.9	5.3	4.4
	Superior		40.8	35.3	46.6
	Nenhum		0.7	0.7	0.6
25-44 anos	Básico	1º ciclo	7.1	7.2	7.1
		2º ciclo	11.0	12.3	9.8
		3º ciclo	17.9	20.2	15.8
	Secundário		22.9	23.7	22.1
	Pós-secundário		2.0	2.2	1.9
	Superior		37.6	32.9	42.0
	Nenhum		1.4	1.5	1.3
45-64 anos	Básico	1º ciclo	41.0	37.6	44.0
		2º ciclo	10.3	11.6	9.1
		3º ciclo	15.4	16.6	14.3
	Secundário		15.2	16.4	14.0
	Pós-secundário		0.0	0.0	0.0
	Superior		15.8	15.6	16.0
	Nenhum		2.4	2.1	2.6
65+ anos	Básico	1º ciclo	64.2	62.8	65.2
		2º ciclo	4.7	6.7	3.3
		3º ciclo	6.7	9.4	4.8
	Secundário		4.4	6.4	2.9
	Pós-secundário		0.0	0.0	0.0
	Superior		6.4	8.1	5.1
	Nenhum		13.6	6.6	18.7

Fonte: Cálculos próprios com base em INE, Recenseamento Geral da População, 2011.

Do quadro anterior torna-se visível como, ao longo dos diferentes grupos de idade, se regista uma evolução positiva dos níveis de instrução alcançados pela população residente em Matosinhos. Segundo os dados do Censo de 2011, 40,8% das pessoas com idades entre os 20 e os 24 anos tinham completado o ensino superior. Para os restantes grupos etários aquela percentagem desce para 37,6% (25 – 44 anos); 15,8 % (45-64

anos) e 6,4% (65 e mais). Complementarmente, entre as gerações mais novas, tornou-se menos frequente a conclusão da escolaridade com apenas o 3º ciclo do ensino básico: 36% para os com idades entre os 25 e os 44 anos; 24,1% para o grupo etário dos 20 aos 24 anos.

Para quem tem menos de 45 anos, outro aspeto evidente é o facto de serem as mulheres as que atingem níveis de instrução mais elevados. Enquanto no grupo das pessoas com 65 e mais anos apenas 5,1% das mulheres completou um curso universitário, face a 8,1% dos homens, na faixa dos 20-24 anos a percentagem de mulheres com o ensino superior chega aos 46,6%; esta percentagem entre os jovens rapazes é de 35,3%.

Também as taxas de analfabetismo têm vindo a decrescer acentuadamente: de 5,5% em 1991 para 3,1% em 2011 (cf. CMM, 2013). Tendo em conta, uma vez mais, os diferentes grupos de idade verifica-se que o analfabetismo atinge muito particularmente as faixas etárias mais velhas sendo, como tal, o analfabetismo juvenil um fenómeno quase sem expressão. De acordo com o Censo de 2011 eram 42 os/as jovens (15-24 anos) que tinham saído da escola sem terem completado qualquer nível de instrução.

Ainda que sendo residual, o analfabetismo juvenil assume uma dimensão importante pela sua forte concentração entre um grupo particular, o das crianças e jovens ciganas, o que revela uma dificuldade persistente do sistema de ensino no que diz respeito à concretização do seu desígnio de universalidade.

No estudo nacional sobre as comunidades ciganas dá-se conta não só da presença do analfabetismo entre estas comunidades ciganas como dos baixos níveis de escolaridade alcançados, em geral: “i) 15,5% são analfabetos; ii) cerca de 30% não tem o 1º ciclo completo, nem nunca frequentaram a escola; iii) aproximadamente 39% completaram apenas o ensino básico, maioritariamente o 1º ciclo e só cerca de 6% o 3º ciclo.” (Mendes, *et al*, 2014: 171)

A situação face à escolaridade das pessoas ciganas mereceu uma referência no relatório do Comissário Europeu para os Direitos Humanos, Nils Muiznieks, na sequência da sua visita a Portugal em maio de 2012, reconhecendo, a este nível, a importância da existência de uma Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). Com efeito a ENICC estabelece como prioridade “aumentar os índices de

escolarização, garantindo que todas as crianças ciganas completam a escolaridade obrigatória”.¹³

Perante os baixos níveis de escolaridade das pessoas ciganas e, entre estas, das mais jovens, elementos da comunidade local propõem a existência de mediadores: *se houvesse um mediador cigano nas escolas, as crianças e as famílias reagiriam de maneira diferente* e explicam porquê: *veja uma coisa, se houvesse uma escola só com ciganos e tivesse que lá pôr o seu filho como é que reagia? a Dra. e a criança?* (participante no *workshop* com pessoas ciganas).

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas refere-se à atuação dos mediadores em contextos multiculturais como muito positiva e considera a presença de mediadores ciganos na escola como uma estratégia para levar todas as crianças ciganas, do sexo feminino e masculino, a completarem a escolaridade obrigatória. Para quem participou no grupo de discussão, o mediador é uma figura importante para *fazer a ponte* entre a escola e os pais e para garantir que há uma melhor compreensão das regras e mais respeito: *Imagine que eu tenho dez anos, se vier um cigano falar comigo eu já tenho mais respeito. Parecendo que não, ajuda. É porque nós somos assim. Era mais fácil para todos* (participante no *workshop* com pessoas ciganas).

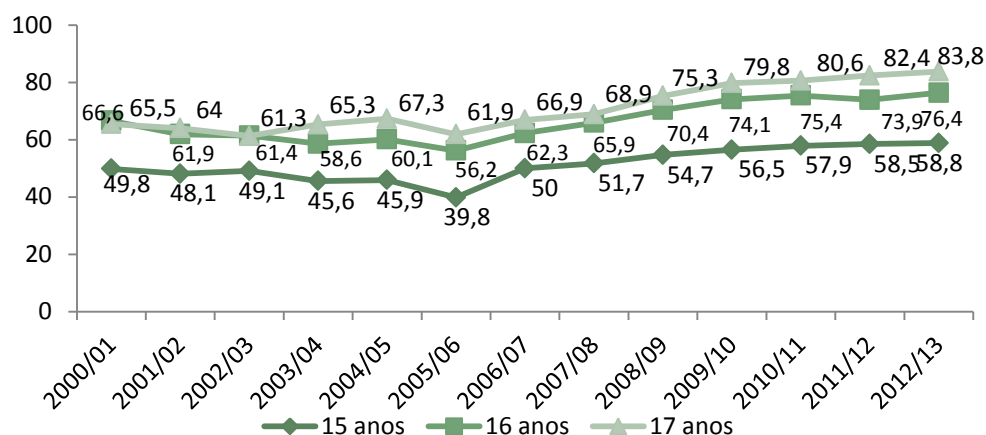
46

Voltando às questões do alargamento da escolaridade, importa referir a integração do ensino secundário na escolaridade obrigatória, transformando-se, aquele, em mais uma etapa fundamental para a inclusão de jovens rapazes e raparigas numa sociedade cada vez mais exigente do ponto de vista da aquisição de conhecimentos. Subjacente a este alargamento está, uma vez mais, a progressiva relação entre educação e economia havendo a convicção de que, numa economia global, há cada vez mais necessidade de uma força de trabalho qualificada.

A evolução recente do ensino secundário, aferida pela crescente taxa de escolarização, evidencia que cidadãos e cidadãs portuguesas não são alheios/as às tendências globais de aquisição de níveis mais elevados de instrução.

¹³ ACM (2013), [Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020](#). Lisboa, ACM - Alto Comissariado para as Migrações.

Taxa de escolarização no ensino secundário aos 15, 16 e 17 anos, em Portugal | 2000/2001 - 2012/2013



Fonte: Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência, [Educação em Números – Portugal 2014](#).

Ou seja, os números demonstram que, apesar das dificuldades e dos problemas que persistem, a viragem do século coincide, sem dúvida, com o período da história em que, pela primeira vez, tanto no país, como no concelho, existe uma maioria da população alfabetizada e “uma coorte juvenil que respeita as diretrizes legislativas no domínio da escolaridade básica” (Dias, 2013: 15).

12. A expansão da educação pré-escolar

A aposta na educação pré-escolar é, sem dúvida, um dos aspetos mais positivos a sublinhar no domínio do sistema educativo em Portugal. O reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida na aprendizagem e no desenvolvimento dos cidadãos e cidadãs mais novos levou a que a educação pré-escolar fosse reconhecida como “a primeira etapa da educação básica, num processo de aprendizagem ao longo da vida”, como se refere na Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar.

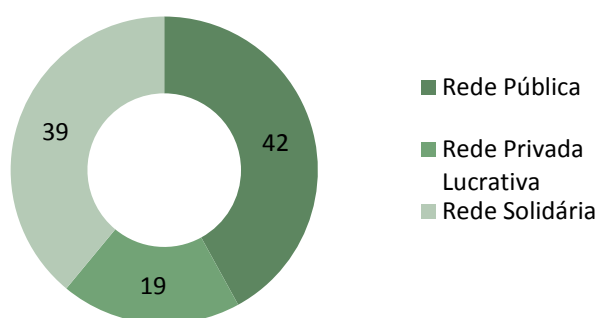
Tal como foi referido anteriormente, o ensino pré-escolar foi o único onde se verificou um aumento da população escolar (mais 427 crianças entre 2009/2010 e 2012/2013).

Esta evolução não pode deixar de estar relacionada com o aumento da oferta pública neste nível de ensino, nomeadamente na sequência do alargamento das competências das autarquias nesta matéria. Segundo dados do Projeto Educativo Municipal entre o ano letivo 2009/2010 e 2011/2012 passaram a funcionar mais 14 salas de pré-escolar, na rede pública. Acresce que a crise económica e o aumento das dificuldades

económicas das famílias poderão ter tido, também como consequência, um decréscimo da procura de respostas no privado.

Já em 2011/2012 a rede pública era a que concentrava um maior número de crianças no pré-escolar, tal como se pode ver no gráfico seguinte.

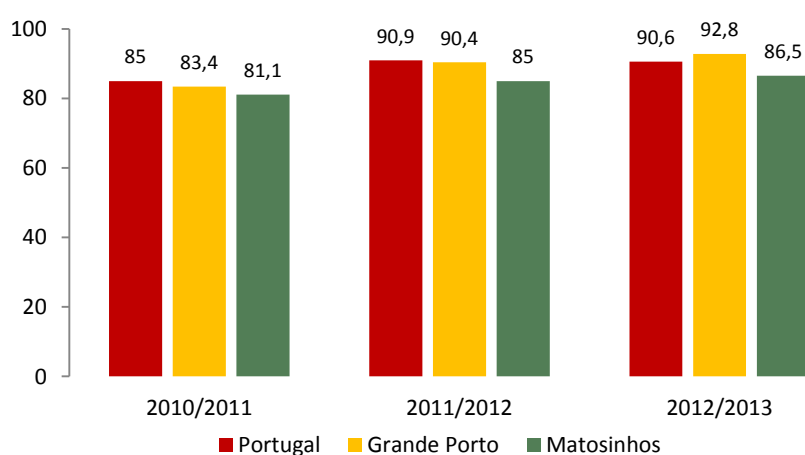
Alunos/as matriculados/as no ensino pré-escolar, no ano letivo 2011/2012, segundo a natureza dos estabelecimentos (%)



Fonte: Divisão de Educação e Formação (2013) [Projeto Educativo – Educação por todos e para todos](#), Câmara Municipal de Matosinhos.

Esta forte aposta no pré-escolar reflete-se, também, no aumento das taxas de pré-escolarização.

Taxa bruta pré-escolarização em Portugal, Grande Porto e Matosinhos | 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, 2011, 2012, 2013.

Assim, Matosinhos passou de uma taxa de pré-escolarização de 81,1%, no ano letivo 2010/2011 para 86,5%, em 2012/2013.

Apesar da evolução verificada no ensino pré-escolar importa lembrar que, num estudo sobre a realidade portuguesa (DEB, 2000), a OCDE chama a atenção para o erro estratégico da não abrangência do grupo etário dos 0 aos 3 anos nas referidas prioridades políticas, o que não está de acordo com a própria conceção de aprendizagem ao longo da vida, reafirmada pelas diretrizes europeias.

13. Sucesso e equidade no ensino básico e secundário

É hoje reconhecido que os progressos registados no domínio da expansão da escolaridade se situam, em particular, na dimensão do acesso e da frequência mas piores resultados têm sido alcançados no que diz ao sucesso escolar.

Ao longo das últimas décadas o abandono escolar foi sendo construído como problema social e a sua importância nas políticas públicas tem sido crescente. Apesar das evoluções positivas registadas, Portugal continua a ser dos países onde o abandono escolar é mais elevado, sendo um indicador e uma expressão das desigualdades no acesso à educação e, em última instância, um preditor das desigualdades sociais. A persistência de abandono escolar compromete não só o desempenho do sistema educativo, como também o desenvolvimento do capital humano, social e económico do país.

Falar de abandono escolar é falar de um fenómeno cada vez mais fluído e de difícil contabilização, “tanto por via dos “falsos abandonos” i.e., alunos que de um ano para o seguinte não se matriculam no sistema público de ensino por passarem a frequentar o sistema privado ou por acompanharem os pais ou outros familiares em migrações para outros países, como por via da diluição dos números de abandono em contextos locais em que se registam fenómenos de crescimento populacional”. (Álvares (coord), 2011: 7)

Ainda que tendo em conta tais limitações, para efeitos de uma melhor compreensão do fenómeno e suas heterogeneidades consideram-se dois indicadores distintos: o abandono escolar dos 10 aos 15 anos e o internacionalmente designado como abandono escolar precoce que olha para o grupo de idades dos 18 aos 24 anos.

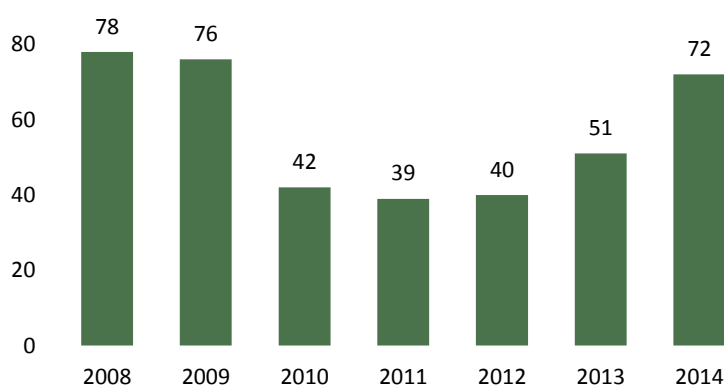
O abandono escolar na faixa etária dos 10-15 anos é o indicador utilizado para aferir o grau de concretização da escolaridade obrigatória de nove anos. Em Portugal, nas duas últimas décadas (1991-2011), a evolução da taxa de abandono foi muito positiva: de 12,6% passou para um valor quase residual (1,7%), sendo a queda mais significativa (9,8pp) a registada na primeira década (cfr. CNE, 2014: 34).

Segundo dados fornecidos pelas escolas do concelho, no ano letivo 2014/2015 a taxa de abandono no ensino básico foi de 0,06%, correspondente à saída do sistema de ensino de 8 alunos/as.

Números mais elevados apresenta a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no seu relatório de 2014. Tal como se pode ver pelo gráfico seguinte, no último ano considerado, foram 72 os casos sinalizados à CPCJ por abandono escolar. Este número corresponde a um aumento quase continuado, desde 2010.

De notar, porém que as faixas etárias consideradas no relatório da CPCJ não são coincidentes com o grupo dos 10-15 anos, mas desconstruindo as 72 sinalizações de acordo com as idades consideradas pode dizer-se que: 24 tinham menos de 15 anos; 36 inserem-se na faixa dos 15 aos 17 e 12 tinha mais de 18 anos.

Número de situações de abandono escolar sinalizadas à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos, 2008-2013



Fontes: Divisão de Educação e Formação (2013) [Projeto Educativo – Educação por todos e para todos](#), Câmara Municipal de Matosinhos; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Matosinhos, Relatório de Atividades de 2013 e Relatório de Atividades 2014.

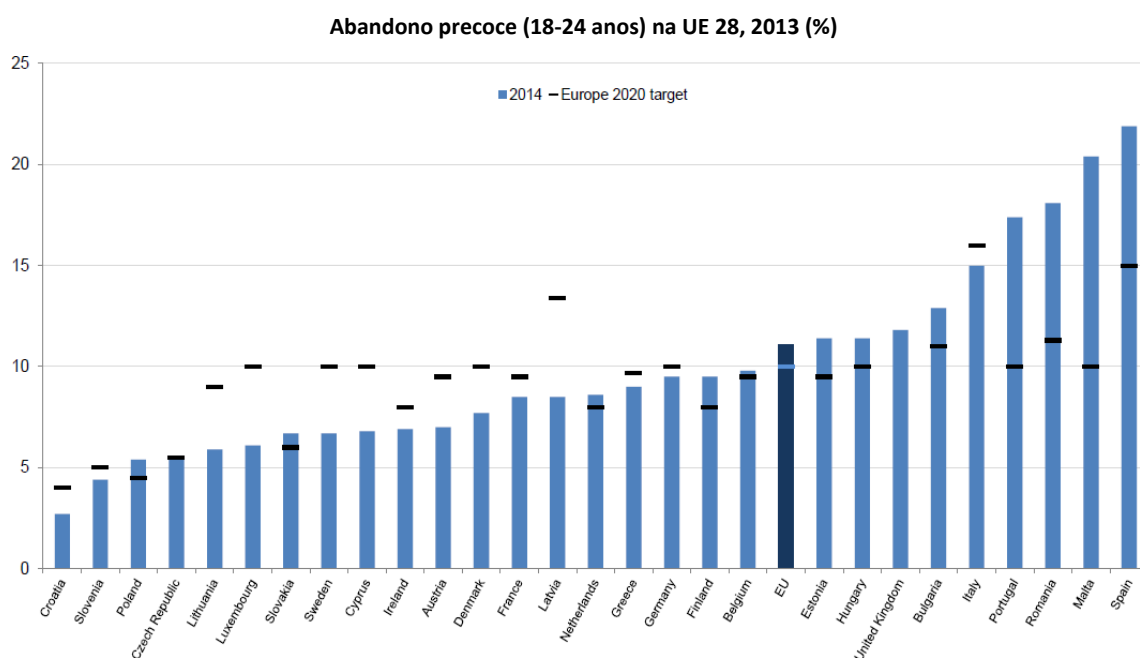
Tendo em conta o território de Matosinhos, e considerando ainda os dados da CPCJ, o abandono escolar não se distribui de forma regular apresentando uma maior incidência nas cidades de S. Mamede Infesta e Senhora da Hora (cf. Projeto Educativo de Matosinhos).

Como se mencionou anteriormente, o abandono escolar precoce, diz respeito à saída do sistema de ensino sem a conclusão (pelo menos) do ensino secundário por parte de pessoas da faixa dos 18 aos 24 anos. Os objetivos que se traçaram ao nível da UE relativamente à redução do abandono escolar assentam precisamente nesta definição partilhada a nível internacional.

Em Portugal, de acordo com os dados dos Censos de 2011, a taxa de abandono precoce conheceu, igualmente, uma “queda muito significativa ao longo de duas décadas, passando de 63,7%, em 1991, para 27,1%, em 2011. O maior contributo para esta redução deve-se à escolarização feminina cuja população, em cada um dos Censos, registou taxas de abandono significativamente inferiores à masculina: 9.3 p.p em 1991, 14.4 p.p em 2001 e 11 p.p em 2011” (CNE, 2014: 36).

A mesma evolução positiva regista o Eurostat, dando conta que o abandono escolar precoce desceu de 38.5%, em 2006, para 17.4%, em 2014.

Contudo, em 2014, Portugal manteve-se, no contexto europeu, numa das piores posições: a quarta pior posição, logo a seguir à Roménia, conforme se pode verificar na figura seguinte.



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey.

Ainda de acordo com o Eurostat verifica-se uma grande variação no abandono de educação e formação entre homens e mulheres. Com exceção da Bulgária, em todos os países da EU, incluindo Portugal o abandono é mais elevado nos homens do que nas

mulheres, sendo que Portugal é dos países onde a diferença entre homens e mulheres é mais acentuada, ultrapassando os 12%. (vd Observatório das Desigualdades).¹⁴

No concelho de Matosinhos os números disponíveis não permitem uma total compreensão do fenómeno, mas alguns indicadores podem ser avançados:

- No ano letivo 2014/2015 as escolas do concelho dão conta da saída de 22 alunos/as do ensino secundário o que corresponde a uma taxa de 1,34%. Desses alunos, 15 frequentavam o 10º ou 11º ano, parte integrante da escolaridade obrigatória.
- De acordo com os dados do Censos de 2011, e considerando o grupo de idades dos 20-24 anos eram 4 776 os jovens que não tinham feito o ensino secundário. Considerando uma desagregação por sexo, aquele número significa 57,8% do total de rapazes daquela faixa etária e 39,8% das raparigas. Note-se, ainda, que 64 destas pessoas não tinham alcançado nenhum nível de ensino.

Estes números e a existência no concelho de projetos que visam a prevenção do abandono escolar ou a criação de alternativas à escola tradicional, como é o caso da Escola de Segunda Oportunidades de Matosinhos¹⁵ revelam que o problema persiste e que requer uma atenção continuada, até porque “numa sociedade cada vez mais escolarizada, o abandono precoce reveste-se de uma maior “gravidade social” e a sua prevenção e remediação devem constituir uma prioridade” (CNE, 2015: 30). No entanto, e tal como já se referiu anteriormente, o abandono escolar no concelho padece de alguma invisibilidade: os números fornecidos pelas escolas são escassos e algumas respostas não são acionadas, como é o caso da Escola de Segunda Oportunidades: *De uma lista de espera de 300 jovens e num universo de 80 jovens que frequentam a Escola de Segunda Oportunidade apenas 5 ou 6 reside na freguesia de S.Mamede* (Workshop de S.Mamede).

O abandono escolar é, pois, um problema complexo que exige atuação em muitos campos e níveis. “Diminuir o abandono precoce, em primeira instância, e alcançar uma escolarização bem sucedida para cada jovem até aos 18 anos, implica muito mais do que a obrigação legal de permanecer na escola, requer trabalho em rede, integração de recursos e de políticas, integração de dispositivos de ação, atenção das comunidades locais e das suas instituições de apoio social, autonomia e responsabilização dos

¹⁴ <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=indicators&id=27>).

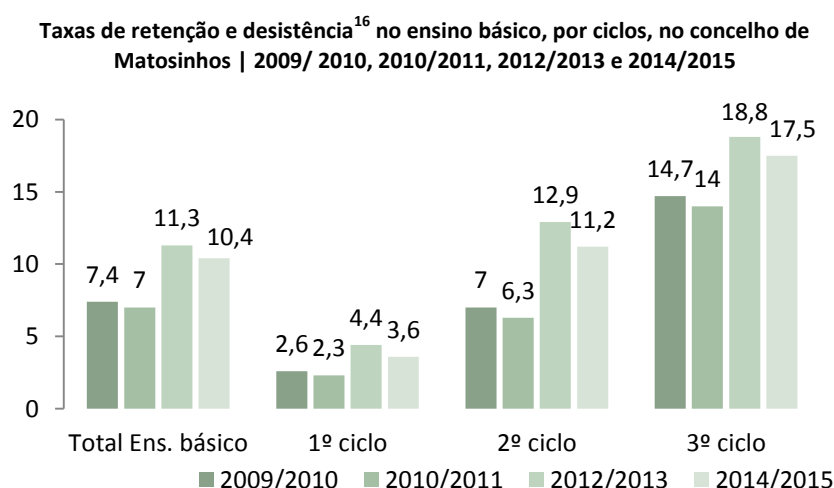
¹⁵ Escola de Segunda Oportunidades de Matosinhos. Ver: <http://ae2o.no.sapo.pt/escola.htm>.

professores e dos órgãos das escolas. Não necessariamente centrada no sistema educativo e de formação, também a remediação das consequências dos que já abandonaram exige um conjunto de propostas de atuação mais consistentes”. (CNE, 2015: 30)

Entre os potenciais fatores de abandono escolar está, certamente, o insucesso.

O insucesso escolar, entendido como a repetência ou retenção durante um ou mais anos ao longo do percurso escolar dos alunos, é apontado por alguns estudos como fator preditivo do abandono escolar.

Tomando como base, as estatísticas produzidas pela Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência, as taxas de retenção e desistência no ensino básico conheceram, no concelho de Matosinhos, uma evolução negativa entre os anos letivos 2009/2010 e 2012/2013.



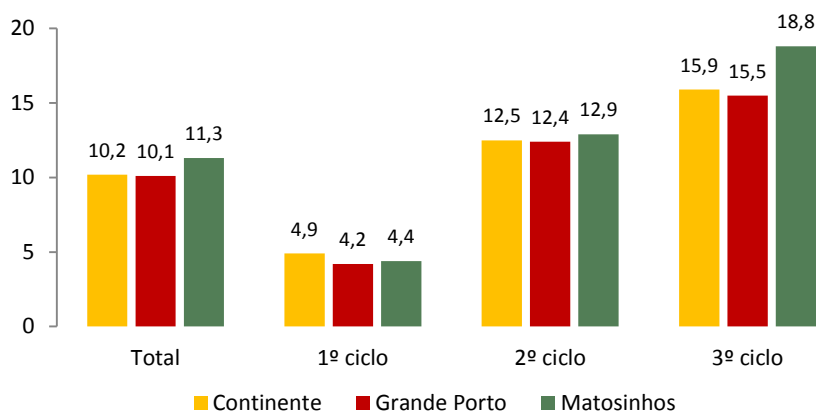
Fonte: Anuários Estatísticos da Região Norte, 2011, 2012, 2013. Câmara Municipal de Matosinhos para o ano letivo 2014/2015.

Naquele período, a taxa de retenção no ensino básico, no concelho, passou de 7,4% para 11,3% sendo que é o 3º ciclo que regista piores resultados, no ano de 2013 – 18,8%. Os dados recolhidos pela Câmara Municipal de Matosinhos, junto das escolas do concelho, revelam, porém, uma tendência para a descida das taxas de retenção ainda que os números continuem aquém das percentagens apresentadas no início da década.

¹⁶ Considera-se a percentagem dos efetivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

No contexto do país, e da sua região envolvente, Matosinhos tem vindo a apresentar taxas de retenção mais elevadas, sendo que é, uma vez mais o 3º ciclo, aquele nível de ensino que evidencia uma maior diferença.

Taxas de retenção e desistência no ensino básico, por ciclos, Continente, Grande Porto e Matosinhos | 2012/2013

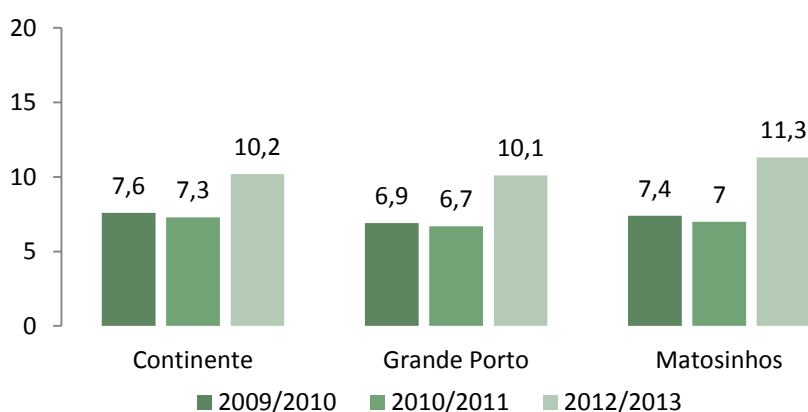


Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2013, segundo as Estatísticas da Educação.

Mas a evolução negativa das taxas de retenção verificada em Matosinhos, nos últimos anos, vem a par da verificada tanto no Continente, como na região do Grande Porto, embora no concelho o aumento tenha sido mais acentuado (3.9 p.p).

54

Taxas de retenção e desistência¹⁷ no ensino básico Continente, Grande Porto e Matosinhos | 2009/2010 - 2012/2013

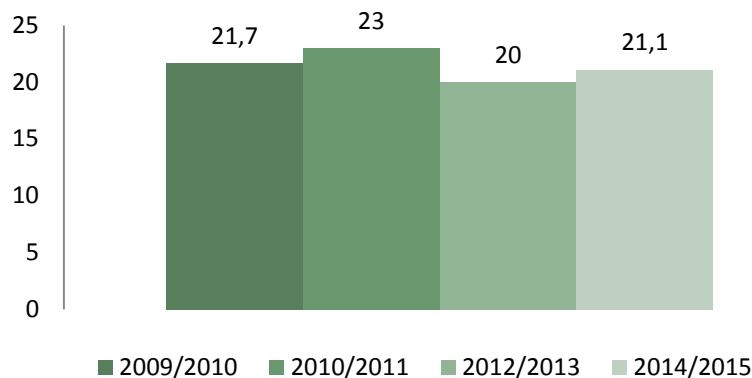


Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2013, segundo as Estatísticas da Educação.

¹⁷ Considera-se a percentagem dos efetivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

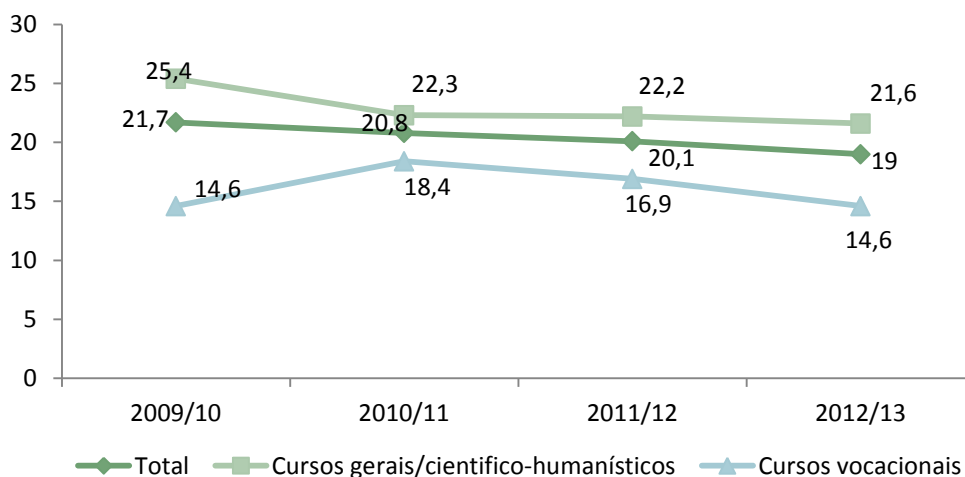
Considerando o ensino secundário verifica-se uma evolução mais positiva das taxas de retenção e desistência, ainda que elas se mantenham num nível elevado – 21,1% no ano letivo 2014/2015.

Taxas de retenção e desistência¹⁸ no ensino secundário, no concelho de Matosinhos | 2009/2010, 2010/2011, 2012/2013 e 2014/2015



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Norte, 2011, 2012, 2013. Câmara Municipal de Matosinhos para o ano letivo 2014/2015.

Taxa de transição / conclusão no ensino secundário, no concelho de Matosinhos | 2012-2013

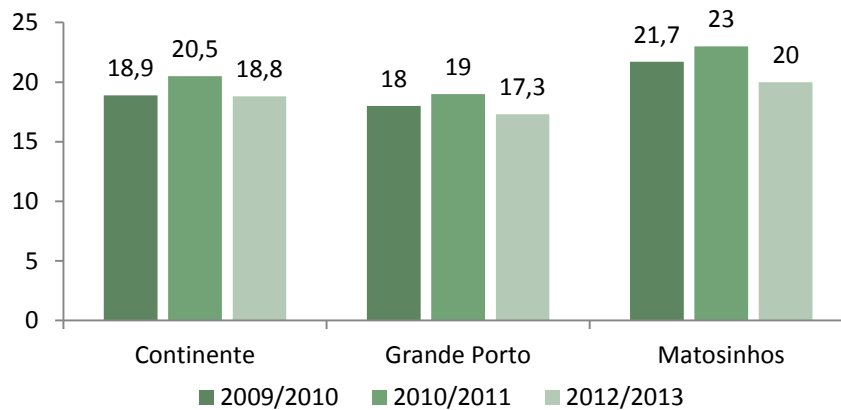


Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, 2013.

¹⁸ Considera-se a percentagem dos efetivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

Também o ensino secundário, em Matosinhos, apresenta taxas um pouco mais elevadas do que as de outros territórios, tal como se pode verificar no gráfico seguinte.

Taxas de retenção e desistência no ensino secundário no Continente, Grande Porto e Matosinhos
| 2009/2010 - 2012/2013



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Norte, 2011, 2012, 2013.

Nos *workshops* realizados alguns fatores foram enunciados como potenciais explicações para uma evolução negativa das taxas de retenção, em geral:

- i) A destabilização económica de muitas famílias, na sequência do desemprego e da crise económica, bem como o aumento dos horários de trabalho, terá tido os seus impactos negativos no desempenho escolar de algumas crianças. A discussão realizada no seio do *workshop* da Educação dá conta dessa realidade: *As exigências profissionais nos últimos anos foram crescentes. As pessoas que estão desempregadas estão angustiadas com essa situação e tentam encontrar formas de ultrapassar mas passam essa preocupação para os filhos. As que estão empregadas têm mais exigência profissional, pelo que há cada vez menos disponibilidade para o apoio aos filhos. E depois há a tendência para que o pouco tempo que passam com os filhos rentabilizar da forma menos penosa, isto é, não falar de problemas, não falar de escolas...* (Participante no *workshop* da educação).
- ii) A diminuição do número de docentes com implicações na qualidade do ensino ministrado. Em Matosinhos - de 3 183 docentes no ensino básico e secundário, no ano letivo de 20010/2011, passou-se para 2 680, no ano de 2012/2013 o que implicou, muito provavelmente, um aumento do número de alunos por sala.
- iii) A diminuição das ofertas formativas alternativas, tornando o sistema de ensino menos versátil e com menos capacidade de atrair crianças e jovens com distintas capacidades.

De acordo com os dados oficiais,¹⁹ após 2009/2010 deixou de haver jovens inscritos em cursos de aprendizagem, no 2º e no 3º ciclo, certamente por falta de oferta; o número de alunos/as inscritos/as em cursos de educação formação passou de 721, no ano letivo 2008/2010 para 229, no ano de 2012/2013. E este tornou-se um obstáculo à captação do interesse de uma boa parte dos alunos e alunas para quem um *estilo de ensino teórico não interesse. Uma boa parte dos adolescentes quer coisas práticas, quer aprender a fazer* (Participante no *workshop* da educação).

- iv) O facto de ser condição para entrada nos cursos vocacionais a existência de retenções: *Parece que estamos a dizer aos alunos que têm que reprovar para fazer a formação que querem. Os alunos já interiorizam esse tipo de procedimento e desleixam-se para reprovarem* (Participante no *workshop* da educação). Por outro lado, há mesmo quem afirme que *a entrada num curso vocacional inviabiliza, em termos práticos, o ingresso no ensino superior ao introduzir novos exames como condição de acesso: Os vocacionais são uma resposta iníqua. Os jovens ficam enfiados num vocacional que não lhes permite continuar estudos via ensino universitário. É uma segregação miserável* (Participante no *workshop* da educação).

Na perspetiva do Conselho Nacional de Educação (2015) a “problemática da retenção no sistema educativo português assume contornos preocupantes, quer pela expressão, quer pela manifesta ineficiência e ineficácia desta medida para a melhoria do desempenho escolar dos alunos” (CNE, 2015:3). Com efeito, estudos têm demonstrado que os alunos e alunas que são retidos não revelam tendência para uma melhoria dos seus resultados escolares havendo, ao contrário, uma propensão para novas retenções.

Aliás, apesar das elevadas taxas de retenção verificadas no concelho, há quem se preocupe com os níveis de literacia dos jovens rapazes e raparigas que concluem a sua escolaridade: *os jovens que muitas vezes saem da escola com um grau académico que de facto não corresponde às competências adquiridas* (participante no *workshop* de Matosinhos).

Por outro lado, no sistema de ensino persiste numa seleção social do insucesso. Ou seja, “existe uma maior probabilidade de retenção de alunos com piores condições socioeconómicas, bem como de alunos provenientes de países estrangeiros.” (CNE, 2015:3).

¹⁹ Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, estatísticas publicadas em INE, Anuário Estatístico.

Vários têm sido os estudos realizados que demonstram a estreita relação entre condição social e o sucesso escolar, sendo que a condição social se relaciona também com a participação das famílias nas escolas, opções vocacionais e aspirações profissionais e o nível de instrução alcançado.

Note-se que a Recomendação da Comissão Europeia de 20 de fevereiro de 2013, *Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade*²⁰ (2013/112/UE) assume a relação enunciada entre uma baixa condição social e económica e as dificuldades ao nível do sucesso escolar quando menciona que “as crianças que crescem em situação de pobreza ou exclusão social têm menos probabilidades do que as mais favorecidas de serem bem-sucedidas na escola”. Refere, ainda, a necessidade de “criar um ambiente de aprendizagem inclusivo mediante o reforço da ligação entre as escolas e os pais e prestar, se necessário, apoio personalizado a fim de compensar desvantagens específicas, nomeadamente através da formação dos pais das crianças de minorias étnicas e migrantes.”

Entre os atores sociais do concelho de Matosinhos há a consciência do esforço que tem sido feito, em particular pela autarquia e também pelas escolas, no sentido do combate ao insucesso escolar (e consequentemente o abandono). Nomeadamente a autarquia tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos de prevenção e de promoção do sucesso educativo: A Ler Vamos...; Matiga – Matemática Amiga; EPIS (Empresários pela Inclusão Social); Projeto de Integração Escolar e Social-PIES; Escola de Segunda Oportunidades.

No entanto, há também a noção de que, apesar de tudo, estes são fenómenos que ultrapassam uma dimensão concelhia e continuam a atingir mais uns alunos do que outros: *são aqueles que não têm dinheiro para pagar recursos extra, explicações ou ATL's* (participante no workshop da educação).

Curiosamente emerge no discurso de profissionais o efeito Pigmaleão tantas vezes apontado ao sistema de ensino: *há alunos que nós sabemos que desde a pré, desde o 1º ciclo, sabemos que vão ter insucesso* (participante no workshop da educação).

Também os jovens, rapazes e raparigas participantes ativos dos grupos de discussão, expressam bem a ideia de que uma certa seleção social está presente na escola. Por um lado, há a perspetiva de que a escola segrega: *Há uma tendência para os jovens*

²⁰ Disponível em: <http://apei.pt/upload/ficheiros/var/jornal%20oficial%20UE.pdf>.

desfavorecidos acabarem por ficar juntos na mesma turma, por outro lado, revela-se a falta de formação e de preparação, dos professores, para se adaptarem ao contexto que os rodeia, sobretudo nos meios mais desfavorecidos. É necessário perceber com quem é que se lida, quem se vai ensinar e saber como o fazer (Participante no workshop da juventude). Perante esta falta de capacidade de adaptação, a atitude mais frequente é o da desistência: *os professores desistem dos alunos mais difíceis pois assumem que eles não sabem, logo não se preocupam com o que fazem* (Participante no workshop da juventude).

Ainda na opinião expressa pelos/as participantes estas são situações que geram insatisfação nos alunos e alunas de certos meios sociais e que podem conduzir não só ao insucesso como a comportamentos de indisciplina.

A indisciplina nas escolas surge no discurso de professores/as e alunos/as. Os primeiros referem-se à cada vez maior precocidade de comportamentos indisciplinados e às dificuldades de relação dos/as jovens com as regras de funcionamento da escola:

- *A questão que temos não é aquela indisciplina relacionada com a agressividade mas uma relação difícil com as regras da escola* (Participante no workshop da educação).
- *Dantes só havia questões comportamentais disciplinares a partir do 2º ciclo, agora já se verificam dificuldades de gestão de sala de aula antes desse ciclo* (Participante no workshop da educação).

Para os rapazes e as raparigas que foram auscultados no contexto deste diagnóstico a indisciplina que se faz sentir hoje na escola prende-se com uma outra perspetiva sobre a autoridade: *na altura da minha mãe ou da minha avó havia um receio, ou um medo, do poder do professor. Agora esse poder está banalizado (...). Mas eu acredito que as crianças e jovens são fáceis de trabalhar, tem é de se saber lidar com eles, falar com eles e sabermos-nos colocar no seu lugar e compreendê-los, até porque todos nós passamos pelas mesmas fases* (Participante no workshop da juventude).

Por outro lado, entre os mais jovens há a consciência de que ter atitudes e comportamentos de infração às regras instituídas significa uma certa popularidade: *os rufias sempre foram os mais populares* (Participante no workshop da juventude) mas por vezes um mau comportamento na escola esconde problemas mais graves que podem não ser detetados se não houver capacidade de escuta por parte do corpo educativo: *Em vez de passarem logo para um castigo é conversarem. Por vezes as crianças e jovens mais mal comportados são os que realmente precisam de ajuda. Têm o*

verdadeiro problema dentro deles: algumas dúvidas, problemas em casa, e às vezes o poderem falar, ajuda...(Participante no *workshop* da juventude).

O absentismo escolar será, também, uma expressão do desafio à autoridade de pais e professores e uma manifestação do desinteresse pela escola, na sua vertente de aprendizagem. No ano letivo de 2014/2015 os dados das escolas do concelho referem a existência de 72 retenções por faltas.

14. A educação e formação de adultos

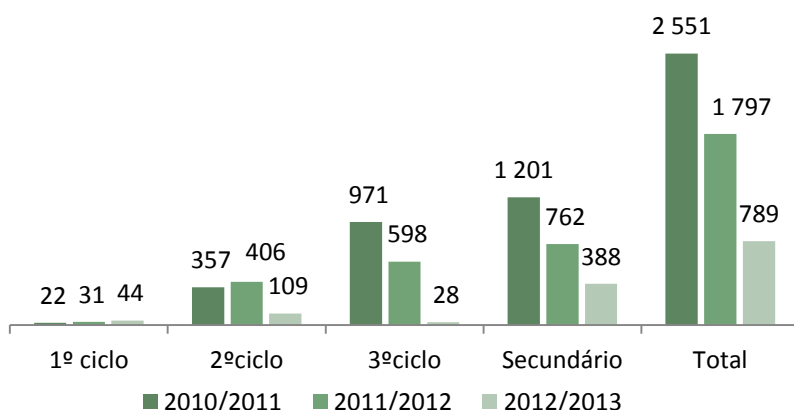
A educação de pessoas adultas deve ser encarada como parte integrante de uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida, seja através de programas de promoção da literacia ou numeracia, seja através do desenvolvimento continuado de competências que visem uma progressiva capacidade de responder às novas exigências colocadas pelas transformações sociais e por aquelas que ocorrem no mercado de trabalho.

As práticas de “aprendizagem ao longo da vida”, e muito concretamente a vertente de educação/formação de pessoas adultas, têm-se orientado por duas conceções distintas. Uma que reconhece ao conhecimento e à informação o papel de "matéria-prima", fundamental do desenvolvimento económico; a segunda que põe em relevo a diversidade de saberes e competências requeridas pelas sociedades contemporâneas, sejam elas as competências pessoais, necessárias à construção da autonomia e de projetos de vida das pessoas, ou ainda as indispensáveis competências sociais de cidadania ativa, de capacidade de cooperação, de respeito pela diferença e de participação social.

No concelho de Matosinhos tem havido uma forte aposta na criação de respostas dirigidas a uma população que já saiu da escola mas que, por motivos vários, pretende, e/ou necessita de, progredir nos seus processos de aprendizagem, sejam eles de âmbito mais ou menos formal.

Tomando como referência os dados do Censos de 2011, e considerando o grupo dos 25 aos 64 anos – pessoas que estão em idade ativa e que poderiam mesmo ter concluído o ensino superior, eram mais de noventa mil as que não tinham concluído sequer o 3º ciclo do ensino básico. Entre aquelas 28 851 incluem-se no grupo dos 25 aos 44 anos e 53% são do sexo masculino. No grupo de idades dos 45 aos 64 anos regista-se a presença de 61 690 indivíduos, dos quais 55% são do sexo feminino.

Alunos/as matriculados/as em modalidades de educação/formação orientadas para pessoas adultas em Matosinhos | 2010/2011 - 2012/2013



Fonte: Anuários Estatísticos da Região Norte, 2011, 2012, 2013.

Tal como se pode verificar no gráfico anterior, à exceção do 1º ciclo do ensino básico, todos os outros níveis de ensino tiveram um forte decréscimo no número de alunos/as matriculados/as nas diferentes modalidades de educação/formação orientadas para adultos.

O sistema de reconhecimento e validação de competências foi um instrumento fundamental para a efetiva implementação de uma política de aprendizagem ao longo da vida e, mais concretamente, para a implementação de um sistema de educação orientado para pessoas adultas: entre os anos letivos considerados as pessoas inscritas em processos de RVCC, residentes no concelho de Matosinhos, representavam mais de 60% dos/as alunos/as matriculados/as matriculados/as em modalidades de educação/formação de adultos.

Não só pela sua existência, mas sobretudo pela natureza do sistema RVCC, um relatório de 2010 do CEDEFOP, considera Portugal no primeiro grupo de países, juntamente com a França e a Noruega, como sendo um país que estabeleceu práticas de validação, abrangendo todos ou a maior parte dos setores de aprendizagem e que demonstram já um nível significativo de certificações por esta via. “Nesta categoria, os países estabeleceram um quadro legislativo ou uma política nacional, que pode ser uma política nacional relativa à validação em todos os setores ou um conjunto de políticas/leis relativas a diferentes setores que, em conjunto, formam um enquadramento geral”. (Aníbal, 2013)

No âmbito deste sistema foram criados, em Matosinhos, sete Centros Novas Oportunidades (CNO) promovidos por um conjunto diversificado de instituições. Dados constantes do Projeto Educativo – Educação por todos e para todos, Câmara Municipal

de Matosinhos dão conta de um elevado número de pessoas inscritas (8 827) nos CNO's do concelho, das quais 31% tinham sido certificadas.

Pessoas inscritas nos Centros Novas Oportunidades de Matosinhos, Número de diagnósticos, processos e certificados

	ADEIMA	FORMAJUDA	FOR-MAR	ESAG	ZARCO
N.º de inscritos no CNO	1 491	746	1 878	3 278	1 434
N.º de diagnósticos e encaminhamentos para as diversas ofertas EFA	1 574	149	1 718	909	1 290
N.º de inícios de processos de RVC	843	449	1 524	1 814	411
N.º de certificados	602	313	1 033	374	432

Fonte: Divisão de Educação e Formação (2013): 65.

De acordo com o INE eram 1 586 as pessoas residentes em Matosinhos que estavam matriculadas em RVCC, no ano letivo 2010/2011. Esse número desceu abruptamente para 459, em 2012/2013.

Também os cursos de Educação Formação de Adultos conheceram um grande decréscimo no número de pessoas matriculadas: de 895 pessoas inscritas passou para 246, em 2012/2013 (INE, Anuário Estatístico).

Este decréscimo do número de pessoas inscritas correspondeu, no fundo, a uma diminuição das ofertas formativas que se ficaram a dever não só a limitações financeiras à implementação dos cursos mas, fundamentalmente, a uma alteração das orientações políticas. Estas novas orientações extinguem os CNO e criam os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) sendo estes mais orientados para a certificação de competências que possam ser úteis nos processos de transição para o mercado de trabalho ou de reconversão profissional, perdendo-se um pouco a perspetiva do desenvolvimento pessoal e de competências para uma cidadania ativa.

Ora, na perspetiva de alguns participantes nos diferentes grupos de discussão realizados, o hiato de tempo verificado entre a extinção dos CNO's e a criação dos CQEP fez com que muitas pessoas se desmobilizassem em torno do seu processo de aprendizagem (workshop de Leça do Balio)

Atualmente existem em Matosinhos cinco Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional promovidos pelas seguintes entidades: ADEIMA, AEP, Escola Secundária João Gonçalo Zarco, FOR-MAR, funcionando, por vezes, em complementaridade com os CQEP os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) que permitem uma dupla certificação – escolar e profissional.

Este caminho vai, no sentido do reforço de uma perspetiva da aprendizagem ao longo da vida, e em particular a educação/formação de adultos, enquanto instrumento de uma adaptação progressiva das competências pessoais e profissionais às exigências de uma economia de mercado.

Uma referência deve ainda ser feita às Universidades Senior como espaços de partilha de conhecimento e aprendizagem para as pessoas mais velhas. A este propósito importa referir a sua presença no concelho através de três iniciativas:

- Universidade Sénior de Matosinhos/Universidade Sénior Rotary – projeto desenvolvido em parceria entre a autarquia e o Clube Rotary do concelho.
- Universidade Sénior Florbela Espanca – gerida por uma associação sem fins lucrativos que resulta da associação entre o Lions Clube de Matosinhos, a Câmara Municipal de Matosinhos e a Associação Empresarial do Concelho de Matosinhos.
- Universidade Sénior Flor de Infesta – desenvolvida pelo Grupo Dramático e Musical Flor de Infesta.

Em 2012/2013 frequentavam estas universidades um total de 379 pessoas.

15. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

A reflexão realizada no contexto dos grupos de discussão permite fazer uma síntese dos principais problemas, ou constrangimentos do domínio da educação, apontando-se no sentido da definição de algumas prioridades. São ainda consideradas linhas de força como sendo os aspetos mais positivos nos quais se poderá apoiar uma atuação futura.

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Sistema de ensino desadequado a públicos com competências e interesses diversificados	Aumento do nível de instrução da população e da média de anos de escolaridade
Existência de situações de indisciplina nas escolas	Diminuição das taxas de analfabetismo
Quebra de dinâmica no sistema de aprendizagem ao longo da vida	Aposta na educação pré-escolar e aumento das taxas de pré-escolarização
Persistência do abandono escolar	Reconhecimento da importância da aprendizagem ao longo da vida por parte de profissionais e de alguns setores da população
Persistência do insucesso escolar em níveis mais elevados do que na região	Existência de pessoal qualificado para processos de reconhecimento e validação de competências das pessoas adultas
Poucas ofertas de cursos vocacionais no ensino básico	Dinamismo das universidades seniores
	Forte aposta da Câmara Municipal de Matosinhos no setor da educação: Renovação do parque escolar; Múltiplas iniciativas de diferentes divisões da Autarquia em direta articulação com as escolas; <i>Vários projetos de prevenção e promoção do sucesso educativo em curso: A Ler Vamos...”; “Matiga – Matemática Amiga”; EPIS (Empresários pela Inclusão Social); Projeto de Integração Escolar e Social-PIES (ver: Projeto Educativo Municipal: educação por todos e para todos)</i>
	Existência de uma Escola de Segunda Oportunidades
	Existências de escolas profissionais privadas com homologação do Ministério da Educação e do IEFP: Escola Profissional Ruiz Costa; Escola Profissional Alternância; EPROMAT – Escola Edmundo Ferreira; FOR-MAR
	Existência do Projeto Educativo Municipal

VI. Emprego

O emprego é um direito social básico que se encontra reconhecido a todos os cidadãos e cidadãs na Constituição da República Portuguesa (4ª revisão de 1997).

No seu artigo 58º a Constituição refere que incumbe ao Estado promover a “execução de políticas de pleno emprego”; saliente-se a alínea a) do artigo 59º onde se escreve que todos/as trabalhadores/as têm direito, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, convicções políticas ou ideológica, “à retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna”.

Por seu turno, a Carta Social Europeia refere, no nº 1 da Parte I, que “toda a pessoa deve ter a possibilidade de ganhar a vida por um trabalho livremente empreendido”. A Carta Social refere, ainda, que “todos os trabalhadores têm direito a uma remuneração justa que lhes assegure, assim como às suas famílias, um nível de vida satisfatório”.

Nos últimos anos, assistiu-se a um grande aumento do desemprego, sendo que este atinge hoje pessoas com uma muito maior diversidade de situações no que diz respeito aos níveis de qualificação escolar e profissional, numa conjugação entre desemprego estrutural e conjuntural. Na sequência deste aumento, Portugal situa-se, atualmente, entre os países da Europa com taxas de desemprego mais elevadas, o que corresponde a uma viragem numa posição que o distinguia da média europeia ao apresentar taxas de desemprego muito baixas.

A exclusão face ao direito ao emprego ou, numa perspetiva mais ampla, ao trabalho, continua a ser uma das questões absolutamente centrais no debate sobre a coesão social.

Os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) realizado em 2014, sobre rendimentos de 2013, publicados pelo INE em outubro de 2015, dão conta de que 26,6% das pessoas em situação de pobreza são pessoas desempregadas. Por outro lado, a taxa de pobreza entre quem está desempregado é de 40,5%.

Os mesmos dados revelam, também, que: 28,1% das pessoas pobres trabalham; a taxa de pobreza entre trabalhadores é de 10,7% revelando esta taxa, nos últimos anos, também uma tendência para aumentar.

Estes números revelam, pois, a grande vulnerabilidade ao fenómeno da pobreza por parte de quem se encontra no desemprego, com todas as repercussões que tal fenómeno tem na vida das pessoas e das famílias. Repare-se que ter um emprego, ou desempenhar uma atividade profissional remunerada, representa, para a maior parte das famílias, a principal fonte de rendimentos e, como tal, a principal forma de se alcançar autonomia. Ter um emprego / uma profissão é, ainda, pese embora todas as transformações sociais, ter acesso a um determinado estatuto que geralmente se assume como uma referência social muito importante.

Mas a gravidade dos dados apresentados está para além destes aspetos pois eles revelam uma cada vez menor capacidade de proteção por parte do trabalho face aos processos de empobrecimento. Com efeito, a qualidade de emprego, a que se refere a Carta Social Europeia ao mencionar a necessidade de o trabalho garantir níveis de remuneração justos, de modo a permitir níveis de vida satisfatórios, está posta em causa, quando parte importante das pessoas que trabalham é atirada para a pobreza.

16. Uma perspetiva evolutiva do emprego no concelho

66

De acordo com o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2011, a taxa de atividade no concelho de Matosinhos era de 50,3% (53,7% para os homens; 47,3% para as mulheres), superior, portanto, à taxa para Portugal que se situava nos 47,6%.

Ainda de acordo com a mesma fonte, eram 75 059 as pessoas residentes no concelho de Matosinhos que se encontravam a trabalhar. Este valor é inferior ao apurado no Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001, em que se registaram 78 877 pessoas empregadas. Inverte-se, assim, a tendência de crescimento da taxa de atividades e das pessoas com emprego que se tinha verificado nas décadas anteriores.

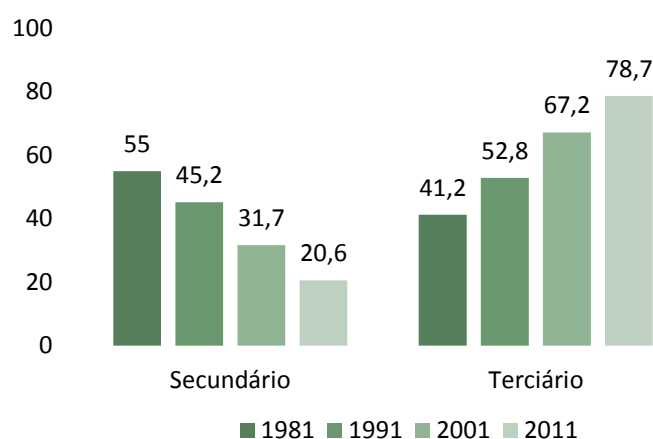
Por outro lado, tomando a informação constante nos Anuários Estatísticos, dá-se conta de 43 222 pessoas a trabalhar por conta de outrem, no concelho de Matosinhos, no ano de 2009, e de 42 463 pessoas para o ano de 2012.

Esta diminuição da população com emprego, no concelho, está na linha do que se tem verificado para o país. Com efeito, os inquéritos ao emprego realizados pelo Instituto Nacional de Estatística têm vindo a registar essa tendência. No 1º trimestre de 2012, o referido inquérito dá conta de uma população empregada no país de 4 662,5

indivíduos.²¹ No período homólogo, no ano de 2015, foram registadas 4 477,1 mil pessoas empregadas,²² o que significa uma diminuição de 185,4 mil pessoas com emprego.

Também como aconteceu em Portugal, a atividade económica em Matosinhos tem sido marcada por um continuado aumento dos ativos no setor terciário, a par de um decréscimo dos ativos, quer no setor primário, quer no setor secundário. Este é um processo de terciarização que teve início nos anos 80 e que se mantém na última década ainda que já em franca desaceleração. Partindo de universos diferentes, os gráficos seguintes dão conta disso.

Estrutura da população residente empregada, no concelho de Matosinhos, segundo o setor de atividade económica | 1981 – 2011 (%)



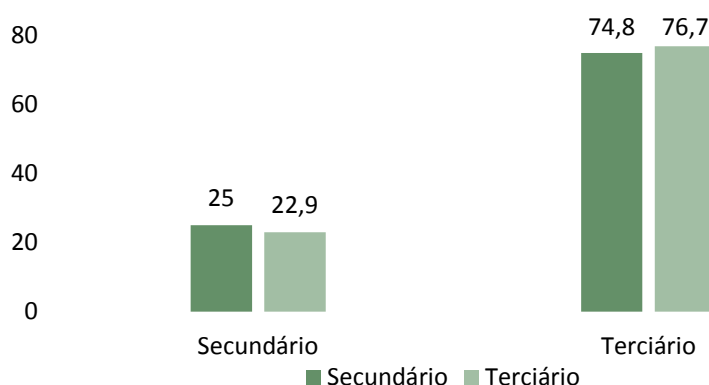
Fontes: Cálculos feitos com base em dados do INE, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991, 2001 e 2011.

Tomando como base de análise os últimos anos, constantes nos Anuários Estatísticos da Região Norte, para os quais existe informação disponível a nível concelhio, pode verificar-se que, em 2012, existiam, em Matosinhos, 9 735 trabalhadores por conta de outrem no setor secundário (22,9%) e 32 571 no setor terciário (76,7%). Comparando com 2009 constata-se uma diminuição de 1 063 pessoas a trabalhar por conta de outrem no setor secundário, enquanto no sector terciário houve um ténue aumento de 262 pessoas.

²¹ INE, Estatísticas do Emprego 2012, 1º trimestre.

²² INE (2014d) "Taxa de desemprego estimada em 13.7%" in [Destaque – Estatísticas do emprego – 1º trimestre 2015](#), 6 de maio 2015.

Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos do concelho de Matosinhos, segundo o sector de atividade | 2009 e 2012 (%)



Fontes: Cálculos feitos com base em dados do INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 e 2013.

Estes processos de desindustrialização e de terciarização são grandes protagonistas da evolução da estrutura setorial da economia, nos últimos 25 anos. Apesar de tudo, há regiões que se mantêm como “bolsas indústrias”. Este é o caso das regiões norte e centro, que “com mais de 30% do VAB vindo do sector secundário, são as regiões mais especializadas nesta atividade no contexto nacional, surgindo em 77.º e 82.º lugar no ranking regional europeu” (Mateus, 2015: 93). No contexto da região norte, Matosinhos é um dos concelhos onde, apesar de tudo, o setor industrial se mantém relevante.

68

Para além disso, será importante enunciar outros elementos que permitem compreender um pouco melhor o tecido empresarial do concelho. Assim, tendo em conta a informação para o ano de 2012:

- 95,9% das empresas tinham menos de 10 pessoas ao serviço;
- 64,7% eram empresas individuais;
- A média de pessoal ao serviço era 4,6.²³

Estes valores são muito semelhantes aos apresentados, quer para o Grande Porto, quer para o país. No estudo realizado por Augusto Mateus sobre Portugal nos últimos 25 anos refere-se que entre 1986 e 2009 que “as microempresas, com menos de dez trabalhadores, foram as que mais quota ganharam no total de estabelecimentos do país, subindo de 18% para 33%; (...) as grandes empresas, com pelo menos 250 trabalhadores, foram das que mais quotas perderam no total de estabelecimentos do país, passando de 26% a 14%” (Mateus, 2015: 177).

²³ Valores inscritos no [Anuário Estatístico da Região Norte 2013](#), (III.3.1.).

Refere ainda o mesmo estudo que o tecido empresarial português não só é dominado por estabelecimentos de pequena dimensão, como também por uma tumultuosa dinâmica de criação e de encerramento de empresas. São as grandes empresas e as empresas mais antigas aquelas que, em termos gerais, apresentam uma maior taxa de sobrevivência, o que indicia debilidades competitivas à partida na criação dos negócios já que apenas “três em cada dez empresas criadas em Portugal no ano de 2004 mantinha as portas abertas cinco anos depois” (Mateus, 2015: 178).

Esta importância das grandes empresas é visível em Matosinhos. O concelho destaca-se por apresentar um valor de negócios superior (544,9 milhões de euros, face as 306,6 de Portugal e aos 319,2 do Grande Porto), mas 45% do volume de negócios concentra-se nas suas quatro maiores empresas.

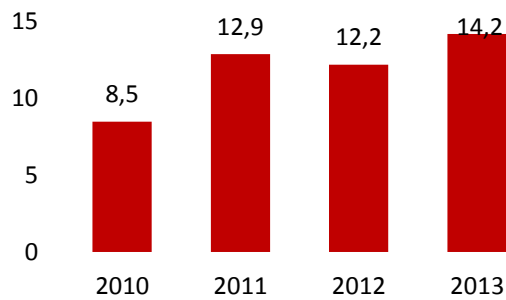
Não existindo dados para o concelho, é de considerar que a atividade económica em Matosinhos não deve ter ficado alheia à crise económica vivida no país e à já referida grande tendência para uma forte dinâmica ao nível do encerramento de empresas que se acentuou nos anos de crise, conforme se torna visível no gráfico seguinte.

Tomando os dados disponíveis para a região norte são notórias as dificuldades sentidas pelas empresas, em particular nos últimos anos, o que se expressa numa taxa de mortalidade crescente entre 2010 e 2013. Uma maior mortalidade nas empresas reflete-se, certamente, na perda de emprego e, conseqüentemente, na diminuição do número de pessoas empregadas que anteriormente foi mencionado.

Nos grupos de discussão realizados para além do “pano de fundo” da atual crise foram avançados alguns problemas que podem estar na origem da mortalidade das empresas:

- Elevado preço do imobiliário.
- Perspetiva do lucro imediato por parte dos/as empresários/as –*alguns pensam que criar uma empresa é como fazer um pudim instantâneo* (Participante no *workshop* sobre emprego).
- As limitações na rede de transportes interna ao concelho que faz com que seja muito difícil conseguir a mão-de-obra necessária para certos horários de trabalho.
- A falta de formação e de preparação dos/as empresários/as.
- As dificuldades ao nível do associativismo empresarial.

Taxa de mortalidade das empresas na região norte (%) | 2010-2013



Fonte: INE (2015), [Empresas em Portugal](#)

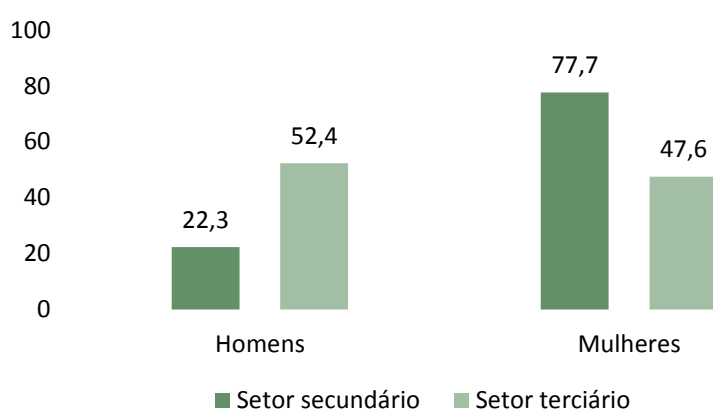
Apesar das dificuldades que se têm vindo a fazer sentir, ao nível da criação de empresas e de emprego - *não há emprego sem empresas* (Participante no *workshop* do emprego) - Matosinhos possui algumas características que podem potenciar a criação de um maior dinamismo empresarial: a proximidade com o mar e o ter o lugar de destaque que tem no transporte de mercadorias e na produção e distribuição energética. Por outro lado, nomeadamente a pesca, e os seus produtos, apoiaram Matosinhos na criação de uma imagem que tem contribuído para a consolidação e crescimento da restauração, área que certamente se impõe no setor terciário. A sua localização geográfica, o investimento que tem sido feito em termos ambientais; a existência, nas imediações, do aeroporto Sá Carneiro; a aposta na construção de alguns equipamentos, como a Casa da Arquitetura e a Casa do Design, que assentam na criatividade e no *design*, podem ser pilares para o alargamento de setores como o turismo, por exemplo, abrindo-se margem para um maior crescimento do setor terciário.

No entanto há quem afirme que é *urgente uma nova política autárquica que apoie a fixação de empresas no concelho*. Há empresas que se estão a deslocar para outros concelhos na sequência dos elevados preços dos terrenos e dos alugueres comerciais e face à inexistência de infraestruturas de apoio. Perante esta situação *é preciso alterar a política de crescimento de há décadas baseada no crescimento do imobiliário, importa apostar na fixação de empresas e na criação de infraestruturas de apoio logístico* (Participante no *workshop* do emprego).

17. Caracterização da mão-de-obra

A distribuição das pessoas que trabalham por setor de atividade, segundo o sexo, dá conta da discrepância existente entre trabalhadores masculinos e femininos. Com efeito, o setor secundário apresenta um grande peso da mão-de-obra masculina, enquanto no setor terciário há um maior equilíbrio, ainda que com preponderância para a presença de mão-de-obra feminina.

Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos do setor secundário e terciário do concelho de Matosinhos, segundo o sexo | 2012 (%)

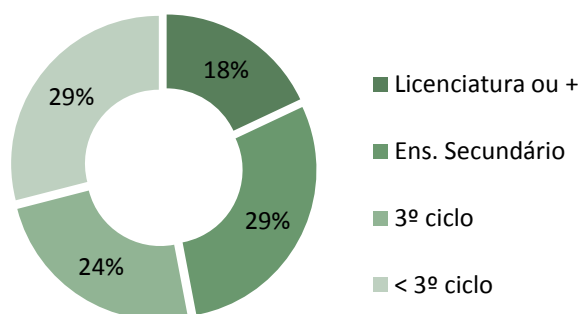


Fonte: Cálculos feitos com base em dados do INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2013.

O facto de existir um setor secundário masculinizado e um setor terciário com uma maior presença das mulheres é uma realidade que ultrapassa as fronteiras do concelho e se faz sentir a nível nacional. As Estatísticas do Emprego de 2013 revelam para Portugal uma taxa de feminização dos serviços de 55,7% e uma taxa de masculinização do setor secundário de 70,5% /CIG, 2014:117).

Tanto a nível nacional, como certamente a nível concelhio, “o acréscimo do contingente feminino constitui um factor importante do crescimento do sector terciário (...). Porém, o aumento da atividade feminina concentrado no sector dos serviços não pode escamotear a situação de as mulheres estarem acantonadas em actividades tipicamente femininas (...), pouco qualificadas, com baixas remunerações e escassas oportunidades de progressão profissional” (Cruz, 2010: 339).

**Trabalhadores/as por conta de outrem nos estabelecimentos do município,
segundo os níveis de instrução | 2012 (%)**



Fonte: Cálculos feitos com base em dados do INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2013.

Tal como é visível no gráfico anterior, a percentagem de pessoas a trabalhar com níveis de instrução inferiores ao 3º ciclo do ensino básico é considerável (29%). No entanto, comparando com anos anteriores, este é um panorama que tem vindo a melhorar como consequência imediata do aumento dos níveis de instrução da população em geral. Com efeito, no final da década de 90, de acordo com as informações dos Quadros de Pessoal do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, citados no Diagnóstico Social de Matosinhos 2005, a percentagem de trabalhadores/as ao serviço com o ensino superior era inferior aos 6%.

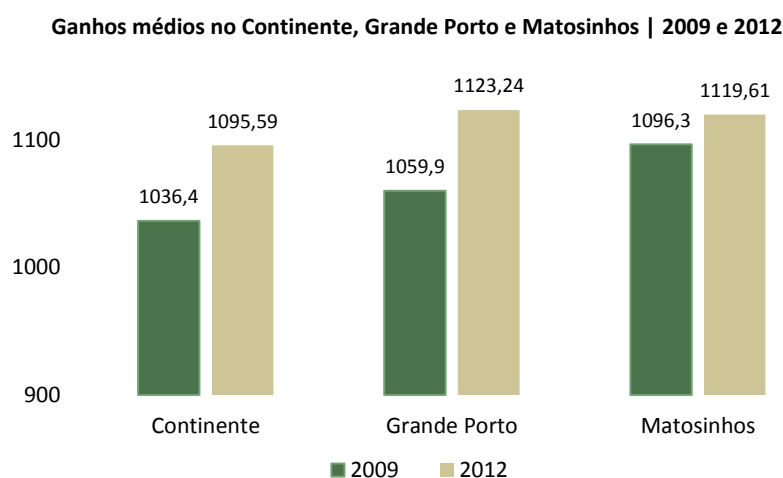
Apesar das alterações de sentido positivo, é preciso considerar que os níveis de instrução condicionam bastante a evolução da atividade económica, sobretudo dos setores mais expostos à concorrência internacional, como é o caso de grande parte do setor industrial de Matosinhos. Condiciona, ainda, fortemente o processo de formação dos salários e, por consequência, dos rendimentos familiares. Note-se que, em 2012, os/as trabalhadores/as com o 1º ciclo do ensino básico apresentavam um ganho médio equivalente a apenas 56,9% do ganho médio. Esta percentagem sobe para 96,9% para quem possui o ensino secundário. Apenas quem atingiu o ensino superior ultrapassa o ganho médio, auferindo 172% desse valor.

18. Rendimentos e Desigualdades Salariais

Numa sociedade onde predomina o trabalho assalariado²⁴ e onde os salários são, sem dúvida, a principal fonte de rendimentos torna-se importante compreender como têm evoluído os rendimentos do trabalho, em particular nesta época marcada pela compressão do emprego e pela moderação salarial.

De acordo com o INE, o ganho médio mensal²⁵ no concelho de Matosinhos, em 2012, era de 1 119,61€. Este valor era um pouco mais alto do que o apresentado para o continente²⁶ (1 095,59€) e um pouco mais baixo do que o ganho médio mensal da região norte (1 123,24€).

Entre 2009 e 2012 verificou-se, apesar de tudo, um pequeno aumento no valor dos ganhos médios das pessoas empregadas. Em Matosinhos, o aumento foi na ordem dos 23,31€ ou seja, (+2,1). É de notar, porém, que estes dados não incluem o setor da administração pública.



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2010 e 2013.

²⁴ Segundo o INE, em 2013, na região norte, 76,4% do total de pessoas com emprego eram trabalhadores/as por conta de outrem (Anuário Estatístico 2013). Em Matosinhos esse número era de 82,9%, segundo os dados do Censos de 2011.

²⁵ O ganho médio mensal corresponde ao montante médio ilíquido em dinheiro, e/ou géneros, pago aos trabalhadores, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas). (INE)

²⁶ Não existe informação para Portugal.

Os processos de exclusão social com origem no próprio mercado de trabalho têm que ver, em boa parte, com os níveis salariais auferidos pela população que trabalha por conta de outrem.

Comparando o ganho médio de 2012, com a linha de pobreza, para o mesmo ano, verifica-se que, em Matosinhos, o ganho médio era 2,7 vezes superior à linha de pobreza cujo valor, para aquele ano, era de 409€.²⁷

Tal significará que uma família de quatro pessoas onde apenas um elemento se encontre a trabalhar, auferindo um ganho igual ao valor médio (1 123,24€), e não havendo outros rendimentos na família, se encontrará numa situação de pobreza.

Note-se que entre 2012 e 2013 aumentou ligeiramente o risco de pobreza para a população empregada (+0,3 p.p.).²⁸ Para esta população a taxa de pobreza, no último ano considerado, atingiu os 10,7%, como anteriormente foi mencionado. Estes são números que chamam a atenção para os designados *working poor*, pessoas que, estando a trabalhar, encontram-se numa situação de pobreza devido aos baixos salários o que, por sua vez, terá implicações diretas no poder de comprar e nas condições de vida.

Uma das pessoas participantes no *workshop* do emprego reforça a importância dos salários baixos:

- *O problema passa pelos salários muito baixos* (participante no workshop do emprego);
- *Quem é que, hoje em dia, paga mais do que o salário mínimo? E não interessa a qualificação da pessoa...* (participante no workshop do emprego).

Para além dos baixos salários praticados, uma das mais fortes características do mercado de trabalho, em Portugal, e, mais concretamente, do sistema de salários é a desigualdade. “A desigualdade salarial portuguesa é marcada pela polarização da distribuição de salários. Regista-se uma elevada disparidade entre os salários mais elevados, explicada pelo aumento relativo da procura de trabalho mais qualificado, e uma relativa homogeneidade entre os salários mais reduzidos, em resultado da menor procura de qualificações intermédias e das sucessivas revisões do salário mínimo.” (Mateus, 2015: 290)

²⁷ INE (2015) “O risco de pobreza continuou a aumentar em 2013” in Destaque - [Rendimento e Condições de Vida 2014](#), 30 de janeiro de 2015.

²⁸ INE (2015) “O risco de pobreza continuou a aumentar em 2013” in Destaque - [Rendimento e Condições de Vida 2014](#), 30 de janeiro de 2015.

Com efeito, estudos aprofundados sobre o contexto nacional têm demonstrado “um agravamento das desigualdades salariais motivado essencialmente pelo aumento desproporcional das remunerações mais elevadas.” (Farinha, 2012: 121)²⁹

Nos grupos de discussão realizados, Matosinhos foi considerado como um *concelho muito desigual* no que diz respeito ao rendimento auferido pelas famílias aí residentes, relativizando-se, assim, os valores anteriormente apresentados de ganhos médios mais elevados do que os da população do continente: *basta ir do litoral para o interior para as desigualdades se tornarem visíveis. Basta olhar para as casas...* (Participante no *workshop* sobre rendimentos).

No domínio das desigualdades de rendimentos destaque-se a disparidade salarial em função do género que constitui um outro traço específico na evolução mais recente do sistema salarial em Portugal. Considerando os dados do Anuário Estatístico para o concelho, em 2012 as mulheres ganhavam 74,3% dos ganhos auferidos pelos homens, o que corresponde a um diferencial de 25,7% valor que, ainda assim, é inferior ao apresentado para o país (21,1%).³⁰

A disparidade entre os ganhos auferidos por homens e por mulheres é mais acentuada no setor terciário, do que no secundário. Em Matosinhos, em 2012, as mulheres que trabalhavam na indústria auferiam 79,7% do ganho dos homens; no setor terciário esta percentagem era de 75,2%, o que corresponde a um *gap* de 20,3% e de 24,8%, respetivamente.

Poder-se-á dizer que tais disparidades nos ganhos estarão relacionadas com níveis e instrução também eles distintos, no entanto outros estudos têm revelado que “homens e mulheres com habilitações idênticas não têm o mesmo nível de remuneração. No entanto, este facto não é alheio à atividade profissional que ambos os géneros exercem, pois possuir a mesma habilitação literária não será sinónimo de possuir as mesmas qualificações profissionais. Os níveis de qualificação profissional são níveis utilizados administrativamente nas empresas e nos diversos organismos para a afetação das remunerações e dos ganhos aos seus trabalhadores, revestindo-se, por isso de uma grande importância para a verificação de práticas discriminatórias” (Perista, 1999).

Ou seja, são as políticas de carreiras e de gestão de pessoal e os sistemas de incentivos que as empresas praticam que determinam as diferenças de salários, tendo em conta o

²⁹ Farinha, Carlos (coord.) (2012), [Desigualdade Económica em Portugal](#). Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

³⁰ Considera-se aqui o ganho e não apenas a remuneração auferida através dos salários.

género. No entanto, as empresas “agem muitas vezes sem terem em conta que, ao praticarem tais políticas de diferenciação salarial, estão a introduzir círculos viciosos nas suas próprias estratégias de competitividade, desperdiçando uma fração extremamente significativa do seu potencial produtivo e induzindo frequentemente à rotatividade de trabalhadores que poderiam ser mais qualificados e mais estáveis” (Lopes, 1999).

O combate às desigualdades salariais, entre homens e mulheres, tem destaque no atual Programa do Governo. Preconiza-se o desenvolvimento de uma política de igualdade entre homens e mulheres que contemplará, entre outras, medidas de “combate efetivo e eficaz às desigualdades salariais entre mulheres e homens no trabalho de modo a contrariar a tendência de agravamento que este indicador vem registando nos últimos anos.

19. Precariedade do trabalho

Para além da dicotomia emprego / desemprego, a qualidade do próprio emprego é um elemento importante da qualidade de vida, é fator de vulnerabilidade, ou de proteção, à pobreza.

Um dos indicadores de precarização, ou pelo menos de instabilidade e de incerteza no emprego, é o comportamento dos contratos a termo e as oportunidades de trabalho a tempo completo. Segundo dados publicados pelo INE, na região norte, a percentagem de pessoas empregadas a tempo completo, no total de pessoas empregadas, era de 89%, em 2010, diminuindo para 85,2%, em 2012.³¹ Por outro lado, ainda na região, a mesma fonte revela que os contratos a termo representavam 20,7% entre os/as trabalhadores/as por conta de outrem.

A este propósito, são unânimes as opiniões tanto de profissionais, como de pessoas desempregadas, relativamente ao tipo de contratos que atualmente surgem associados às ofertas de emprego que vão surgindo: *ou são contratos de prestação de serviços, ou contratos para a realização de estágios ou, então, contratos a termo que chegam a durar um mês* (profissional do concelho, reunião de Núcleo Executivo).

Dados do Centro de Emprego de Matosinhos, revelam o impacto dos contratos não permanentes no desemprego registado. Em 2010, 451 pessoas inscritas no Centro de

³¹ Cf. INE, Anuário Estatístico 2010 e 2013.

Emprego apresentaram como razão para a sua inscrição o fim de um trabalho não permanente; em setembro de 2015 esse número era já 687.

Mais do que uma situação temporária ou transitória, os contratos a termo certo são, cada vez mais, um fator que alimenta um circuito de entrada e saída do mercado de trabalho dando origem ao que alguns autores chamam de “desemprego de circulação”. Note-se que no ano de 2015, 7% das pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos saíram para o mercado de trabalho e voltaram a inscrever-se.³²

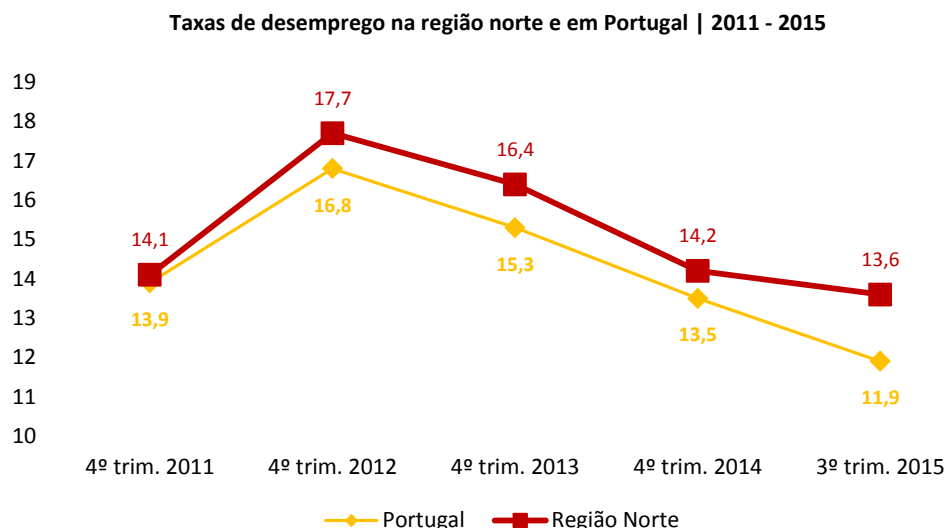
20. O desemprego no concelho

Nas sociedades modernas ocidentais o emprego é um dos constituintes primários da coesão social. A exclusão face ao emprego cria desequilíbrios entre regiões e reduz as oportunidades de inclusão social dos indivíduos, nomeadamente através da via da integração pelo consumo.

De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego, a região norte tem apresentado taxas de desemprego mais elevadas do que as registadas para Portugal. Para o último período considerado (3º trimestre 2015), a taxa de desemprego em Portugal era de 11,3% e na região norte era de 13,6%.

Em termos de evolução, a taxa de desemprego na região segue a mesma tendência da apresentada para Portugal. Ou seja, após o pico de 17,7%, no quarto trimestre de 2012, segue-se uma descida na taxa de desemprego, sendo que o 3º trimestre de 2015 apresenta o valor mais baixo.

³² Informação fornecida diretamente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.



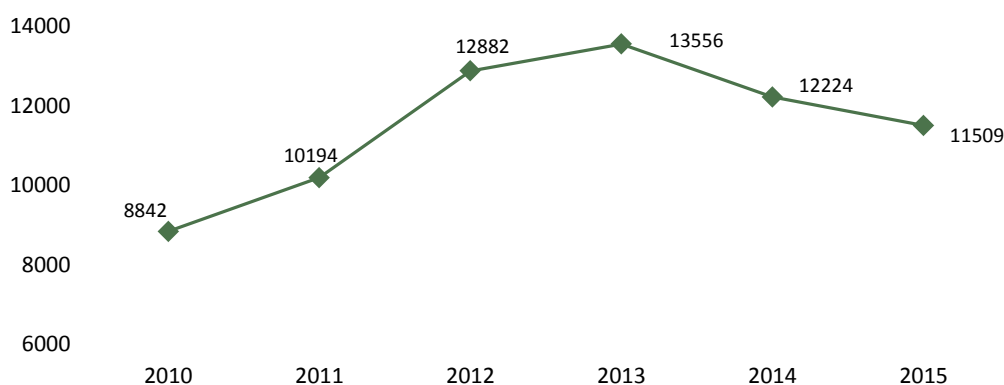
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

A informação fornecida sobre o desemprego registado no concelho segue o mesmo padrão.

No final de 2010 estavam inscritas, no Centro de Emprego de Matosinhos, 8 842 pessoas, número que aumenta até 2013, ano em que se verifica um máximo de 13 556 desempregados. A partir daí, há uma queda no desemprego registado, apresentando o mês de setembro de 2015 um registo de 11 509 pessoas.

78

Número de pessoas desempregadas inscritos no centro de emprego de Matosinhos | 2010 - 2015



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

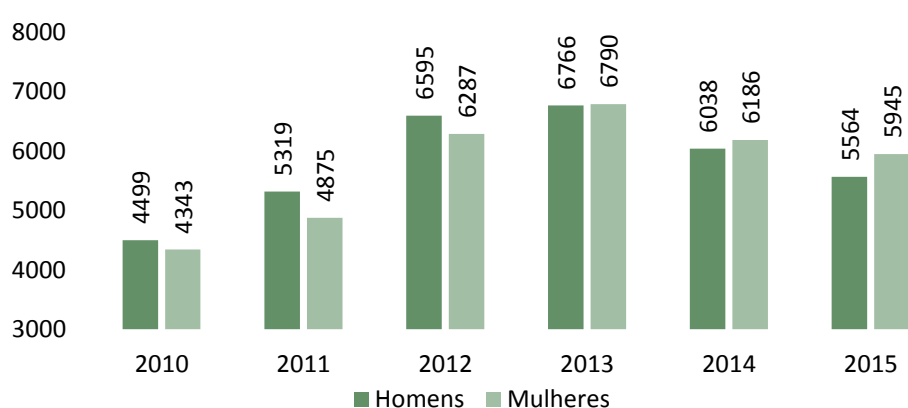
Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de dezembro, à exceção do ano de 2015 que se reporta ao mês de setembro.

Ao longo dos anos considerados, a percentagem de homens e de mulheres inscritas no centro de emprego tem-se alterado. Os homens estão em maioria nos anos em que o

desemprego aumentou - em 2012 os homens correspondiam a 51,2% do total de inscritos. Tal é explicado pela compressão de emprego, nesses anos, nos setores com forte presença da mão-de-obra masculina, como é o caso da construção civil, por exemplo. No entanto, a partir de 2013 tal percentagem começa a inverter-se, tornando-se predominante a presença das mulheres – 51,7% em setembro de 2015, o que denota uma maior dificuldade de absorção da mão-de-obra feminina, por parte do mercado de trabalho.

Acresce que, se o desemprego masculino decresceu em 17,7% entre 2013 e 2015, o desemprego feminino decresceu 12,4%.

Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, por sexo | 2010-2015



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

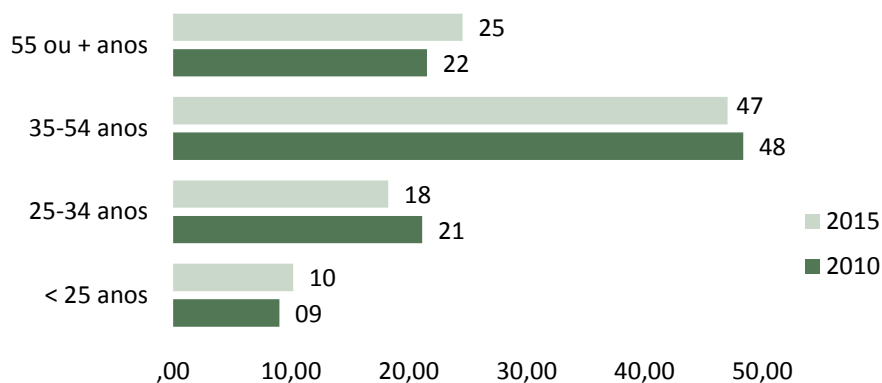
Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de Dezembro, à exceção do ano de 2015 que se reporta ao mês de setembro.

A estrutura etária do desemprego registado no Concelho revela que o desemprego jovem aumentou, entre 2010 e 2015, alcançando, neste último ano, a percentagem de 10,2% do desemprego registado. Aumentou, também, o desemprego das pessoas com 55 e mais anos: de 21,5% para 24,5%.

Assim, pode dizer-se que o desemprego tende a aumentar nos dois extremos das faixas etárias:

- as mais jovens, onde se enquadrarão a maior parte das situações de procura do primeiro emprego;
- as mais velhas, e potencialmente mais desqualificadas, que procuram um novo emprego e onde se colocarão as maiores dificuldades de reinserção numa vida profissionalmente ativa.

Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, por idades (%) | 2010 e 2015



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de Dezembro, à exceção do ano de 2015 que se reporta ao mês de setembro.

A idade revela-se, aliás, um dos grandes obstáculos à (re)integração no mercado de trabalho, em quase todas as faixas etárias, o que não deixa de ser curioso. Para quem emprega a idade estará diretamente associada a eventuais dificuldades de adaptação a novos contextos ou a uma falta de experiência profissional. Veja-se alguns testemunhos de pessoas desempregadas, recolhidos nos grupos de discussão:

- *Tenho 51 anos e estou na faixa dos marginalizados* (pessoa desempregada).
- *Farto-me de procurar trabalho mas a idade tem-me limitado muito a entrada no mercado de trabalho* (pessoa desempregada de 44 anos).
- *A idade é uma grande limitação* (pessoa desempregada de 41 anos).
- *Dizem-me com frequência que o limite de idade são os 25 anos* (pessoa desempregada de 30 anos).
- *O que me custa é que no curricula vem a minha idade mas depois, nas entrevistas, o que me dizem é que sou velho demais: é ridículo!* (pessoa desempregada de 52 anos).
- *Tenho 54 anos. Com esta idade já sou jurássico para trabalhar!* (pessoa desempregada de 44 anos).
- *Aos 24 anos, o que me dizem é que sou nova demais para ter experiência de trabalho* (pessoa desempregada).

O desemprego jovem tem conhecido, no entanto, lugar de destaque na subida geral do desemprego, levando Portugal a apresentar taxas para o desemprego da faixa etária 15-24 anos mais elevada do que as da União Europeia, muito particularmente a partir de 2011.

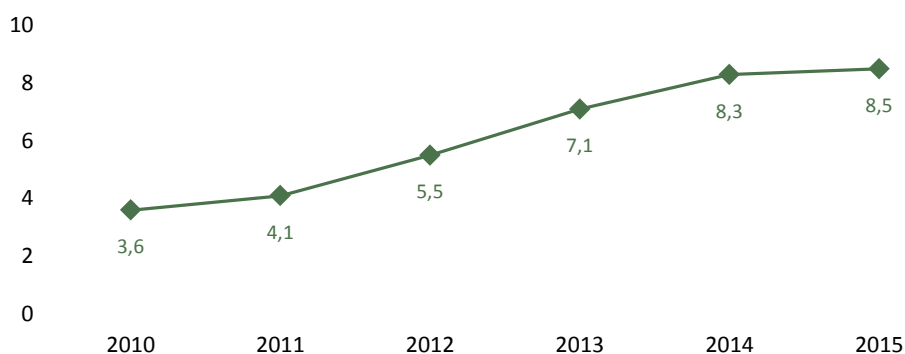
Taxa de desemprego jovem, na UE28 e em Portugal (%) | 2005-2014

Anos/Idade	União Europeia (28países)				Portugal			
	15-24	25-39	40-64	15-64	15-24	25-39	40-64	15-64
2005	18,7	8,8	6,9	9,0	16,2	8,2	6,1	8,0
2006	17,4	8,0	6,3	8,3	16,5	8,0	6,5	8,1
2007	15,5	7,0	5,5	7,2	16,7	8,9	6,4	8,5
2008	15,6	6,9	5,2	7,1	16,7	8,0	6,4	8,0
2009	19,9	9,2	6,5	9,0	20,3	10,2	8,0	10,0
2010	21,0	10,1	7,1	9,7	22,8	11,9	9,3	11,4
2011	21,7	10,2	7,1	9,7	30,3	13,0	10,8	13,3
2012	23,2	11,2	7,7	10,6	37,9	16,4	12,9	16,3
2013	23,6	11,7	8,2	11,0	38,1	17,2	13,8	17,0
2014	22,2	11,0	7,9	10,4	34,8	13,9	12,1	14,5

Fonte: Eurostat, consultado em 24 Março 2016.

As dificuldades de entrada no mercado de trabalho das populações mais jovens refletem-se, também, na percentagem de quem procura o primeiro emprego no contexto do desemprego registado. Tal como se pode verificar no gráfico seguinte, tal percentagem sobe de modo regular entre 2010 e 2015, sendo que no primeiro ano considerado representava 3,6% e no último significava 8,5%.

Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, à procura do primeiro emprego | 2010 - 2015 (%)

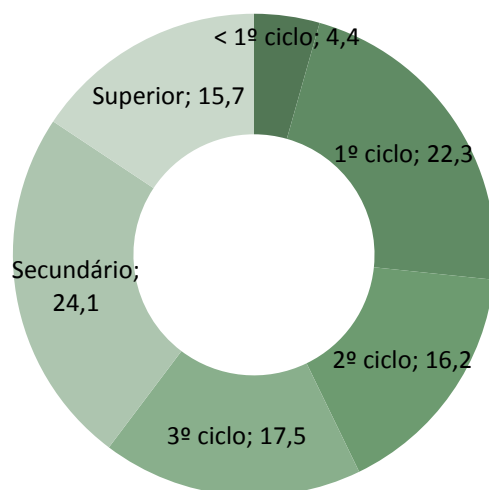


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

Nota: Os valores apresentados para o ano 2015 reportam-se ao mês de setembro.

Entre a população desempregada destaca-se a elevada percentagem de pessoas que não alcançaram, sequer, o 3º ciclo do ensino básico – tal percentagem atinge os 42,9%, em 2015, o que corresponde a 4 925 pessoas.

Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, por nível de instrução | 2015 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

Nota: Os valores apresentados reportam-se ao mês de setembro.

Mas o elemento mais marcante do aumento do desemprego nos últimos cinco anos foi, sem dúvida, a subida do desemprego registado por parte de pessoas com nível de habilitação superior.

Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, com nível de instrução superior (%) | 2010-2015

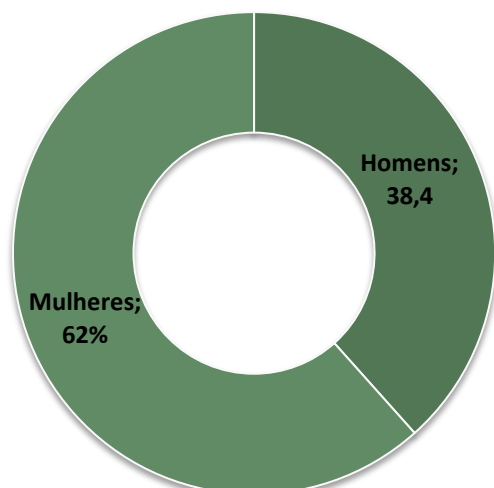


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de Dezembro, à exceção do ano de 2015 que se reporta ao mês de setembro.

Entre dezembro de 2010 e setembro de 2015, o número de pessoas desempregadas com uma licenciatura ou bacharelato passa de 972 efetivos para 1 805, ou seja, + 46,1%. Entre este grupo as mulheres representam, em 2015, 61,6%, tal como se pode verificar no gráfico seguinte.

Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego de Matosinhos, com nível de instrução superior, por sexo | 2015 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, dados fornecidos mediante pedido.

O aumento do desemprego de pessoas com qualificações superiores não pode deixar de estar relacionado com estratégias de sobrevivência, a curto prazo, acionadas pelos empregadores: “com a escassez do mercado interno e a aleatoriedade da procura externa, não se abalançam os empresários – muitos deles também pouco qualificados – a aumentar a produção, ainda menos a introduzir melhorias significativas de qualidade e de processos e, de todo, a investir em inovação. Tenderão a sobreviver à crise utilizando apenas a mão-de-obra menos qualificada e – apesar de tudo – mais barata (...). A produção mantém-se, ou reduz-se, a um nível de sofisticação mínima, abrandando-se o controlo da qualidade e a manutenção, salvo raras exceções – frequentemente de

empresas não nacionais - corta-se por completo a inovação, nos poucos nichos onde tinha lugar.” (Margarida Chagas Lopes em a Areia dos Dias).³³

Esta ideia é corroborada por pessoas desempregadas quando afirmam: *as empresas não querem pagar muito, por isso não empregam licenciados* (Participante no *workshop* com pessoas desempregadas) e, com frequência, o argumento é o da falta de experiência: *Uma pessoa acaba de sair da faculdade e vê ofertas de emprego. Ah, mas eu acabei de sair da faculdade e querem 5 anos de experiência? Por favor, ninguém vai ter esses anos, não é? É impossível. Ninguém está disposto a dar uma ajudazinha?* (Participante no *workshop* sobre a juventude).

O aumento do desemprego entre pessoas com níveis de instrução mais elevados dão conta de uma generalização da crise de emprego a estratos anteriormente mais protegidos e acentua a desvalorização do investimento feito na educação. O testemunho de uma pessoa licenciada, participante num dos grupos de discussão realizados, expressa essa desvalorização que sendo sentida na primeira pessoa é também ela social: *Investi na minha formação, sozinho. Nunca pedi dinheiro aos meus pais para estudar e agora?...Depois do curso fiz vários estágios, apostei num bom curricula e nem resposta obtenho às candidaturas espontâneas que tenho apresentado. Eu não queria imigrar mas...* (Participante no *workshop* das pessoas desempregadas, tem 27 anos e mestrado).

84

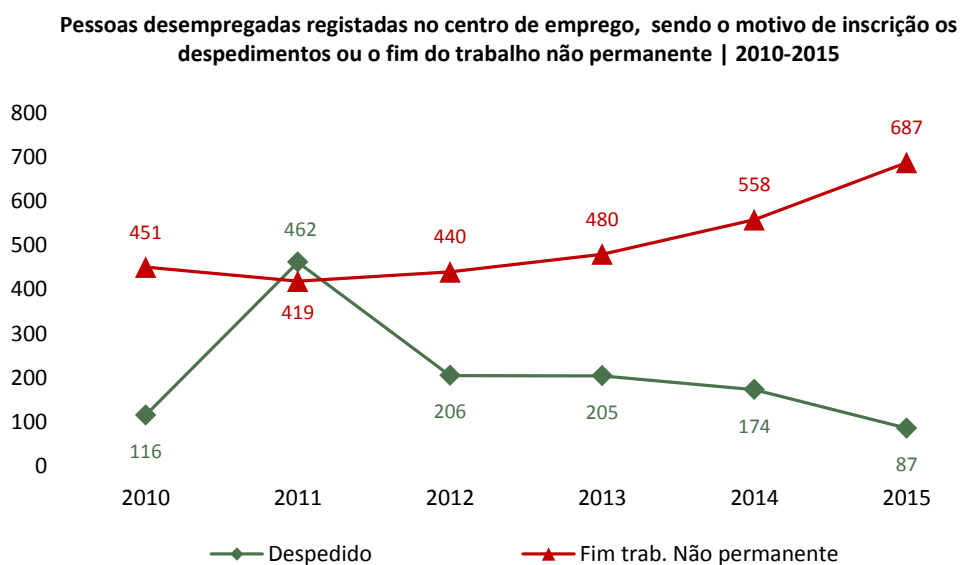
Este fenómeno que acentua a desvalorização da educação, enquanto veículo de promoção económica e social, vem na esteira de algumas teses que apontam para o facto de, cada vez menos, uma instrução superior ser garantia de emprego.

Acresce que, para as pessoas menos qualificadas, o desemprego de quem tem níveis de instrução superiores aumenta a noção de que entrar no mercado de trabalho é uma *missão impossível: já me disseram – com tanta pessoa desempregada por aí, acha que lhe íamos dar emprego a si?* (participante no *workshop* com pessoas desempregadas).

Apesar da procura do primeiro emprego ter vindo a aumentar, a situação de procura de um novo emprego é bastante mais frequente. E se em 2011 houve uma subida acentuada dos despedimentos, como motivo de justificação para a inscrição no centro de emprego, a partir de 2012 tem-se verificado um crescimento do número de situações

³³ Disponível em: <http://areiadosdias.blogspot.pt/search/label/Educa%C3%A7%C3%A3o>.

que decorrem do fim de um contrato de trabalho a termo, o que remete para a existência crescente de movimentos de entrada e saída do mercado de trabalho. Estes movimentos de entrada e saída estiveram bem presentes nas histórias pessoais da maior parte das pessoas desempregadas que participaram nos grupos de discussão. Exemplo disso é Raul³⁴ que, com 42 anos de idade, já conta com várias experiências profissionais desde vigilante a técnico administrativo e entre falências de empresas e o fim das contratações a prazo. Hoje testemunha ainda como é difícil encontrar um trabalho que não seja de curtíssima duração.



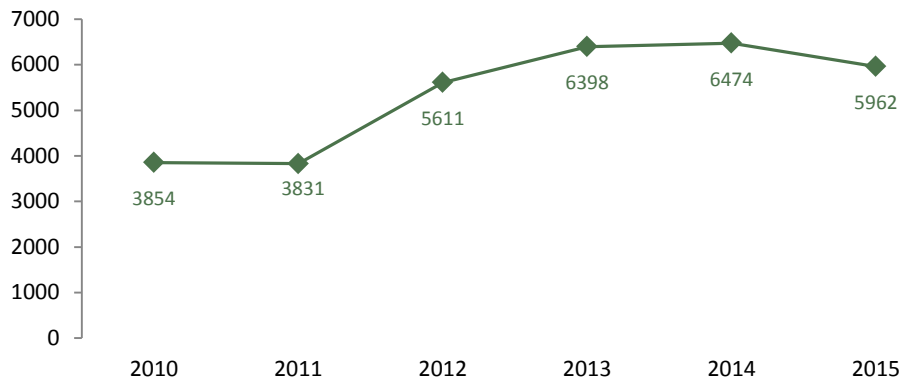
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de Dezembro, à exceção do ano de 2015 que se reporta ao mês de setembro.

Apesar disso, predomina o desemprego de longa duração. Ou seja, é mais elevado o número de pessoas com inscrição há mais de um ano, número esse que, apesar de algumas oscilações, apresenta uma tendência para crescer: em 2010 eram 3 854 as pessoas em situação de desemprego de longa duração; em setembro de 2015 numa tal situação estavam 5 962 pessoas, o que corresponde a 51,8% do desemprego registado.

³⁴ Nome fictício.

Pessoas desempregadas registadas no centro de emprego, há um ano ou mais | 2010-2015



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional, Estatísticas Mensais por Concelho.

Nota: Todos os valores apresentados reportam-se ao mês de Dezembro, à exceção do ano de 2015 que se reporta ao mês de setembro.

Importa salientar que uma situação de desemprego de longa duração transporta consigo dificuldades ao nível do processo de inserção social. Com efeito, são sobejamente reconhecidas as consequências negativas de uma situação prolongada de desemprego, consequências que se manifestam não só na dinâmica económica das famílias, mas também no estado psicológico das pessoas desempregadas que perdem, com a perda de trabalho, uma referência social de grande importância, e desenvolvem, por vezes, um sentimento de inutilidade, uma baixa autoestima. Vários são os testemunhos nesse sentido:

- *Chega-se a um ponto que se perde a vontade de viver* (participante no workshop com pessoas desempregadas).
- *Sinto-me triste. Sinto-me impotente pois a ideia que passa é que não sirvo para nada* (participante no workshop com pessoas desempregadas).
- *Sinto-me inútil! Acho que já não vou ser capaz de arranjar trabalho porque, entretanto, fiquei desatualizado* (participante no workshop com pessoas desempregadas).
- *Uma pessoa chega a um ponto que desespera!* (participante no workshop com pessoas desempregadas).

Uma situação de desemprego de longa duração pode, ainda, significar uma perda dos ritmos reguladores da vida quotidiana e o desencorajamento para a procura ativa de emprego:

- *Tenho 44 anos e estou há 4 no desemprego, diga-me o que vou fazer?* (participante no workshop com pessoas desempregadas).
- *Não vale a pena!* (participante no workshop com pessoas desempregadas).

As dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho decorrem, em larga medida, da fraca oferta de emprego que se tem feito sentir. Note-se, em setembro de 2015, já numa fase em que as ofertas apresentam alguma subida, foram registadas, no Centro de Emprego de Matosinhos, ao longo do mês de setembro, 184 ofertas para um total de 11 509 pessoas inscritas.

Às poucas ofertas de emprego que aparecem crescem as grandes exigências colocadas, normalmente, pelas entidades empregadoras – *Quem emprega quer sempre mais! Querem super-homens ou super-mulheres!* (participante no workshop com pessoas desempregadas). Face a salários muito baixos os requisitos são cada vez mais maiores: horários de trabalho mais longo; maior versatilidade para o desempenho de várias tarefas; horários por turnos. Uma das participantes nos grupos de discussão refere a sua experiência, a este nível: *A última oferta de trabalho que me apareceu foi para 12 horas por dia, um dia de trabalho de experiência sem ser pago e, se servisse, só ao fim de 2 semanas é que faziam contrato de trabalho por três meses* (Participante no workshop com pessoas desempregadas).

Para as pessoas ciganas as dificuldades de integração no mercado de trabalho são acrescidas e fortemente percecionadas pelas próprias como elementos de discriminação:

- *Nós gostávamos de saber que as portas do emprego estão abertas mas as portas para nós estão fechadas. Desde quando é que a comunidade portuguesa dá emprego a ciganos?* (Participante no workshop com pessoas ciganas).
- *Você sabe que eu sou uma das primeiras que quer trabalhar, sabe desde o início, que eu quero trabalhar, tanto eu como o meu marido. Eu quero cozinhar, eu quero costurar. Sabe que sei costurar muito bem, sei fazer tudo mas não me abrem as portas! Eu fui ao centro de emprego pedir trabalho para cozinha, para tomar conta de bebés, para tudo, mas nunca fui chamada, nem resposta nos dão* (Participante no workshop com pessoas ciganas).

Esta barreira na entrada no mercado de trabalho é, por seu turno, usada como argumento para uma saída precoce do sistema de ensino: *O meu filho vai estar na escola até ele querer mas de que me adianta o meu filho ter o 9º ano se o meu filho, por ser cigano, o único emprego que pode arranjar é o de feirante? O meu filho tem de sair mais cedo da escola porque se eu for feirante ele tem de sair da escola para me ajudar a sustentar a casa. Mas a mim, quem me dera que ele não tivesse que ser feirante* (Participante no workshop com pessoas ciganas).

Em Matosinhos tem havido uma conjugação de esforços por parte da autarquia e do IEFP no sentido da manutenção de um conjunto de serviços de atendimento e acompanhamento da população desempregada. Assim, para além dos serviços centrais do Centro de Emprego de Matosinhos, o concelho conta com sete Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), uma Loja de Emprego e uma Loja do Empreendedor. Estes serviços desconcentrados são genericamente avaliados de modo positivo pelas pessoas que já os utilizaram. A proximidade com a população desempregada, o trabalho ao nível do desenvolvimento de um conjunto de competências sociais e o facto de oferecerem respostas “mais à medida” e informação regular – *até me fazem chegar as ofertas de trabalho que aparecem!* - são elementos que contribuem para tal avaliação. Já o trabalho menos personalizado que é feito pelo Centro de Emprego é entendido, na generalidade, como *uma perda de tempo: O Plano Pessoal de Emprego, por exemplo, só serve para nos dizerem quantos currículos devemos enviar quinzenalmente...* (participante no *workshop* com pessoas desempregadas). Por outro lado, a figura do “gestor de emprego”, no Centro de Emprego *“não funciona, nem se sabe quem é...”* (Participante no *workshop* com pessoas desempregadas)

Mas são os cursos de formação profissional em que algumas destas pessoas já se viram envolvidas e as experiências no contexto dos estágios profissionais que merecem as maiores críticas. Não foi possível obter informação específica para o concelho, mas considerando da região norte, no mês de setembro de 2015, as estatísticas do IEFP registam um total de 84 770 pessoas que terminaram programas de formação-emprego. Dessas, apenas 4 772 foram colocadas.

Estes números atestam aquilo que é o sentimento das pessoas: a inutilidade prática das formações e restantes programas em que se veem obrigadas a participar. Ainda que tais formações possam, indiscutivelmente, promover o desenvolvimento de um conjunto de competências, pessoais, sociais e até profissionais, a verdade é que não têm contribuído para resolver o principal problema da vida destas pessoas – a falta de trabalho – nem tem concorrido para reduzir o problema social e económico que é o desemprego:

- *As formações que são feitas não criam emprego, nem as pessoas ganham experiência profissional. E quanto é que o Estado gastou com isso?* (Participante no *workshop* com pessoas desempregadas)

- *Fiz formação de auxiliar de ação educativa numa altura em que se dizia que a Câmara ia contratar pessoas desta área mas a mim nunca me chamaram. Depois disso, já fiz mais três cursos, e para quê?* (Participante no workshop com pessoas desempregadas).
- *Fiz dois cursos na área do turismo porque tinha a expectativa de vir a trabalhar nos barcos do Douro. Mas não me serviu de nada. Já contactei todas as empresas, já enviei currículo, já me disponibilizei para trabalhar de graça mas nem com isso me aceitaram* (Participante no workshop com pessoas desempregadas)

Por parte das escolas de formação profissional há o reconhecimento de que as pessoas hoje estão desmotivadas: *Aquilo que se passa hoje no mercado de trabalho é um desincentivo a todos os níveis* (participante no workshop sobre emprego e formação). Por outro lado, há a consciência de que a formação não é ajustada às necessidades da economia: *por exemplo, admite-se que Matosinhos seja reconhecido pelos seus restaurantes de peixe e de peixe na grelha e que não haja uma formação que ensine a lidar com assadores?* (participante no workshop do emprego e formação). Um outro exemplo prende-se com a formação na área do turismo. Nesta área as formações que o Centro de Emprego tem destinam-se à preparação de pessoas para agência de turismo onde não tem havido ofertas. Ainda nesta área *o que faz falta é preparar gente para um atendimento de qualidade em restaurantes ou para ser possível concretizar outras iniciativas inovadoras.*

Mas para que um maior ajustamento fosse possível há o reconhecimento de que é necessário definir linhas estratégicas para o crescimento do emprego e de empresas, no concelho.

21. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

A reflexão realizada no contexto dos grupos de discussão permite fazer uma síntese dos principais problemas, ou constrangimentos do domínio do emprego, apontando-se no sentido da definição de algumas prioridades. São ainda consideradas linhas de força como sendo os aspetos mais positivos nos quais se poderá apoiar uma atuação futura.

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Ausência de uma política pública que apoie a fixação de empresas no concelho	Matosinhos mantem-se como uma das “bolsas industriais” do país
Inexistência de linhas estratégicas para o crescimento da economia local e do emprego	Aposta na criação de uma imagem de marketing dos produtos locais (ex.peixe)
Dificuldades no associativismo empresarial	Os recursos locais podem potenciar o surgimento de novas atividades económicas ligando o mar, a agricultura e o turismo
Falta de (in)formação dos/as empregadores/as	Ganhos médios mais elevados do que os nacionais
Dificiências na rede de transportes públicos que facilitem horários de trabalho mais alargados	Existência de respostas de proximidade dirigidas a pessoas desempregadas : GIP's; Loja de Emprego; Loja do Empreendedor
Desigualdades salariais entre homens e mulheres	
Aumento do desemprego e, em particular, do desemprego qualificado	
Aumento dos contratos de trabalho não permanentes	
Atitudes discriminatórias de empregadores	
Formação desajustada às necessidades do mercado	
Necessidade de desenvolvimento de competências sociais e pessoais por parte de setores da população desempregada	

VII. Proteção social

O direito à segurança e à solidariedade social encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa no seu artigo 63º “O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho”.

Por outro lado, a Carta Social Europeia³⁵ refere que:

13) Todas as pessoas carecidas de recursos suficientes têm direito à assistência social e médica;

14) Todas as pessoas têm o direito de beneficiar de serviços sociais qualificados;

30) Toda a pessoa tem direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social.

Se a proteção social é um direito de cidadãos e cidadãs, as políticas que concorrem para a verificação de um tal direito nem sempre cumprem um desígnio que deveria pelo menos estar implícito que é o combater a pobreza e as desigualdades “é verdade que enquanto certas políticas têm como objectivo explícito diminuir as desigualdades, outras têm as desigualdades como consequências, sem que sejam admitidas como seu propósito. Outras ainda são aparentemente indiferentes a esta questão social e política, indiferença que pode já ser uma espécie de opção ou preferência.” (Farinha, 2012: 13)

De acordo com os dados disponíveis mais recentes, as transferências sociais (pensões, abonos e subsídios sociais) possibilitam uma redução da incidência da pobreza em 21 p.p.. Ou seja, sem transferências sociais a pobreza, em 2013, atingiria 47,8% da população residente em Portugal; após as transferências sociais a taxa de pobreza em 2013 foi de 19,5%. (INE, 2015). Estes dados revelam a importância do chamado estado social em matéria de proteção face à pobreza monetária.

³⁵ GDCC, [Carta Social Europeia Revista](#), adotada em Estrasburgo, a 3 de Maio de 1996. Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

22. Pensões e pensionistas

O sistema de pensões tem sido apontado como um dos fatores explicativos da pobreza em Portugal na medida em que o elevado número de pensionistas com pensões muito baixas conduziram a que, durante décadas, as pessoas idosas constituíssem o grupo com maior incidência da pobreza.

Em 2013, os/as pensionistas com pensões de reforma significavam 18,3% da população pobre. Por outro lado, a taxa de incidência da pobreza, neste grupo, era de 12,4% para os homens e de 13,4% para as mulheres, sendo que estas taxas expressam uma diminuição da pobreza desde 2010, ano em que os valores foram de 16,5% e 19%, para homens e mulheres, respetivamente.

O Complemento Solidário para Idosos foi uma medida especificamente criada para reduzir a intensidade e a severidade da pobreza entre as pessoas idosas que auferiam as pensões mais baixas do sistema de pensões. No entanto, as alterações entretanto introduzidas na medida tornaram a medida menos acessível e, consequentemente, reduziram o número de pessoas beneficiárias. Não existindo informação para o concelho não se pode apresentar dados específicos, ficando-se a informação existente apenas pelos principais tipos de pensão.

De acordo com o Anuário Estatístico da Região Norte, entre 2010 e 2013 o número de pensionistas passou de 45 109 para 48 319. Tendo em conta o tipo de pensões verifica-se que foi o número de pessoas beneficiárias de pensão de velhice quem sofreu um maior aumento em consonância com o envelhecimento da população – estas pessoas representam 68% do total de pensionistas. Em contrapartida, o número de pessoas a receber pensão de invalidez diminuiu, o que não será alheio à introdução de novas regras de acesso a esta prestação.

Pensionistas no concelho de Matosinhos, por tipo de pensão | 2010 – 2013

	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2010	45109	4355	29605	11149
2011	46452	4248	30951	11253
2012	47590	4118	32074	11398
2013	48319	3989	32864	11466

Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Olhando para os montantes das prestações pode constatar-se que, em geral, as prestações pagas aos pensionistas do concelho atingem, na generalidade, valores mais elevados do que as atribuídas no Grande Porto: em 2013 o valor médio anual das pensões, em Matosinhos, era de 5 910€, enquanto na região do Grande Porto esse valor era de 5 486€.

Por outro lado, os dados disponíveis salientam os valores mais baixos das pensões de sobrevivência que, em 2013, e para o concelho, representavam 58% do valor pago aos pensionistas, em geral.

Valor médio anual das pensões, por tipo de pensão (€) | 2010 – 2013

	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
2010	5 641	4 783	6 704	3 152
2011	5 720	4 785	6 751	3 236
2012	5 544	4 736	6 465	3 245
2013	5 910	4 910	6 896	3 431

Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Ainda que não existam dados para o concelho, importa salientar que “independentemente do tipo de pensão, porém, é clara a diferenciação por sexo. O montante médio de pensão de invalidez auferido pelos homens é 33,2% superior ao registado para as mulheres. No caso da pensão de velhice esse valor é quase 70% superior. Apenas no que diz respeito à pensão de sobrevivência o montante médio auferido pelas mulheres é superior o que, porém, tem o mesmo sentido que as constatações anteriores, na medida em que esses montantes dependem da pensão de referência dos/as cônjuges.” (Perista, coord., 2012: 47).³⁶

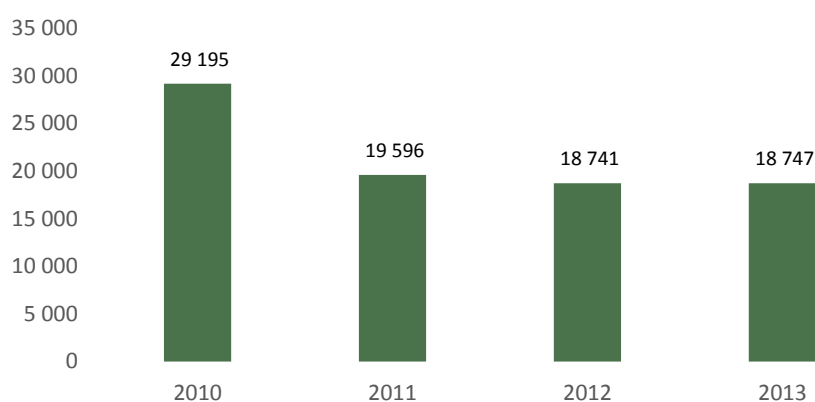
23. Apoio a crianças e jovens

De acordo com informação disponibilizada no *site* da segurança social, o abono para crianças e jovens é a prestação que tem como objetivo ajudar as famílias no sustento e na educação das crianças e jovens. Esta foi, porém, uma das medidas cujas alterações mais impactos teve no domínio da proteção social à infância já que a consideração de

³⁶ Perista, Heloísa (coord.) (2012), *Género e Envelhecimento: Planear o futuro começa agora*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género / Presidência do Conselho de Ministros.

apenas três escalões de rendimento deu origem a uma diminuição do número de crianças beneficiárias.

Crianças (descendentes ou equiparados), com abono de família para crianças e jovens, Matosinhos| 2010-2013



Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Como se pode verificar pelo gráfico anterior, entre 2010 e 2013, perderam direito ao abono de família 10 448 crianças.

No relatório decorrente da visita a Portugal do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa pode ler-se que a diminuição da cobertura do abono de família para crianças e jovens constitui uma preocupação e é considerada como uma medida com impacto na pobreza infantil. Esta preocupação, tornada descontentamente, foi também sentida pelas famílias em geral e expressa em queixas apresentadas ao Provedor de Justiça. Entre 2011 e 2012 as queixas apresentadas relativas à quebra da proteção social às crianças, aumentou 47%.

As crianças de famílias de mais baixos recursos podem beneficiar da Ação Social Escolar (ASE). Esta é uma medida de apoio que se destina a participar nas despesas escolares de alunos e alunas e serve para a aquisição de livros e material escolar, refeições e transportes. Da responsabilidade do município o apoio atribuído pela Ação Social Escolar é indexado ao escalão de abono de família de que a criança é beneficiária. Tal como se pode ver no quadro em baixo, entre 2009/10 e 2011/12 verifica-se um decréscimo no número de crianças apoiadas como consequência direta da alteração dos abonos de família. Ou seja, entre os anos considerados perderam direito à ASE 951 crianças.

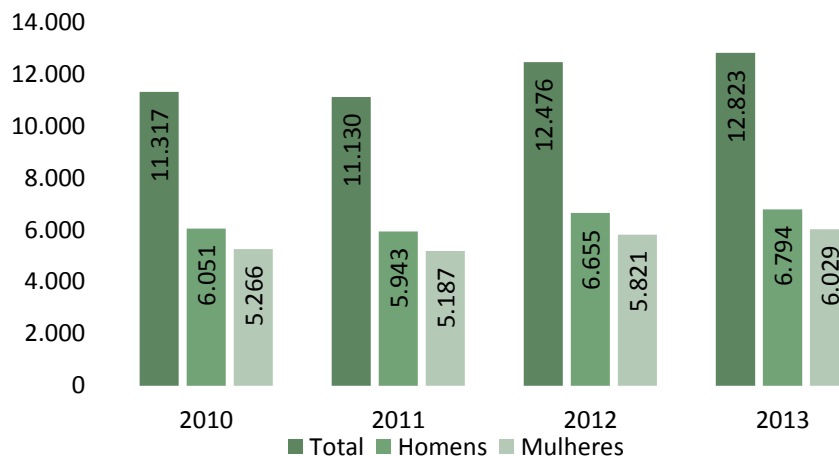
	2009-2010	2010-2011	2011-2012
Esclação A	4 863	4 672	4 056
Escalão B	3 189	3 298	3 045
Escalão A+B	8 052	7 970	7 101

Fonte: Projeto Educativo Municipal, 2013.

24. Apoio no desemprego

Acompanhando a evolução do desemprego o número de pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego tem vindo a aumentar.

Pessoas beneficiárias do subsídio de desemprego, em Matosinhos, por sexo | 2010 – 2013

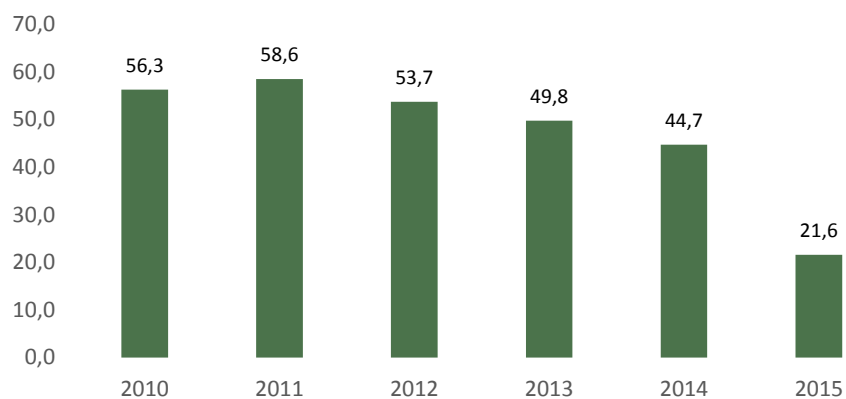


Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013.

Como se pode verificar, entre 2010 e 2013, o número de pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego aumentou em 1 506.

Considerando, porém, as pessoas inscritas no Centro de Emprego e o seu acesso à proteção no desemprego pode constatar-se que a percentagem de pessoas a receber subsídio tem vindo a diminuir gradualmente ao longo dos anos, sofrendo uma descida muito acentuada em 2015. Neste último ano apenas 21,5% das pessoas inscritas recebiam subsídio de desemprego. Esta forte descida só pode ser explicada pelo aumento do desemprego de longa duração e, sobretudo, pela alteração das regras de atribuição.

**Pessoas registadas no Centro de Emprego de Matosinhos a receber subsídio de desemprego | 2010
– 2015 (%)**



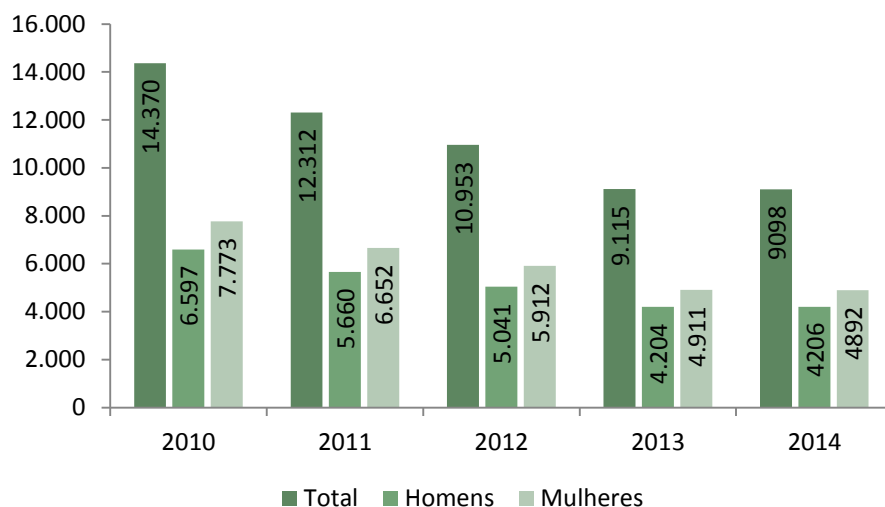
Fonte: Cálculos próprios com base em dados fornecidos diretamente pelo IEFP.

25. Rendimento Social de Inserção

O Rendimento Social de Inserção (RSI) (Rendimento Mínimo Garantido, aquando da sua criação) foi concebido como uma medida social ativa destinada a proteger todas as famílias cujos rendimentos, por qualquer razão, não atingissem um determinado limiar considerado como mínimo indispensável à vida. Criava-se condições para a subsistência que, em paralelo com a existência de um contrato de inserção, estabelecido entre as pessoas beneficiárias e a sociedade, proporcionavam as condições para a autonomia.

Ao longo dos anos esta medida tem sofrido várias alterações com impactos no que diz respeito às pessoas abrangidas e aos seus objetivos iniciais.

Pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção, em Matosinhos, por sexo | 2010-2013



Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2010, 2011, 2012, 2013. Dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Social, IP., no que diz respeito a 2014.

Tal como se pode verificar pelo gráfico anterior, o número de pessoas e famílias beneficiárias segue uma linha descendente no período considerado. Ou seja, entre 2010 e 2014 existem menos 5 272 pessoas a serem apoiadas através do RSI

97

Por outro lado, considerando algumas características das pessoas beneficiárias:

- As mulheres mantêm uma percentagem de cerca de 54% no total das pessoas beneficiárias, ao longo dos anos.
- O peso das crianças diminui de 30,7% em 2012 para 28,2%, em 2014.

Para além destes dados de natureza estatística, profissionais do concelho referiram que, com a crise, surge um outro perfil de pessoa beneficiária de RSI. Como traços desse novo perfil salienta-se o facto de serem pessoas que, pela primeira vez, experimentam a necessidade de recorrer a apoios sociais e de serem escolarmente mais qualificadas do que os/as primeiros/as beneficiários/as.

Estas serão pessoas que mais dificuldade terão em pedir apoio. São pessoas que sempre tiveram autonomia e não se sentem à vontade em pedir RSI. Preferem entregar as suas casas e viver com os pais do que ir solicitar apoio (participante no workshop da Proteção Social).

Não existem dados para o concelho mas uma informação complementar importante diz respeito ao valor médio mensal da prestação. A nível nacional esse valor, no ano de

2013, foi de 86,41€, por pessoa (menos 1,19€). O valor médio, por família, no mesmo ano, foi de 210,85€ (menos 17,22€ que em 2010).³⁷

As alterações introduzidas nesta medida tiveram os seus reflexos naquilo que era um dos seus objetivos – diminuir a intensidade da pobreza. Considerando uma família composta por um casal e dois filhos dependentes verifica-se que, antes das alterações de 2010, o valor da prestação RSI representava 64% do valor da linha de pobreza. Essa percentagem desce para 58% após 2010 e para 45% depois das alterações de 2012.³⁸

Os baixos valores da prestação foram também comentados nos workshops realizados: A minha preocupação é que estas pessoas recebem RSI porque não há outra alternativa. Mas o dinheiro que recebem, para o que é que dá? Pagam as despesas diárias mas não podem fazer mais nada! (participante no workshop da Proteção Social).

26. Outros apoios

Para suprir carências alimentares decorrentes, tanto da quebra de rendimentos, como da diminuição da proteção social, Matosinhos tem vindo, por um lado a requalificar as respostas sociais existentes e, por outro lado, a criar novas respostas de “Apoio Alimentar”.

Há vários anos que diferentes entidades da Rede Social de Matosinhos apoiam as famílias e municípios do concelho através da atribuição de cabaz alimentar. No entanto, no decorrer do trabalho do Atendimento Integrado, do acompanhamento às famílias e no âmbito da atribuição de géneros alimentares por parte das diferentes instituições de apoio, considerou-se necessário definir um modelo integrado de articulação e funcionamento entre os/as gestores/as do Atendimento Integrado e as instituições do concelho que prestam este tipo de apoio, tendo sido criada a “Rede de Parceria das Instituições de Combate à Precariedade Económica – RPICPE”, com os seguintes objetivos:

- Garantir que são apoiadas todas as pessoas/famílias que necessitam e que todas as que são apoiadas têm diagnóstico técnico;
- Garantir a equidade de critérios na distribuição dos apoios alimentares, junto de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade económica;

³⁷ Estatísticas da Segurança Social, disponíveis em: <http://www.seg-social.pt/estatisticas>.

³⁸ Cf. Farinha, Carlos (2013), [Moving the Goalposts not once but twice: Minimum Income Benefit in Portugal](#). EUROMOD research workshop.

- Garantir o apoio de forma mais célere às pessoas/famílias com necessidades;
- Garantir o acompanhamento técnico de todas as situações apoiadas e a priorização das mesmas.

Neste sentido, do trabalho de cruzamento, organização e verificação das listagens das várias entidades foi constituída uma lista única, base fundamental para a operacionalização do RPICPE. Assim, no ano de 2015 foram apoiadas no concelho de Matosinhos 4 371 pessoas, pertencentes a 1 557 agregados familiares.

A Autarquia, reconhecendo a imprescindibilidade deste apoio ser assegurado às famílias, para além de promover o modelo de reorganização desta rede, tem vindo a atribuir apoio financeiro às entidades da sociedade civil que distribuem os cabazes alimentares.

Complementando a ação anterior e promovendo o aproveitamento dos bens perecíveis, tem sido dinamizado, desde 2012, a resposta “Mercado Solidário”, que tem decorrido nos dois Mercados Municipais (Matosinhos e Angeiras) nos últimos sábados e domingos de cada mês. Destaca-se que esta ação permite a recolha de produtos frescos (carne, peixe, fruta...), que são distribuídos pelas pessoas das famílias abrangidas pela intervenção das instituições que junto dos mercados realizam esta angariação. Há, assim, um trabalho de consciencialização de operadore/as e de clientes dos mercados para a participação cívica na partilha de bens essenciais com as pessoas que se encontram numa situação de maior fragilidade social.

Ainda no âmbito do apoio alimentar, Matosinhos tem há vários anos a cantina social promovida pelo Lar de Sant’Ana. No ano de 2014 a Câmara Municipal colaborou, ainda, com a Segurança Social, na implementação do Plano de Emergência Alimentar.

Com o objetivo de descentralizar o acesso ao apoio alimentar, diminuindo o esforço das famílias em termos de deslocações para aceder ao apoio, procedeu-se à análise das entidades com potencial para desenvolver esta medida de apoio. Assim, foram identificadas 3 instituições que, dispondo de infraestruturas, boas práticas e estarem geograficamente dispersas pelo concelho constituiriam uma rede melhorada para aplicação desta medida.

Uma vez consensualizada esta proposta entre as instituições e a Segurança Social, estas protocolaram a medida e passaram, a partir de março de 2014, a distribuir 170 refeições, por dia, a famílias sinalizadas pelo Atendimento Integrado, o que corresponde a 370 refeições, por dia, distribuídas da seguinte forma:

Respostas ao âmbito do apoio alimentar – tipo de resposta, instituição, capacidade e freguesia | 2015

Resposta	Instituição	Capacidade (refeições/dia)	Freguesias
Cantina Social	Lar de Sant’Ana	200	Matosinhos, Leça da Palmeira, Senhora da Hora e Guifões
Plano de Emergência Alimentar	AASP – Associação de Apoio Social de Perafita	100	Perafita, Leça da Palmeira, Santa Cruz do Bispo e Lavra
	Associação de Solidariedade Social Betesda, Esperança e Vida	40	Senhora da Hora, Custóias e Guifões
	CATI – Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede de Infesta	30	São Mamede de Infesta e Leça do Balio

Fonte: Câmara Municipal de Matosinhos.

Considerando o apoio dado no contexto da rede de Atendimento Integrado os dados do Instituto de Segurança Social, IP. revelam que, no ano de 2014, estavam ativos 8 959 processos, dos quais 873 foram abertos nesse mesmo ano. Entre tais processos destaca-se a existência de problemas associados ao emprego / desemprego (1 762) e à carência económica (1 289).

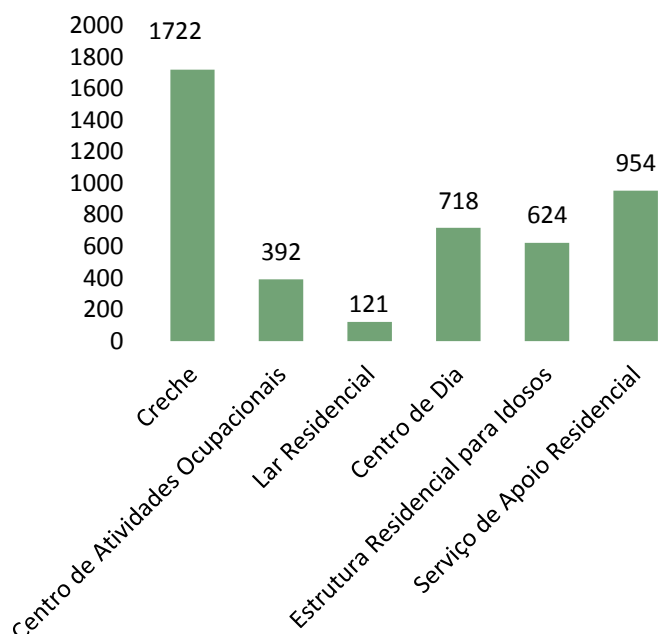
Mas o apoio que estas famílias que recorrem à ação social obtêm da segurança social tem sido cada vez mais restritivo na sequência de cortes orçamentais: *o financiamento para as equipas de ação social sofreu com a crise também (...) por vezes consegue-se reforços mas há que fazer uma grande ginástica para garantir que haja dinheiro até ao final do ano* (participante no workshop sobre proteção social).

Em contrapartida os utentes aumentam, ou pelo menos aumenta o número de vezes que recorrem aos serviços de atendimento, e só não há sala cheias porque as técnicas do AI foram capazes de aumentar os dias de atendimento, para que realmente as pessoas não fiquem sem resposta, para que não se recue 10 anos, quando as listas de espera estavam pelos 6 meses (participante no workshop sobre proteção social).

27. Rede de equipamentos e serviços

De acordo com a Carta Social 2014 a capacidade da rede de equipamentos e serviços em Matosinhos, segundo o tipo de equipamentos era a que se pode ver no quadro seguinte.

Capacidade das respostas sociais de rede de equipamentos e serviços de Matosinhos | 2014



Fonte: Carta Social 2014.

As reflexões produzidas no contexto dos *workshops* realizados com pessoas idosas e com pessoas com deficiências e o que se debruçou sobre o tema da proteção social permitiram identificar um conjunto de questões :

- Inexistência de lugares para acolhimento de situações de emergência que podem verificar-se em pessoas idosas, crianças ou pessoas com problemas de saúde mental que são vítimas de violência doméstica.
- As necessidades de auto-financiamento das instituições podem conduzir a uma priorização das situações que mais podem pagar em detrimento das situações de maior vulnerabilidade, sobretudo no caso das pessoas idosas: *chegam duas pessoas à instituição para apoio domiciliário; uma sem retaguarda familiar e outra com. A primeira só pode pagar um serviço mas a segunda, ainda que tenha família, diz que quer quatro serviços. E para a sobrevivência da instituição eu prefiro a que pede os quatro serviços ainda que não esteja numa situação tão complicada do que a outra, porque assim a Segurança Social paga-me 6% de comparticipação enquanto que na primeira situação não paga. Se as instituições não tiverem um espírito solidário, é isto que acontece. E este foi um problema criado pela Segurança Social* (participante no *workshop* da Proteção Social).
- Dificuldades financeiras, por parte das instituições devido ao desemprego e à redução dos rendimentos das famílias, em geral. Esta situação conduz a dívidas no pagamento às instituições, à redução das mensalidades e, até, a uma diminuição dos utentes que, por

carência económica, prescindem da prestação de serviços. Verifica-se, ainda, um aumento do número de pedidos para revisão do valor das mensalidades como consequência das dificuldades económicas das famílias.

- Ausências de respostas para casos demenciais que surgem, sobretudo entre a população idosa. Muitas destas situações estão integradas em Centros de Dia o que pode não constituir uma resposta apropriada e de qualidade . *As situações demenciais, como as de Alzheimer, são muito complicadas para as famílias e difíceis para nós as enquadrarmos. Muitas vezes estas pessoas estão em centros de dia mas não deviam estar. O problema é que não há resposta para elas* (participante no workshop da Proteção Social).
- Dificuldades de acesso aos equipamentos e serviços por parte das pessoas idosas com menos recursos económicos: *As pessoas idosas com menores recursos não têm resposta. Sim, ficam em lista de espera mas para encontrarem resposta são deslocados para outros concelhos* (participante no workshop da Proteção Social).
- Alguns lares para pessoas idosas (atualmente designados como Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) podem estar a acolher pessoas que não cumprem os critérios para um acolhimento em lar: *É preciso perceber se, efetivamente, a maioria das pessoas que está em lar deveria estar nessa resposta. Se respostas como o apoio domiciliário fossem mais efetivas acredito que a pressão sobre os lares diminuía* (participante no workshop da Proteção Social).
- Serviços pouco flexíveis e standartizados, no âmbito do apoio domiciliário, que não possibilitam a consideração de necessidades individuais .
- Ausência de respostas residenciais para curtos períodos de internamento, sobretudo para pessoas idosas e pessoas com deficiências o que contribui para um desgaste agravado das pessoas cuidadoras: *Eu se quiser ir passar uma semana de férias e tirar um tempo só para mim não tenho onde deixar o meu filho* (participante no workshop das pessoas com deficiências ou incapacidades).

28. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

Na sequência dos aspetos anteriormente focados é possível fazer uma síntese dos principais problemas, ou constrangimentos do domínio da proteção social apontando-se no sentido da definição de algumas prioridades. São ainda consideradas linhas de força como sendo os aspetos mais positivos nos quais se poderá apoiar uma atuação futura.

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Poucas respostas vocacionadas para a autonomização, sobretudo de jovens em risco e de pessoas com deficiências	Forte aposta no alargamento da rede solidária de equipamentos sociais
Dificuldades de colocação de pessoas com fracos recursos económicos em instituição	Instituições caminham progressivamente no sentido da transparência e do trabalho em rede
Ausência de respostas para descanso de cuidadoras/es	Boa consciência social por parte dos parceiros
Falta de profissionais da área da reabilitação sobretudo nos equipamentos de apoio a pessoas idosas	
Cansaço das/os profissionais	
Existência de situações demenciais, entre a população mais idosa, integradas em equipamentos cujo pessoal não está preparado para uma resposta de qualidade	Existência de associações recreativas e desportivas dispostas a colaborar com as IPSS

29. Rendimentos e poder de compra

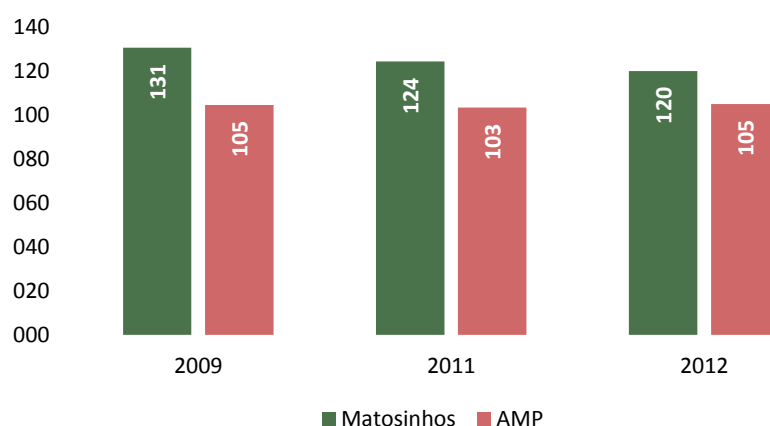
Vimos, anteriormente, que os ganhos médios mensais no concelho de Matosinhos se apresentam acima dos valores quer, para o Grande Porto, quer para o país: 1 119,61€ contra 1 123,24€ e 1 095,59€ respetivamente.³⁹

Também o valor médio anual das pensões da Segurança Social é mais elevado no concelho: 5 910€, em Matosinhos, no ano de 2013; 5 486€ no Grande Porto, no mesmo ano e 4 955€ no Continente.⁴⁰

Também o poder de compra no concelho se tem apresentado mais elevado do que o da população residente na Área Metropolitana do Porto, tal como se pode ver no gráfico em baixo.

Conjugando o ganho médio mensal, o índice do poder de compra e o valor do IRS per capita, no Referencial da Coesão Social, Matosinhos surge como um dos dez concelhos do país com maior nível de rendimento.⁴¹

Índice de poder de compra *per capita*, em Matosinhos e na Área Metropolitana do Porto
[2009, 2011 e 2012 (%)]



Fontes: INE - [Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio](#), PORDATA. Última actualização: 2015-11-09.

É de lembrar, porém, como as médias iludem as desigualdades existentes, ao nível da distribuição dos rendimentos, questão particularmente importante quando se sabe que

³⁹ INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2013.

⁴⁰ INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2013.

⁴¹ IESE (2015), [Referencial da Coesão Social](#), Lisboa, Instituto de Segurança Social.

Portugal é dos países da Europa onde a distribuição de rendimentos é mais desigual, sendo que tais desigualdades se têm acentuado. O "aumento das assimetrias na distribuição do rendimento é nitidamente identificável: o índice de Gini, a medida mais utilizada na medida da desigualdade, sofreu ligeiras alterações ao longo deste período parecendo sugerir que para o conjunto dos rendimentos familiares não se registaram alterações significativas ou, quanto muito uma ligeira subida. Entre 2009 e 2013 este índice aumentou de 33,7% para 34,5%."⁴²

No concelho a existência de desigualdades foi expressa de forma clara pelos participantes nos grupos de discussão: *basta ir do litoral para o interior para as desigualdades se tornarem visíveis. Basta olhar para as casas...* (Participante no workshop sobre rendimentos).

Por outro lado não se pode ignorar que, em 2013, pelo menos 5,2% da população residente no concelho tinha rendimentos suficientemente baixos para aceder ao Rendimento Social de Inserção. Por outro, importa considerar os impactos que a crise económica teve na generalidade das famílias. Cortes nos salários e nas pensões mas, sobretudo, uma descida brusca de rendimentos como consequência do desemprego foram, certamente, os principais fatores que levaram a uma diminuição do poder de compra, patente no gráfico anterior.

105

As dificuldades de rendimentos de pessoas e famílias são visíveis no dia a dia do concelho:

- *Há crianças que vão para a escola sem tomar o pequeno almoço e sem levar lanche* (participante no workshop sobre rendimentos).
- *Há pedidos de apoio para pessoas idosas, no âmbito do apoio domiciliário, que foram cancelados por dificuldades no pagamento* (participante no workshop sobre rendimentos).
- *O que muitas vezes notamos, lá no centro, é que são os idosos que, com a pensão deles, asseguram os filhos e têm muitas vezes, também, que ajudar os netos* (participante no workshop sobre rendimentos).

⁴² Carlos Farinha Rodrigues em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-06-05-Pobreza-aumentou-para-niveis-do-inicio-do-seculo>.

- *Há uma redução das listas de espera para lar, porque a procura diminui e na nossa instituição houve idosos que saíram do lar por não poderem pagar (participante no workshop sobre rendimentos).*
- *Ao contrário do que era esperado não há rotatividade nas pessoas que estão a receber do Fundo de Emergência Alimentar, o que significa que as pessoas não estão a conseguir resolver os seus problemas (participante no workshop sobre rendimentos).*
- *Os pedidos de insolvência por parte das famílias têm sido muitos (participante no workshop sobre rendimentos).*
- *Estamos a falar de famílias que estão a sobreviver com 200 euros. Portanto, com menos do que isso... (participante no workshop sobre rendimentos).*

A consulta feita aos atores locais sobre este tema, revela ainda que, embora não existam números para o concelho, a emigração tem sido uma estratégia acionada pela população local, para fazer face a estas dificuldades.

A emigração nota-se nas escolas: *os pais dos meninos estão a emigrar como forma de conseguir melhores condições de vida com consequências para as crianças ao nível da sua estabilidade emocional* (participante no workshop sobre rendimentos).

A emigração exerce pressão sobre alguns serviços de apoio a pessoas idosas que começam a ser mais solicitados na sequência da perda de apoio familiar: *há mais pedidos de apoio domiciliário ao fim de semana e feriados porque nesses dias era a família que fazia e agora os cuidadores emigraram* (participante no workshop sobre rendimentos).

30. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

Do que foi anteriormente referido decorre a seguinte síntese:

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Emergência de novas situações de carência	Média de rendimentos mais elevada do que a apresentada no país e elevado índice de poder de compra
Impactos negativos da crise na gestão de equipamentos sociais	
Precarização da situação de algumas pessoas idosas enquanto únicas titulares de rendimentos nas famílias	

VIII. Habitação

O artigo 65^a da Constituição consagra os direitos básicos à habitação nos seguintes termos: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e privacidade familiar” (ponto 1 do artigo 65^o).

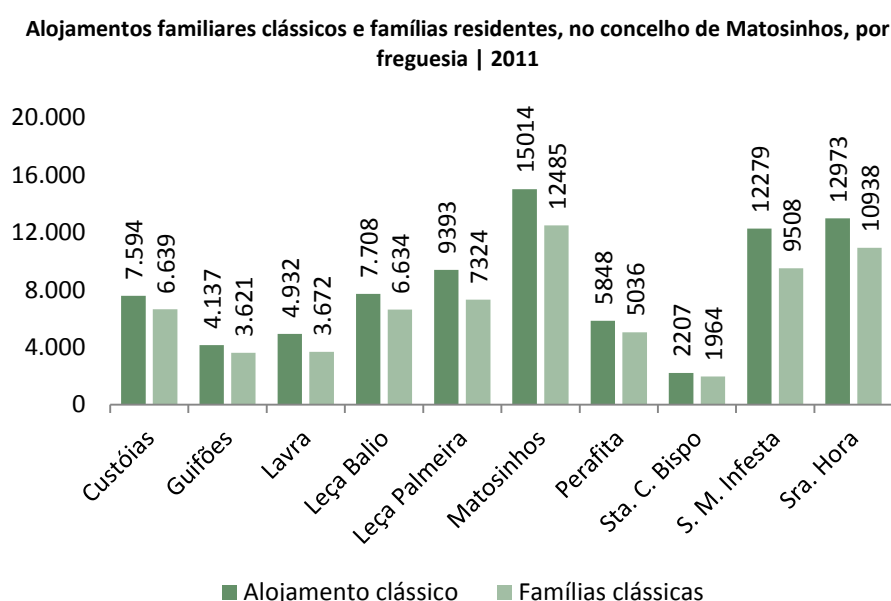
Também a Carta Social Europeia no seu artigo 31 refere o direito à habitação, sendo que para assegurar o exercício efetivo desses direitos os Estados comprometem-se a tomar medidas destinadas a:

- 1) Favorecer o acesso à habitação de nível suficiente;
- 2) Prevenir e reduzir o estado de sem-abrigo, com vista à sua eliminação progressiva;
- 3) Tornar o preço da habitação acessível às pessoas que não disponham de recursos suficientes.

Para além de um direito reconhecido, a habitação, e as questões que lhe estão associadas, ocupam um lugar central nas preocupações e aspirações de cidadãos e cidadãs. Sendo uma das necessidades básicas de pessoas e famílias, a habitação é muito mais do que isso, ela é um elemento de inclusão social pelo que, viver em determinadas áreas pode ser um fator que garante prestígio ou, ao contrário, pode ser elemento de estigmatização, incluindo no processo de acesso ao emprego.

31. Alojamento e condições de habitabilidade e conforto

Enquanto concelho da Área Metropolitana do Porto, Matosinhos cresceu, sobretudo na década de 90, à custa de uma população que sai da cidade do Porto à procura de uma habitação a custos mais baixos e que garantisse boas acessibilidades ao centro. A par do aumento populacional cresce, pois, o imobiliário que cumpre essencialmente uma função residencial. Nesse sentido, a distribuição dos alojamentos por freguesia segue a tendência apresentada pela distribuição das famílias.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011.

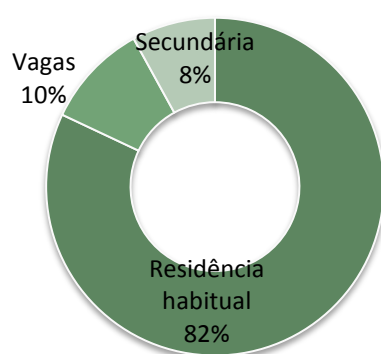
No entanto, tal como se pode ver no gráfico anterior, algumas freguesias destacam-se por terem um elevado diferencial entre número de famílias e número de alojamentos. Tal é o caso de S.Mamede Infesta, Matosinhos, Leça da Palmeira e Senhora da Hora. Esta é uma questão que está em alinhamento com o panorama do país, com efeito, “em 2011, o número de alojamentos em Portugal superou em 45% o número de famílias (+1,8 milhões de alojamentos do que famílias)” (INE, 2012: 1).⁴³ Isto prende-se, sem dúvida, com a dinâmica construtiva, em detrimento da renovação e requalificação habitacional em Portugal, e com a forte expansão do mercado imobiliário em Portugal, e não apenas no concelho. Note-se que o “número de alojamentos praticamente

⁴³ INE (2012) "Censos 2011 revelam o maior excedente de alojamentos em Portugal", [Destaque - Parque Habitacional em Portugal: Evolução na última década 2001-2011](#), 7 de dezembro 2012.

duplicou nas três décadas em análise e registou um ritmo de crescimento sempre superior ao do número de famílias o que colocou Portugal com o segundo maior rácio de habitação por agregado familiar no seio da EU” (Guerra, 2008:20).

Na estrutura residencial de Matosinhos, em 2011, os alojamentos vagos e secundários têm uma presença importante: 10% e 18%, respetivamente, conforme o gráfico seguinte, embora estas percentagens sejam inferiores às do país (12,5% para os alojamentos vagos; 19,3% para os alojamentos de segunda habitação).

**Alojamentos familiares, no concelho de Matosinhos, segundo a forma de ocupação
| 2011 (%)**



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2011.

Os alojamentos vagos incluem situações muito diversas, como é o caso dos alojamentos disponíveis no mercado (para venda ou arrendamento) e os para demolição. A percentagem de alojamentos vagos demonstra, por um lado, o desajustamento entre oferta potencial e a procura de habitação, e por outro, um peso significativo de alojamentos devolutos, sem qualquer utilização.

A presença de habitação secundária não é alheia a um aumento do consumo que se fez sentir até meados da primeira década do século XXI, período em que, as famílias portuguesas se ajustaram a um nível mais elevado de rendimento, intensificando as despesas de consumo em geral e aumentando o investimento em habitação. Esta será, porém, uma tendência atualmente em inversão como consequência da crise económica.

Ainda segundo dados do Recenseamento de 2011, em Matosinhos predominavam os alojamentos familiares com quatro (34%) e cinco divisões (28,9%) para famílias que em 52% dos casos têm, no máximo, 2 pessoas.

Apesar da tendência, já apontada, para um aumento das pessoas a viver sós e para uma diminuição do número de filhos que se reflete, indubitavelmente, na dimensão das famílias no concelho, subsistiam situações de habitações sobrelotadas: 13% em 2011. Note-se que a proporção de alojamentos sobrelotados, em Portugal, é um pouco inferior à do concelho - 11%.

Por outro lado, a partilha de alojamento apresentava, então, uma proporção quase residual – 1,5% era a percentagem de famílias em alojamento familiar que partilhavam, com outras, a sua habitação.

Note-se que, tanto a questão dos alojamentos sobrelotados, como a partilha de alojamento, pode ter entrado novamente numa fase ascendente como consequência da atual crise económica: *Há os jovens que não puderam sair de casa dos pais e há casais jovens a regressar a casa, porque não conseguem pagar as casas sozinhos. Esta questão da habitação está ligada à falta de dinheiro disponível das famílias para as coisas básicas* (participante no *workshop* sobre habitação).

Entre 2001 e 2011, os dados disponíveis revelam que as condições de conforto nos alojamentos em Matosinhos melhoraram significativamente, como se pode ver no quadro seguinte. Ainda que a um número muito reduzido persistiam, contudo, algumas habitações sem água canalizada (284) e sem instalações de banho ou duche (1 251), as quais podem corresponder a situações particularmente gravosas se a estas estiverem associadas, nomeadamente, pessoas idosas isoladas e/ou em situação de dependência. Nestes casos, as condições de alojamento podem impedir, inclusivamente, a prestação de cuidados por parte de equipas de apoio domiciliário.

Indicadores de conforto nos alojamentos de Matosinhos (%)

	Matosinhos	
	2001	2011
Alojamento sem eletricidade	0.06	--
Alojamento sem retrete	0.7	0.2
Alojamentos sem água canalizada	0.5	0.4
Alojamentos sem instalações de banho ou duche	6.0	1.9

Fontes: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2001 e 2011.

32. A tendência para a casa própria

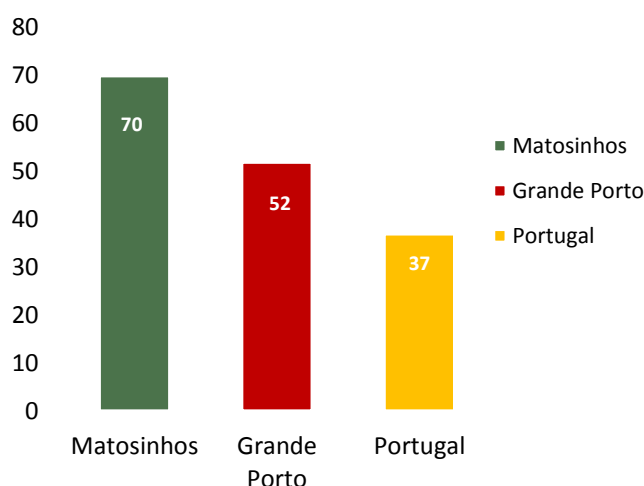
Como é conhecido, as últimas décadas foram marcadas por uma expansão do crédito para aquisição de casa própria.

No período intercensitário 2001-2011, a percentagem de pessoas proprietárias do alojamento onde tinham residência passou de 73% para 76% (INE, 2012). Em Matosinhos, em 2011, aquela percentagem era um pouco mais baixa - 66%. Muito destes proprietários terão recorrido ao crédito. “O incremento do acesso ao crédito foi particularmente evidente na década de 90, com os empréstimos bancários às famílias, para habitação (...). No final do ano de 2010, o total das dívidas das famílias à banca e a outras entidades que concedem crédito ascendia a 120% do rendimento disponível, sendo quatro quintos destinado à habitação (...).” (Mateus, 2013: 314)

Este peso do crédito à habitação, no contexto dos empréstimos à banca, contraídos pelas famílias portuguesas é muito notório entre a população de Matosinhos. Com efeito, no concelho, o peso do crédito à habitação, no total do crédito a clientes, é maior quer do que no país, quer do que no Grande Porto, conforme se verifica no gráfico em baixo.

112

Crédito à habitação no total de crédito a clientes em Matosinhos, Grande Porto e Portugal | 2013 (%)



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, 2013.

Não há dúvida de que o acesso ao crédito, para aquisição de casa própria, e não só, deu origem a um aumento do endividamento das famílias portuguesas. Sem considerar os

seus ativos, tal “endividamento subiu de 35% para 130% do seu rendimento disponível, em contraste com a tendência de queda da poupança.” (Mateus, 2013: 315)

Com a crise, aquilo que tinha sido um alinhamento com as tendências da habitação nas sociedades ocidentais; o que tinha sido o reflexo da melhoria do nível de vida das populações e um aumento das suas expectativas, tornou-se numa grande fragilidade social, dando origem a um retorno das casas às entidades de crédito e/ou a um pedido de insolvência por parte das famílias.

Não há dados a nível concelhio mas sabe-se que uma das estratégias atualmente acionadas pelas famílias para fazer frente aos problemas relacionados com créditos à habitação que agora não conseguem ser satisfeitos é a insolvência.

33. O mercado de arrendamento

De acordo com os dados do INE, um pouco menos de 50% dos alojamentos familiares arrendados correspondem a arrendamentos com preços inferiores a 300€/mês, no entanto o conhecimento adquirido por profissionais do concelho aponta para custos de renda muito elevados: *a habitação que está no mercado, sobretudo em Matosinhos, São Mamede e Leça da Palmeira é muito cara* (participante no *workshop* da habitação). Outros referem que: *a população de Matosinhos foi empurrada para fora do concelho devido ao preço da habitação* (participante no *workshop* da segurança).

Por outro lado, há que ter em atenção a relação entre o custo do aluguer e os rendimentos da família, sendo que os custos com a habitação serão tendencialmente mais pesados para as famílias de mais fracos recursos: *Acho que, tendo em conta o salário mínimo, os valores das rendas são muito elevados. E depois, há que acrescentar a luz, a água, o gás e o condomínio. Sim, porque em muitas casas arrendadas esta é uma despesa que cresce ao contrato*” (participante no *workshop* da habitação).

Ou ainda: *Um quarto de tamanho médio chega aos 250, 300 euros! Um T2 normal, normal, aqui na Senhora da Hora, por exemplo, são 500 euros! Não há nada nada a menos de 350 euros. T2, T1, por aí. E mesmo assim... Sem serem equipados. Aquelas ilhas, as ilhas são 200, 270, com péssimas condições. É muito caro!* (participante no *workshop* da proteção social).

Outro dos problemas, que surge associado ao arrendamento, e que leva alguns municípios a dirigirem-se à empresa municipal de habitação, diz respeito ao mau estado

de algumas habitações sem que tal resulte numa intervenção eficaz por parte dos senhorios: *há uma parte do parque habitacional de Matosinhos que corresponde a contratos de arrendamento muito antigos em que os proprietários não têm as casas em condições mínimas de habitabilidade. E, às vezes, há um aproveitamento muito grande por parte dos senhorios. Se um inquilino sai, por exemplo, os senhorios dão uma pincelada e arrendam outra vez. Passados dois, ou três meses, principalmente nos invernos, as más condições começam-se a revelar e entramos num ciclo sem fim. Estes senhorios cobram valores mais acessíveis - as rendas rondam entre os 150€ e os 200, o que é mais suportável por parte das famílias – mas as pessoas têm problemas constantes. Isto em Santa Cruz já acontece há anos e não vejo forma de se resolver. Claro que as pessoas sujeitam-se porque não conseguem pagar valores de renda mais elevados* (participante no workshop da habitação).

Noutras situações, o mercado de arrendamento inscreve-se numa economia informal alimentada, uma vez mais, pelas famílias de mais baixos rendimentos e situações mais precárias : *As pessoas desempregadas, as beneficiárias de RSI, aceitam alugar uma casa sem terem contrato. Aliás, são essas pessoas que vão para os locais onde as condições de habitabilidade oferecidas são piores. Todas as famílias que tenham baixo rendimento estão sujeitas a esta situação* (participante no workshop da habitação).

114

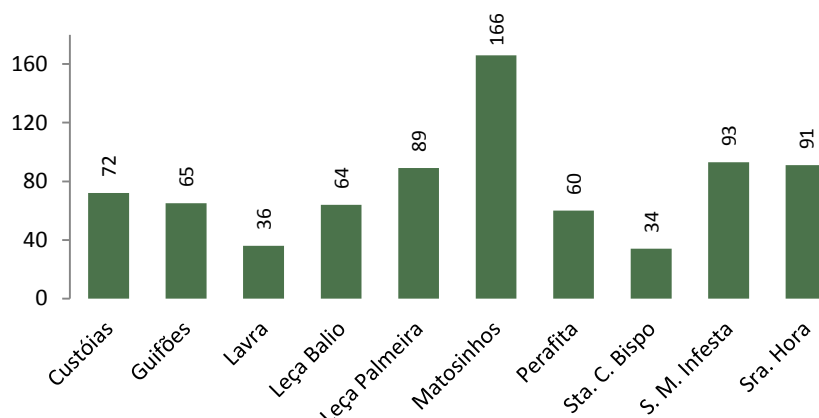
Dados da MatosinhosHabit revelam que a maior parte dos pedidos de habitação social (75,6%) para habitação social apresentam como motivo a existência de problemas económicos.

Na sequência destes constrangimentos, algumas das pessoas participantes no *workshop* da habitação referiram que Matosinhos , tal como o país, precisa de uma política social de habitação que permita um diversificado conjunto de respostas ultrapassando a vertente da construção de habitação social e onde o setor cooperativo deve ser um parceiro fundamental.

É na tentativa de esboçar uma política social de habitação que se pode inscrever o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento (PMAA). Este programa foi criado em 2009 como resultado das crescentes dificuldades económicas da população e dos daí decorrentes problemas em assegurar o pagamento da renda das habitações . Tais dificuldades chegaram a dar origem a situações de despejo.

De acordo com informações cedidas pela MatosinhosHabit, estão a ser apoiadas, ao abrigo do PMAA, 770 famílias distribuídas pela diferentes freguesias do concelho.

Famílias apoiadas no âmbito do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, por freguesia | 2015



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte, 2013.

Das famílias apoiadas pelo PMAA as tipologias mais frequentes são:

- famílias monoparentais com filhos menores (25,4%);
- famílias nucleares com filhos menores (18,4%);
- casais, ou pessoas sós, com menos de 55 anos (24,5%)

Estas 770 famílias correspondem a 1 799 pessoas.

34. Habitação social

Matosinhos foi dos primeiros concelhos a implementar medidas de habitação social. Informações de 30 de junho de 2016 referem a existência de um total de 4 322 fogos de habitação social dos quais 98% (4 235) estavam arrendados. Doze fogos estavam a ser alvo de obras de reabilitação. O valor médio das rendas praticadas era de 47,40€.⁴⁴

Este número de fogos distribui-se por 51 núcleos de habitação social. São, na maior parte dos casos, pequenos núcleos bem integrados na malha urbana tendo, nomeadamente por isso, a Câmara Municipal de Matosinhos recebido prémios e distinções por parte do IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP,. Para além disso, está a ser feito um investimento no sentido da reabilitação urbanística em

⁴⁴ Informações cedidas pela MatosinhosHabit.

conjuntos habitacionais onde o edificado apresentava sinais de degradação e obras foram realizadas no sentido de “abrir”, ainda mais, alguns dos núcleos à sua envolvente.

Tendo em conta o próprio objetivo da habitação social, nestas zonas residenciais concentra-se, tendencialmente, uma população com múltiplos problemas sociais dos quais se destacam os seus fracos recursos económicos pelas dificuldades apresentadas ao nível da inserção laboral, precariedade de emprego e baixos níveis de instrução. Independentemente dos muitos exemplos de sucesso, ao nível de uma ascensão social, que certamente aí se encontram, estes locais constituem-se como fenómenos de espacialização da pobreza. Participantes nos *workshops* deram conta da fragilidade social que afeta estas populações:

- *As pessoas com mais problemas económicos e sociais em geral ainda se concentram nos bairros de habitação social ou nas zonas com rendas mais baixas* (participante no workshop sobre habitação).
- *Duas escolas que servem alguns destes bairros estiveram sempre abertas no verão só para fornecerem refeições. A refeição que as crianças tomavam na escola era a única do dia* (participante no workshop sobre segurança).

Neste sentido, estes serão locais que carecem, de modo permanente, de um grande investimento social. Mas opiniões explicitadas nos *workshops* apontam no sentido de que algo deve ser feito para além do habitual atendimento e do acompanhamento social a pessoas e famílias:

- *Há que repensar a abordagem a certos bairros onde antes havia uma forte presença de profissionais da área social* (participante na reunião com presidentes das uniões de freguesia).
- *O que eu acho é com o atendimento, por si só, não vamos lá chegar. Há aqui uma série de questões a ter em conta para uma melhor integração social desta população: as acessibilidades; a questão de haver serviços, associações e entidades a realizar atividades de natureza vária nesses locais. Porque isso aproxima a cidade a estes locais. Se eu tiver que levar os meus filhos ao infantário que está a funcionar num conjunto habitacional, eu vou começar a criar algum tipo de ligação com esses locais e, se calhar, também vou passar na mercearia para comprar qualquer coisa... Acho que há outras coisas que têm que ser feitas para além do atendimento* (participante no workshop sobre habitação).
- *Eu não preciso passar pelo bairro (X) para fazer absolutamente nada (...) mas se fosse para lá um grande supermercado...* (participante no workshop sobre habitação).

- *O atendimento à população é necessário mas eu estou a falar da necessidade de haver outras atividades como sessões de informação de esclarecimento, educação para a saúde. Penso que o que tem sido feito começa a deixar de ter efeito* (participante no workshop sobre habitação).

Carecem, ainda, da continuidade de um trabalho constante de desconstrução de estereótipos em torno da população aí residente e das imagens negativas e de insegurança que, com frequência, lhes estão associadas:

- *Muitas pessoas que apresentam pedidos de habitação social começam logo por dizer que não querem para aquele bairro. As pessoas nem conhecem, mas já têm uma ideia negativa sobre certos bairros* (participante no workshop sobre habitação).
- *As pessoas que não vivem ali, vão com receio e perguntam se não há outro local para irem ao atendimento porque sentem-se inseguras* (participante no workshop sobre habitação).
- *Por exemplo os taxistas deixam a pessoa fora do bairro, porque não entram lá dentro. Ninguém quer entrar ali dentro e nem ter relação com algum que lá more* (participante no workshop sobre habitação).

As forças de segurança, também ouvidas num dos *workshops* realizados, sintetizam bem o fenómeno de estigmatização social a que, geralmente, este tipo de locais está sujeito e desmitificam a existência de insegurança: *Se estivermos a falar de se poder entrar lá e beber um café, sim. Se é seguro lá ir visitar um amigo ou ir a um serviço lá existente: sim. Se a população, em geral, olha estes bairros de modo diferente, a resposta também é: sim* (participante no workshop sobre segurança).

35. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

Do que foi anteriormente referido decorre a seguinte síntese:

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Aproveitamento, por parte de senhorios das situações de maior fragilidade económica para a prática de rendas elevadas na sua relação “qualidade-preço”	Evolução positiva nas condições de habitação e conforto
Dificuldades de famílias em assegurarem as despesas com a habitação	Existência do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento
Perspetivas de aumento das situações de cohabitação	
Existência de zonas de concentração de problemas sociais	

IX. Saúde

A saúde é estabelecida como um direito no artigo 64º da Constituição, onde se escreve que “Todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover”. Entre outros aspetos diz, ainda, que “para assegurar o direito à proteção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado: garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação”.

Por seu lado, a Carta Social Europeia ⁴⁵ ao enunciar o direito à proteção da saúde, no seu artigo 11º, estabelece o compromisso dos Estados ao nível da:

- eliminação das causas de uma saúde deficiente;
- criação de serviços de consulta e de educação no que respeita à melhoria da saúde e ao desenvolvimento do sentido da responsabilidade individual em matéria de saúde;
- prevenção de doenças epidémicas, endémicas e outras, assim como os acidentes.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença. Neste sentido, a saúde não é apenas um bem para cada uma das pessoas mas é um valor coletivo. Por outro lado, a saúde assume-se não somente como uma questão biológica mas também como social sendo que as causas para alguns problemas de saúde residem, precisamente, no contexto social, sendo essa a perspetiva subjacente a este mesmo diagnóstico.

O capítulo da saúde do Diagnóstico Social do concelho assenta, fundamentalmente, no diagnóstico de saúde da população do concelho de Matosinhos, elaborado pela equipa de Unidade de Saúde Pública de Matosinhos, em 2014. ⁴⁶

⁴⁵ GDCC, [Carta Social Europeia Revista](#), adotada em Estrasburgo, a 3 de Maio de 1996. Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

⁴⁶ Pimental, Carla *et al* (2014) *Diagnóstico de saúde da população do concelho de Matosinhos*, Lisboa, Unidade de Saúde Pública de Matosinhos.

36. Como se nasce

Seguindo o que tem sido a tendência da população em geral, o índice sintético de fecundidade tem vindo a descer nas últimas décadas e situou-se em 2011, em 1,4 crianças por mulher. Este valor é, porém, superior ao da região norte (1,2) e ao do continente (1,3). Os dados disponíveis revelam, ainda, que as mulheres têm filhos/as em idades cada vez mais avançadas tendo, assim, vindo a aumentar a proporção de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, tal como se pode ver no quadro seguinte, sendo que no triénio 2009-2011 a percentagem foi de 24,5 %.

Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos | 1996-2011
(triénios - %)

	2000-02	2004-06	2007-09	2009-11
Continente	13.8	16.5	19.4	22.2
Região Norte	13.1	15.8	18.6	21.1
ULS Matosinhos	15.2	18.0	21.3	24.5

Fonte: ARS Norte, Diagnóstico de saúde da população do concelho de Matosinhos 2014.

Ainda relacionado com esta questão registou-se, nos últimos anos, um aumento da percentagem de nascimentos pré-termo (nados-vivos com menos de 37 semanas de gestação), bem como um aumento da percentagem de recém-nascidos com baixo peso (inferior a 2500 g), fixando-se em 9% dos nascimentos no triénio 2009-2011.

Estas questões estão diretamente relacionadas com os cuidados na gravidez. A este nível nota-se uma “fuga” do setor público para o privado, revelando, o primeiro, pouca capacidade de afirmação junto da população com reflexos negativos nos indicadores: *Apesar de termos novos serviços, temos atualmente muita dificuldade em fazer com que as pessoas recorram aos serviços públicos. A vigilância da gravidez, ou os cuidados nos primeiros anos de vida, está a deslocar-se para o privado. Não haveria nenhum problema se tal não se refletisse nos resultados em saúde, se não tivéssemos problemas. Mas de facto temos assistido, nos últimos anos, a um aumento do número de recém-nascidos que nascem com baixo peso* (participante no workshop da saúde).

No concelho, as taxas de mortalidade infantil, perinatal e neonatal têm vindo, ainda que com oscilações, a conhecer uma evolução positiva ao longo da última década.

37. Como se morre

Considerando a taxa de mortalidade padronizada pela idade, que anula o efeito da idade e considera todas as causas de morte, verifica-se que, a mesma, tem vindo a diminuir na população de Matosinhos, sendo esta também a tendência seguida para a região norte.

A diminuição da taxa de mortalidade padronizada reflete-se, diretamente, no aumento da esperança de vida que se assume, não só como um importante indicador de saúde, mas como um indicador de desenvolvimento humano na medida em que pressupõe o direito a uma vida longa e saudável.

No concelho de Matosinhos, a esperança de vida à nascença aumentou, de 76,7 anos (no triénio 1997-99) para 81,1 anos (no triénio 2010-12). Embora seja maior a esperança de vida das mulheres do que a dos homens, no período considerado, o aumento deste indicador foi maior para a população masculina. Assim, entre 1997-99 e 2010-12 a esperança de vida dos homens passa de 73 para 78,3 anos (+5,3 anos); para as mulheres a esperança e vida passou de 79,4 anos para 82,1 anos (+3,4 anos) (cfr. Pimentel, 2014).

No triénio 2010-2012, para as pessoas com 65 anos, a esperança de vida, nos residentes do concelho de Matosinhos, em ambos os sexos era de mais 19,9 anos.

Quando se considera a totalidade dos óbitos ocorridos no triénio 2008-2010, em ambos os sexos e todas as idades, identificam-se como principais as seguintes causas de morte:

- tumores malignos (29,1%)
- doenças do aparelho circulatório (26,1%)
- doenças do aparelho respiratório (10,7)

Note-se, ainda, o elevado peso das causas de mortalidade classificadas como ‘síntomas, sinais e achados não classificados’ em todos os grupos etários: 11,7% .

Analisando os óbitos ocorridos até aos 65 anos, no mesmo período de tempo, verifica-se que aumenta o peso das mortes tendo os tumores malignos como causa. Na análise por causa específica, o TM da traqueia, brônquios e pulmão e o VIH/SIDA são as duas primeiras causas de mortalidade.

Em relação ao VIH/SIDA note-se que a “taxa de incidência de VIH/SIDA na população do concelho de Matosinhos tem vindo a diminuir, baixando de 40/100 mil habitantes em 2001 para 10/100 mil habitantes em 2010. Ainda assim, no último quinquénio em análise, a taxa de incidência média anual de VIH/SIDA foi a segunda mais elevada dos ACeS da região Norte” (Pimental, 2014: 59). No entanto, foram levantadas algumas

importantes questões no workshop da saúde que revelam alguma alteração dos comportamentos da população em relação: *aponta-se no sentido de uma certa fadiga ao preservativo, por outro lado, as pessoas já encaram o VIH como uma doença crónica, não a encaram como um problema de saúde que seja muito grave* (participante no workshop da saúde), o que pode vir a dar origem a um aumento de comportamentos de risco e, consequentemente, a um aumento da taxa de incidência do VIH.

No grupo etário dos 5-24 anos salientam-se, para além de, uma vez mais, os tumores malignos as causas externas que, neste grupo etário, são responsáveis por 21.4% do total de óbitos.

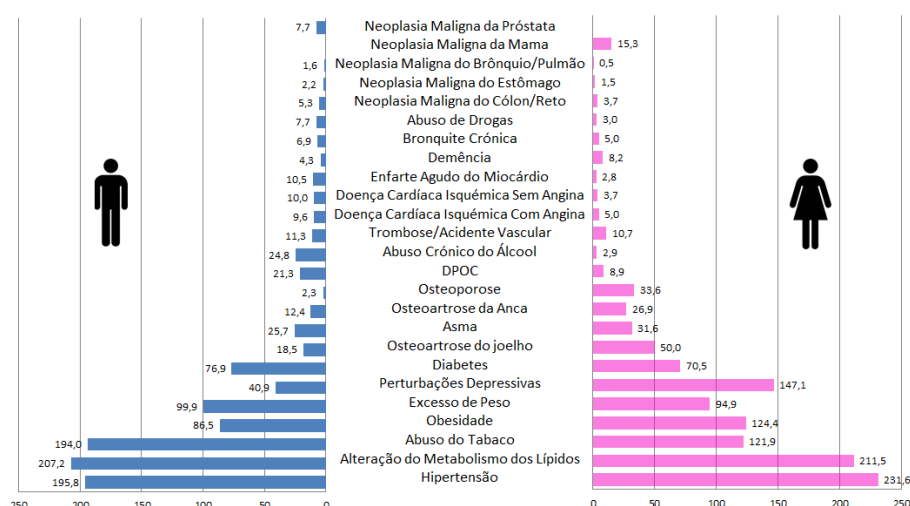
São também de registar diferenças entre as causas específicas de mortalidade nos homens e nas mulheres. Nos homens destaca-se o tumor maligno da traqueia, bronquios e pulmão (9,6%), as doenças cerebrovasculares (9,4%) e a doença isquémica do coração (6,8%). Nas mulheres as principais causas são doenças cerebrovasculares (14,3% dos óbitos femininos), a diabetes mellitus (6,2%) e a pneumonia (5,4%) (cfr. Pimentel, 2014).

Como se viu anteriormente, as taxas de mortalidade em Portugal tiveram uma evolução positiva, no entanto, “o número de anos de vida saudável após esta idade é dos mais baixos da União Europeia, sendo o seu aumento uma das grandes metas do Plano Nacional de Saúde até 2020” (Santana, coord, 2015). Neste sentido, o Plano Nacional de Saúde reconhece como fatores que podem conduzir a uma morte prematura os seguintes: a prevalência do consumo de tabaco na população com mais de 15 anos; a obesidade infantil associada a hábitos alimentares não saudáveis, pelo que importará a nível nacional o desenvolvimento de um conjunto de estratégias e de ações no sentido da minimização da importância de tais fatores.

38. Morbilidade

Considerando o universo dos/as utentes inscritos/as nos cuidados de saúde primários de Matosinhos, no ano de 2014, a equipa que elaborou o *Diagnóstico de saúde da população do concelho de Matosinhos* identifica as doenças com maior prevalência.

Problemas de saúde crónicos específicos, mais prevalentes, nos Cuidados de Saúde Primários, segundo sexo; taxas por mil inscritos, ULS Matosinhos | 2014



Fonte: Diagnóstico de saúde da população do concelho de Matosinhos 2014.

A análise dos dados obtidos permite destacar a hipertensão (com ou sem complicações) como a doença com maior prevalência sendo, apesar de tudo, mais presente entre os elementos do sexo feminino. Segue-se a alteração do metabolismo dos lípidos com 207,2 e 211,5 por cada mil homens e mulheres respetivamente. “O abuso do tabaco, a obesidade e o excesso de peso são os diagnósticos que completam os cinco com maior prevalência. Estes dados são preocupantes, visto que quando juntos num único indivíduo estamos perante a síndrome metabólica, que com o tabagismo associado, aumenta exponencialmente o risco de acidente vascular, incapacitante e letal para utentes” (Pimental, 2014: 57). Entre a população feminina saliente-se, ainda, a forte presença das perturbações depressivas – 147,1 por cada mil mulheres.

Com o objetivo de combater precocemente alguns daqueles fatores / comportamentos, que podem conduzir a uma morte prematura, o Plano Municipal de Saúde estabelece um conjunto de ações em meio escolar dirigidas, em particular a crianças e jovens estudantes.

39. Morbidade hospitalar

Em 2008, as principais causas de internamento hospitalar das pessoas residentes no concelho de Matosinhos relacionaram-se com as doenças do aparelho circulatório (13,7%), a gravidez, parto e puerpério (13,6%), e as doenças do aparelho digestivo e respiratório. O padrão de internamento da população residente em Matosinhos é muito semelhante à da região Norte.

Porém, uma análise das taxas de internamento padronizada por causas específicas, para ambos os sexos e todas as idades, permite destacar algumas especificidades da população de matosinhos com valores significativamente superiores aos da Região Norte ao nível de: doença isquémica do coração; VIH-SIDA; tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmão; suicídios e lesões auto provocadas.

40. Acesso aos serviços

Os serviços públicos de saúde em Matosinhos são prestados pela Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E. (ULSM, EPE) que constitui uma entidade pública empresarial, integrada no Serviço Nacional de Saúde. Esta unidade tem como objetivo a prestação de cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados à população do concelho de Matosinhos.

Na ULS de Matosinhos estavam inscritos, em dezembro de 2014, 176 911 utentes, dos quais 83 323 eram do sexo masculino e 93 588 do sexo feminino, com uma estrutura etária que segue a da população residente no concelho.⁴⁷ Dos/as utentes inscritos/as, 97,7% tinham médico de família.

Apesar da boa cobertura dos serviços alguns problemas se colocam e que podem, se não impedir, pelo menos condicionar o acesso aos serviços de saúde e à respetiva prestação de cuidados:

- i) Ausência de respostas na área da saúde mental e de profissionais qualificados. *Não há respostas para os problemas de saúde mental na comunidade e de natureza flexível. As únicas respostas estão na família* (participante no workshop da saúde). Esta questão

⁴⁷ Cf. Pimental, 2014.

levantada por uma das pessoas participantes no workshop da saúde é secundada por participantes do workshop das pessoas com deficiência onde ficou bem claro o isolamento destas famílias e a sua luta solitária na prestação de cuidados aos seus e suas familiares com doença mental. Para algumas das pessoas cuidadoras, mulheres em particular, esses cuidados implicaram desemprego e divórcio, tornando-se ainda mais difícil a prestação de cuidados (e a qualidade dos mesmos). Para estas pessoas revela-se urgente a criação de um sistema de apoio que lhes permitisse, pelo menos, ter direito a uns dias de descanso:

- *A família do X circunscreve-se a estas pessoas que aqui vê: o pai e a mãe. Não há mais ninguém* (participante no workshop das pessoas com deficiências)
- *Se ao menos houvesse um local onde eu pudesse deixar o meu filho para poder descansar um fim-de-semana, que fosse!* (participante no workshop das pessoas com deficiências).

Nas escolas tem havido uma sinalização crescente de crianças com problemas ao nível do desenvolvimento cognitivo, do comportamento, havendo até casos de crianças com comportamentos auto-destrutivos em relação aos quais é difícil uma intervenção e onde, uma vez mais, se faz sentir a ausência de repostas: *a comunidade não sabe responder a isto, a unidade escolar encaminha estes meninos para os serviços de saúde mental e depois aí também não há respostas*” (participante no workshop da saúde).

- ii) Iliteracia da população. Esta iliteracia tem que ver com baixos níveis de instrução mas também com uma desinformação em relação à saúde o que se reflecte nos comportamentos e cuidados: *Não é só uma questão de como utilizar alguns serviços de saúde mas também de como atuar perante uma situação de doença. As condições económicas da população também têm alguma influência: por um lado, há pessoas que não têm dinheiro para se tratarem, por outro há pessoas que gastam de mais* (participante no workshop da saúde).
- iii) Dificuldades ao nível do reconhecimento dos sintomas, sobretudo em problemas do foro mental, o que pode retardar o tratamento: *são questões que têm que ver, muitas vezes, com a interpretação que as pessoas fazem dos sintomas. No caso das depressões, é muito fácil as pessoas descurarem os cuidados porque muitas das vezes lhes dizem “tu andas é triste, tu andas em baixo”. Mas não sabem interpretar e portanto não procuram apoio porque fazem uma leitura incorreta. É um problema que cada vez mais se tem vindo a sentir* (participante no workshop da saúde).

- iv) Dificuldades de comunicação com certos grupos de população: imigrantes, quando estes não falam a língua portuguesa, algo que acontece com mais frequência com pessoas de origem chinesa e romena; pessoas ciganas. Estas são dificuldades dos/as profissionais de saúde: *Nós não estamos preparados para lidar com a diferença, por exemplo com a população cigana* (participante no workshop da saúde). Também os elementos da comunidade cigana, auscultados neste processo, referem a saúde como uma área onde nem sempre a comunicação com os serviços é fácil e deixam como sugestão a criação da figura do mediador: *O mediador podia ajudar na parte da falta às consultas. E no hospital...às vezes há sarrabulho com ciganos, se houver lá um cigano empregado já há respeito* (participante no workshop da saúde).

Dificuldades de comunicação, no setor da saúde, foram também mencionadas por parte das pessoas surdas.

- v) Indisponibilidade de alguns profissionais para informar : *Um dos aspetos que eu acho mais complicado no acesso à saúde tem que ver com a disponibilidade dos profissionais – técnicos, médicos, enfermeiros - para informar devidamente os utentes. Muitas vezes os utentes vão ao centro de saúde, aí informam a correr, as pessoas nem percebem o que é que na secretaria lhe disseram...ora, nós estamos numa ULS e queremos ter uma informação articulada e a informação aos nossos cidadãos deve ser a adequada ao esclarecimento do doente. Atender devidamente o cidadão é um aspeto muito importante que pode prevenir muitos outros obstáculos. Nós temos que estar preparados para decodificar as mensagens* (participante no workshop da saúde).

Ao procurar-se uma identificação dos grupos onde mais obstáculos se colocarão no acesso aos serviços de saúde, as pessoas que participaram no workshop da saúde identificaram os seguintes: pessoas idosas, pessoas com comportamentos aditivos, sem-abrigo, mulheres ciganas: *mulheres ciganas têm uma maior dificuldade no acesso à saúde, nomeadamente ao planeamento familiar* (participante no workshop da saúde).

41. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

A reflexão realizada no contexto dos grupos de discussão permite fazer uma síntese dos principais problemas, ou constrangimentos do domínio da saúde, apontando-se no sentido da definição de algumas prioridades. São ainda consideradas linhas de força como sendo os aspetos mais positivos nos quais se poderá apoiar uma atuação futura.

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Aumento da percentagem de recém-nascidos com baixo peso	Diminuição da taxa de mortalidade padronizada
Aumento da procura de cuidados de saúde pré-natal no setor privado	Diminuição das taxas de mortalidade infantil
Forte presença de perturbações depressivas entre os utentes da ULS (sobretudo mulheres)	Aumento da esperança de vida
Desconhecimento da população de certos cuidados de saúde	Boa cobertura da população por parte de médicos de família
Não identificação das questões de saúde mental como um problema	Existência de um plano municipal de saúde
Dificuldades de comunicação dos/as profissionais de saúde com certos grupos de população (imigrantes; população cigana, pessoas com surdez)	Existência do Plano Local de Saúde
Indisponibilidade de alguns profissionais para tornar acessível a informação	Forte presença de profissionais da saúde na rede social
Fraca capacidade de resposta na área da saúde mental	
Hábitos de vida não saudáveis	

X. Integridade e segurança

A Convenção Universal dos Direitos Humanos expressa que “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”⁴⁸. Na mesma linha de pensamento, na Constituição Portuguesa a vida humana surge como inviolável (Artigo 24º), assim como a integridade moral e física das pessoas (Artigo 25º).

É numa perspetiva de violação dos direitos humanos e de cidadania, tal como definido na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da ONU, que se inscrevem, neste diagnóstico, as questões da violência em contexto familiar ou, como é designada na lei, a violência doméstica.

Até há bem pouco tempo (e ainda hoje) a violência em contexto familiar era entendida como uma questão do foro privado, onde o Estado quase não tinha intervenção. A partir dos anos 90 do século passado, porém, este problema emerge como matéria dos direitos fundamentais que carece de reconhecimento legal e político, cabendo ao Estado proteger e salvaguardar as vítimas.

Atualmente considerada como crime público, a violência doméstica tem vindo a ganhar visibilidade e a ser criada uma consciência social crescente em torno de tal fenómeno / crime. Esta consciência tem contribuído para um aumento de sinalização das situações junto dos órgãos policiais.

Quando praticada em contexto familiar, ou no âmbito de relações de intimidade, a violência tem como vítimas principais elementos do sexo feminino. Revela, pois, um carácter de violência de género que, tal como reconhecido pela Convenção de Istambul, é uma manifestação do desequilíbrio das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens.

Do ponto de vista das idades das vítimas, a violência exercida contra as mulheres idosas tem vindo a merecer particular atenção, pela fragilidade acrescida das vítimas e por ser um crime que, provavelmente, mais do que outros crimes de violência doméstica, tenderá a ficar oculto: as mulheres mais velhas nasceram e cresceram em contextos sociais onde havia uma grande tolerância social face as formas de violência; as condições físicas e psicológicas das vítimas tenderão para uma maior retração para a apresentação de queixa.

⁴⁸ ONU, [Convenção dos Direitos Humanos](#). Gabinete de Documentação e Direito Comparado.

A violência em contexto familiar encontra, ainda, com frequência, as crianças, quer como vítimas diretas, quer como vítimas de uma violência vicariante. A exposição das crianças à violência e o facto de estas serem vítimas de maus tratos que podem assumir diferentes formas, constitui uma infração aos seus direitos consignados na Declaração Universal dos Direitos das Crianças – “A criança necessita de amor e compreensão, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade” (Artigo 69.º).

No domínio das políticas públicas, o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades lançado em 1997 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de março), constitui-se como o primeiro instrumento de prevenção da violência e de garantia de proteção adequada às vítimas de crimes de violência. Desde então para cá a violência doméstica tem-se tornado mais visível e assumido lugar de destaque nas preocupações políticas estando atualmente em curso o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017.

Mas a violência não tem apenas expressão nas famílias e nas relações de intimidade, em geral, a violência em espaço público é algo que ocupa espaço central no quadro da preocupação dos indivíduos e da vivência democrática, em todo o mundo.

A violência e insegurança urbana não esgotam o universo das criminalidades mas têm vindo a ser dimensões centrais no pensamento sobre a vida das cidades. A noção de violência urbana atos de tipificação difícil porque frequentemente sobrepostos e com graduação penal muito diferenciada mas existe um conjunto de pontos de convergência nas definições comumente utilizadas para referir este tipo de ação: “que os seus actores são jovens, embora a definição do que é ser jovem não seja clara quanto ao seu limite superior; que se refere a acções de fraca organização; que define como objecto frequente de agressão os espaços públicos, físicos ou simbólicos; o carácter gratuito dos actos, que podem assumir formas diversas, indo do vandalismo ao motim; o terem efeitos colaterais vastos e de frequentemente não serem dirigidos a ninguém em concreto” (Lourenço, sd: 4).

À violência urbana, independentemente da sua efetiva gravidade, associa-se a um sentimento de insegurança tornado, ele próprio, um elemento essencial à análise e combate da delinquência e da violência nas sociedades urbanas modernas. Uma vez mais, a violência urbana e o próprio sentimento de insegurança são fatores que questionam o artigo 3º da Convenção Universal dos Direitos Humanos quando esta expressa o direito à liberdade e à segurança pessoal”.

42. Violência em contexto familiar

No ano de 2014, e segundo o Relatório Anual de Segurança Interna,⁴⁹ a violência doméstica foi dos crimes mais participados, com 22 959 participações, em todo o país. Este número corresponde a um aumento face ao ano anterior de 2013. Ainda de acordo com este relatório, o distrito do Porto apresenta uma taxa de incidência deste tipo de crime superior à verificada a nível nacional (cf. SSI, 2014:53).

Dados para o concelho de Matosinhos, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que, no ano de 2013, foram participados 420 crimes de violência doméstica, o que corresponde a 43% do total de crimes contra a integridade física. Esta percentagem é inferior à apresentada para o Grande Porto (44,7%) mas superior à de Portugal (41,3%) (SSI - Sistema de Segurança Interna, 2015).

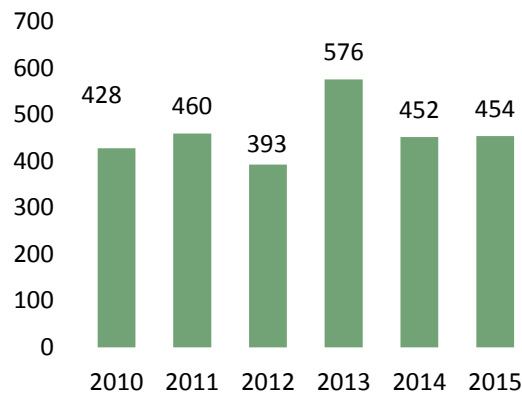
A partir dos elementos cedidos pela Guarda Nacional Republicana,⁵⁰ para o ano de 2014, é possível estabelecer um perfil de quem protagoniza estas situações, o qual não é distinto do traçado a nível nacional, no Relatório Anual de Segurança Interna. Assim, dados de 2014 dizem que:

- os agentes suspeitos do crime são maioritariamente do sexo masculino (82,3%);
- as vítimas são predominantemente do sexo feminino (86,3%);
- 82,3% dos agressores são cônjuges, companheiros ou ex-cônjuges/companheiros;
- a maior parte do tipo de situações reportada remete para o uso de violência física, sendo o segundo tipo mais importante a ameaça ou coação psicológica.

Dados do atendimento da Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Matosinhos – revelam um número de pessoas em atendimentos por violência doméstica que tem rondado os 400, à exceção de 2013 onde se chegou aos 575 casos atendidos.

⁴⁹ SSI - Sistema de Segurança Interna (2015) *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*.

⁵⁰ Importaria que esta informação fosse completada pela Polícia de Segurança Pública.



Fonte: Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Matosinhos.

Também a Associação de Apoio à Vítima (APAV) tem recebido pessoas residentes em Matosinhos, enquanto vítimas de violência doméstica: 37 em 2011; 15 em 2012; 59 em 2013 e 104 em 2014. Estas vítimas são, também, maioritariamente do sexo feminino.

Estes números contrastam com os da rede de atendimento integrado, segundo os quais as pessoas vítimas atendidas entre 2012 e 2015 foram num total de 67. Tal facto pode significar que as vítimas conhecem bem o serviço especializado da Cruz Vermelha e da APAV, e que a eles se dirigem logo numa primeira fase do processo, mas pode significar também uma falta de preparação para identificar os primeiros sinais de uma situação de violência doméstica e para uma intervenção precoce, por parte das e dos profissionais da rede de AI.

Nos workshops realizados, a violência em contexto familiar emerge como um problema grave e preocupante pela natureza do fenómeno, pelas suas múltiplas consequências e pela dificuldade de intervenção ainda que no concelho existam respostas como as da Cruz Vermelha que, para além do serviço de atendimento, dispõe de uma casa abrigo com vagas para emergência e também de um apartamento de emergência.

As dificuldades ao nível da intervenção podem ser divididas entre:

- i) Dificuldades ao nível da autonomização das vítimas
 - *Apesar de poder haver intervenção judicial os agressores não saem de casa e as vítimas por vezes também não querem sair. Às vezes a vítima corre um risco que exige uma atenção, uma intervenção continuada, pois o risco de vida é muito elevado. Muita coisa pode acontecer entretanto se não conseguirmos uma resposta rápida (participante no workshop da proteção social).*

- *A decisão de deixar o agressor nem sempre é fácil, apesar da situação, sobretudo quando há crianças envolvidas* (participante no workshop da proteção social).
- *Para aquelas pessoas que já conseguiram tomar a decisão de se separar do agressor a situação é muito difícil. E a dificuldade começa na habitação porque normalmente é a vítima que tem que sair, mesmo sendo habitação social. Para pessoas de baixos recursos e mesmo para as outras é muito complicado conseguirem uma casa a preços compatíveis com as suas capacidades* (participante no workshop da proteção social).

ii) Dificuldades na aplicação efetiva da legislação

- Morosidade dos processos com tempos pouco compatíveis com a urgência de situações de violência doméstica.
- Pouca sensibilidade e falta de formação de profissionais de justiça: *Nem sempre têm formação sobre este tipo tão específico de violência doméstica sendo, com frequência, reclassificado como outro tipo de crime, por exemplo, crime à integridade física, o que impede a aplicação de medidas de proteção da vítima* (participante no workshop da proteção social).

iii) Dificuldades que decorrem das especificidades de algumas vítimas

Relativamente a este ponto foi focado as situações das pessoas idosas e das pessoas com doenças mentais, situações que por vezes se acumulam: *entre a população idosa podemos encontrar situações de pessoas vítimas com problemas demenciais. Aí torna-se ainda mais difícil* (participante no workshop da proteção social).

Acresce que dada a grande complexidade das situações a autonomização das vítimas remete para um acompanhamento próximo e sistemático das mesmas e para uma intervenção articulada e em rede envolvendo um alargado número de entidades de diferentes áreas, rede essa que falta no concelho.

No discurso de profissionais do concelho a violência doméstica é um fenómeno cujos casos mais recentes estão, de certa forma, relacionados com a crise económica, como se as condições que a crise gerou nas famílias facilitasse o seu surgimento:

Há muitos casais que estão divorciados mas continuam na mesma casa, cada um até já com as suas vidas amorosas respetivas. Vive-se esta situação porque as pessoas não têm para onde ir e, portanto, mantêm-se na mesma casa. As casas às vezes já estão hipotecadas e quase em situação de despejo mas as pessoas mantêm-se, mesmo até à última. Isto dá origem a muito mau estar e a muitos conflitos (participante no workshop sobre rendimentos).

No contexto da violência familiar ressalta-se a violência contra pessoas idosas. Como já foi referido, na violência contra mulheres idosas há, com frequência, um fator acrescido de vulnerabilidade que se prende com uma maior debilidade física e uma maior aceitação da situação.

Importa recordar que as mulheres que hoje se encontram na faixa etária das pessoas maiores de 65 anos têm experiências de vida da infância e juventude fortemente marcadas pelas realidades sociais do Estado Novo, em Portugal.

Neste regime, a família era entendida como parte integrante da natureza feminina circunscrevendo as mulheres ao espaço privado das lides domésticas e da prestação de cuidados.

O Código do Processo Civil, de 1939, concedia ao marido o poder de requerer a entrega e ‘depósito’ judicial da mulher casada, figura que só desaparece em 1967. Com o Código do Processo Civil de 1961 prevalece, na família, a autoridade masculina do marido que é identificado como o ‘chefe da família’, com poderes decisórios relativamente a todos os atos da vida conjugal, incluindo autorizar (ou não) viagens da mulher para fora do país.

As mulheres mais velhas viveram, pois, uma boa parte das suas vidas numa sociedade em que o ditado *“entre marido e mulher não metas a colher”* vigorava de facto, e a violência em contexto familiar faz parte das suas histórias e atravessou as suas vidas enquanto filhas e enquanto esposas. Disso deu-se conta num estudo sobre a população idosa no concelho de Matosinhos:

- “Ele era muito mau, bateu nos filhos e em mim, ficava zangado quando me via a falar com alguém, não queria que eu falasse com as pessoas...”
- “ele trouxe um chicote e batia com ele na minha mãe, (...) quando ele batia na mãe, eu e a minha irmã íamos acudi-la e ele agredia-nos” (Cardoso, 2008)

Os dados disponíveis não permitem saber, ao certo, quantas pessoas idosas são vítimas de violência doméstica. Os dados recolhidos não desagregam informação sobre a idade das vítimas, a partir dos 25 anos, mas no Relatório Anual de Segurança Interna 2014 13,4% das vítimas foram agredidas pelo filho ou filha.

Num questionário recentemente aplicado à população com 50 anos e mais, numa amostra composta por 2 225, 10 pessoas identificaram-se como vítimas de violência doméstica. Por outro lado, 53 pessoas conheciam casos de pessoas idosas vítimas, sendo que grande maioria das vítimas é do sexo feminino.

Apesar da escassez de informação quantitativa, a qual é referida em vários estudos sobre o tema, a opinião das entidades do concelho é a de que a violência contra as pessoas idosas está a aumentar. Este aumento não pode, porém, deixar de estar relacionado com uma maior atenção ao fenómeno, em geral, e com o investimento que nomeadamente as forças policiais têm vindo a fazer no que diz respeito à segurança e acompanhamento das pessoas idosas com o Programa de “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, através do Núcleo Idosos em Segurança (NIS) da GNR e o Programa “A Solidariedade não tem Idade” desenvolvido no âmbito do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP.

Na análise realizada sobre as questões da violência exercida em contexto familiar contra as pessoas idosas foi estabelecida uma relação com a atual crise, sobretudo na medida em que a crise provocou o regresso de filhos e filhas a casa dos pais retirando privacidade às pessoas mais velhas e aumentando conflitos e pressões.

- *O que muitas vezes notamos é que são os idosos, com a pensão deles, a assegurar os rendimentos que os filhos não têm e muitas vezes também ainda ajudam os netos. É muito complicado aguentarem isto tudo!* (participante no worksop das pessoas idosas)
- *Há muitas pessoas idosas que pensávamos que estavam sozinhas e agora os filhos estão a regressar a casa. Isto tem sido, sem dúvida, um fator de aumento da violência para com as pessoas idosas* (participante no workshop sobre segurança).

134

Num estudo sobre mulheres idosas, vítimas de violência doméstica, refere-se que as “mulheres idosas entram em contacto com os serviços de apoio a vítimas tanto quanto as mulheres mais novas. No entanto, a ida para casas-abrigo é numericamente menos significativa para as mulheres idosas, assim como o é o seu contacto com a linha de emergência social.” (Perista, et al, 2010), o que se deve, sobretudo, ao facto de esta não ser uma resposta ajustada a estas mulheres como, aliás, confirmaram as participantes nos *workshops* de Matosinhos.

As limitações nas respostas existentes para vítimas idosas aumenta quando à idade acresce uma doença demencial: Já tivemos uma senhora que por não conseguir perceber as regras de funcionamento da casa abrigo colocou em perigo todas as utentes(participante no workshop sobre segurança).

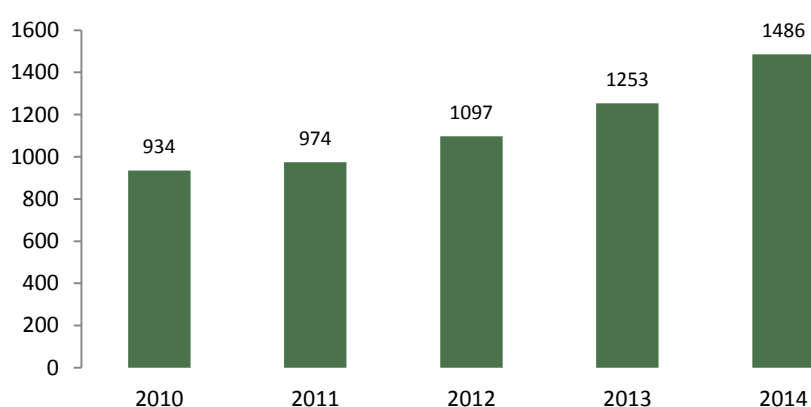
Violência contra as crianças

Os maus-tratos às crianças não é uma realidade recente, mas a sua conceptualização enquanto problema social sim. O mau-trato infantil engloba uma gama de atitudes

violentas contra a criança, que podem ser de carácter passivo (negligência, abandono) ou ativo (abuso físico, abuso sexual) que, independentemente da intencionalidade da pessoa agressora, podem trazer consequências negativas que condicionam o desenvolvimento integral da criança.

No Relatório de Atividades 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos ⁵¹ dá-se conta da existência de 1 486 processos, no ano em questão, dos quais 751 (50,6%) eram processos transitados e 134 correspondem a processos reabertos (9%).

Processos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos | 2010-2014



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, [2010](#), [2011](#), [2012](#), [2013](#) e [2014](#).

Os números revelam um grande aumento do volume processual desta comissão devido, sobretudo, a um aumento de processos novos. Os anos de 2012 e 2013 foram anos onde se verificou um maior aumento de novos processos.

Em 2014, 55% dos processos correspondiam a situações de maus-tratos infringidos a rapazes. A grande maioria das sinalizações vem das autoridades policiais e, não considerando aqui os processos relacionados com o abandono escolar, os principais motivos são:

- Exposição a violência doméstica (255);
- Negligência (139);

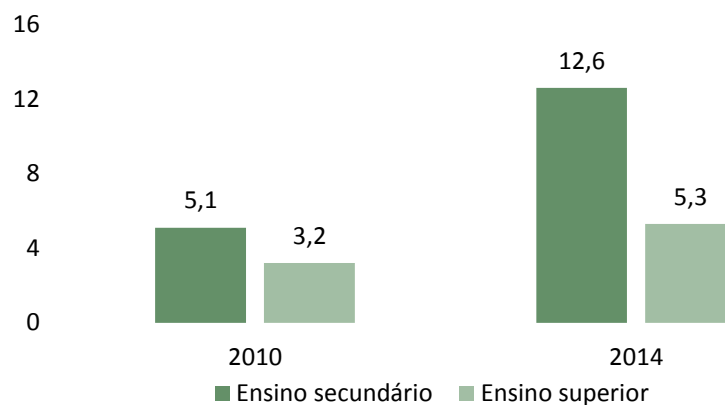
⁵¹ CPCJ Matosinhos (2015) [Relatório de Atividades 2014](#). Matosinhos, CPCJ.

- A criança/jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada (66).

Pela sua gravidade refira-se, ainda que, de acordo com os dados do relatório da CPCJ, oito crianças foram sinalizadas por abuso sexual e cinco devido a aliciamento sexual.

As famílias monoparentais continuam a ser o tipo de família mais frequente entre o total de famílias com processos na CPCJ de Matosinhos – tem-se mantido, ao longo dos últimos anos, uma percentagem de cerca de 34%. Mas a grande alteração no perfil destas famílias dá-se com o aumento do número de pessoas dos agregados familiares que possuem o ensino superior ou secundário.

Pessoas com ensino superior ou ensino secundário entre as famílias com processos na CPCJ de Matosinhos (%) | 2010 e 2014



Fonte: CPCJ, Relatório de Atividades da CPCJ de Matosinhos, [2010](#), [2011](#), [2012](#), [2013](#) e [2014](#).

Muitas destas situações correspondem a famílias empobrecidas na sequência da crise e respetiva perda de emprego: *Sim, temos uma “clientela” diferente. Surge, sobretudo pelas circunstâncias do desemprego e das dívidas com a habitação. Nós às vezes vamos descobrir a situação, entramos num condomínio fechado mas onde não há água, nem há luz... o frigorífico não funciona!* (participante no workshop sobre rendimentos).

Alguns elementos destas famílias apresentam sérios problemas do foro psicológico que apontam para esgotamentos e depressões: *há pessoas que nos dizem – quero tratar-me. Fique com o meu filho* (participante no workshop da proteção social).

Será também a crise responsável por alterações no comportamento dos mais jovens: Há uma alteração nos comportamentos e nomeadamente no que diz respeito aos jovens. *Temos famílias que viviam muito bem, com carros, casas mas ficaram sem trabalho ou*

as empresas faliram. Muitos dos jovens destas famílias estavam habituados a ter tudo, e, de repente, quase que não há para comer...estes jovens entram em comportamentos perigosos, no sentido de terem os bens que tinham antes (participante no workshop da proteção social).

É de notar que a violência vivida na infância terá repercussões na futura vidas das crianças tornadas jovens e pessoas adultas. Pesquisas mostraram efeitos prejudiciais generalizados no desenvolvimento psicológico das crianças sendo que a exposição à violência conduz, com frequência, a uma interiorização de problemas que passam pela , depressão/ansiedade. Por outro lado, são também comuns a reprodução de comportamentos agressivos com as devidas consequências sociais e educacionais na infância e na adolescência (cfr. Foster, 2011).

A partir do relatório de 2014 da CPCJ de Matosinhos pode verificar-se que o padrão de intervenção encontrado, a nível nacional, a quando da elaboração do Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (Torres, 2008).

A esmagadora maioria das medidas implementadas pela CPCJ é o “apoio em meio natural de vida” (88%) onde prevalece “apoio junto dos pais” – 597 medidas num total de 804 medidas aplicadas. A institucionalização de crianças, através da colocação em lares ou centros de acolhimento temporário, tem um peso reduzido - 9% o que, mesmo assim corresponde a 74 crianças. O recurso à adopção não foi acionada.

A este propósito refira-se um testemunho dado nos grupos de discussão que refere que quando os mecanismos para a adopção são acionados tem sido cada vez mais frequente a entrada de recurso por parte dos pais. *É um fenómeno que não existia. Os pais começam muito a recorrer a outros níveis de justiça, à Relação, ao Supremo, o que implica que a criança esteja mais tempo em instituição e, por outro lado, haja mais indeferimentos nos processos de adopção. Estas crianças ficam com um corte da família durante algum tempo e depois as famílias até podem ganhar e a criança volta para casa* (participante no *workshop* sobre proteção social).

Nestes casos, e noutros, a pergunta que se impõe será a de que até que ponto não haverá um excessivo “biologismo” na intervenção e uma excessiva consideração dos direitos da família em detrimento dos direitos e superior interesse da própria criança?

Ainda em relação à intervenção, uma observação foi feita pelas IPSS que trabalham na área da infância- a necessidade de haver um maior, e mais consistente, *feedback* quanto ao desfecho dos processos sinalizados e/ou acompanhados.

43. Violência no namoro

A violência no namoro pode ser considerada como uma forma de violência doméstica pois, nos termos da própria lei, é uma violência exercida no contexto de uma relação de intimidade. Esta forma de violência começa a ser identificada por algumas escolas como carecendo de uma intervenção específica. As questões colocam-se não tanto pela sua expressão quantitativa mas por aquilo que ela expressa de potencial perpetuação da violência doméstica: *Tivemos uma situação caricata relacionada com violência no namoro, em que chamei os encarregados de educação e uma das mães dizia "Ah, doutora, chamou-nos por causa disto? Deixe lá! Eles batem a meias." (...) "Está resolvido."* (participante no workshop da educação).

Fenómeno imbuído de uma forte dimensão cultural ele tem subjacente determinadas conceções sobre as relações entre sexos, sobre os papéis de homens e de mulheres na sociedade que persistem mesmo nos grupos de etários mais jovens.

Tendo em conta a gravidade do fenómeno em si, independentemente da sua dimensão quantitativa, entendeu a Câmara Municipal de Matosinhos, em 2009, e no contexto da Rede Social, realizar um estudo sobre as perceções dos e das jovens face ao fenómeno.

“A análise das perceções dos/as jovens sobre a violência doméstica, surge como um importante indicador da consciência e da capacidade de mudança dos cidadãos e das cidadãs mais jovens, dado que de um maior ou menor conhecimento sobre o que é a violência doméstica e o seu entendimento pode depender a atitude face à mesma, que se reflete, muitas vezes, nas práticas e decisões quotidianas” (Cardoso, 2009).

De notar que o estudo revela que 10% dos/as jovens estudantes no concelho que foram entrevistados/as têm uma atitude de culpabilização da vítima ou de desculpabilização do agressor o que pode ser, de facto, um obstáculo ao combate ao fenómeno (Cardoso, 2009).

Por outro lado, um estudo realizado junto de jovens de idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos, a frequentarem escolas do distrito do Porto no ano letivo de 2012/2013 revelam que 35% dos/as jovens inquiridos/as já tinham sofrido pelo menos de uma das 10 formas de violência descritas como sendo violência no namoro (Guerreiro, sd).

Uma outra forma de violência na intimidade, que foi referida pelos próprios jovens nos *worksops* de discussão é, sem dúvida, aquela que recorre crescentemente à utilização das novas tecnologias por parte dos jovens, sendo esta ainda mais difícil de identificar e controlar.

Como em qualquer outro contexto de violência na intimidade, são graves e inúmeras as consequências da violência no namoro. No entanto, tendo em conta que a juventude é o momento em que os/as jovens iniciam a formação da sua personalidade, há o risco maior de rapazes e raparigas interiorizarem atitudes e comportamentos abusivos como normativos e reproduzirem os comportamentos na idade adulta.

44. (In)Segurança urbana

Matosinhos é, certamente, dos concelhos mais seguros do Grande Porto (participante no workshop sobre segurança).

Num inquérito recentemente aplicado a uma amostra da população com mais de 50 anos, 79% das pessoas inquiridas acham que Matosinhos é um concelho seguro.

Independentemente da resposta dada à questão anterior, a grande maioria das pessoas inquiridas não sabe identificar as zonas de maior insegurança (75%) do concelho. Para as restantes há algumas freguesias, ruas e bairros considerados como locais mais inseguros.

De acordo com as forças policiais as “zonas inseguras” do concelho são sobretudo de carácter sazonal (a praia no verão, os locais de festa do Senhor de Matosinhos na época respetiva) para além disso, há algum investimento na segurança das zonas que proporcionam, simultaneamente, uma maior concentração de população e que são zonas de passagem como é o caso dos locais de interface de transportes públicos e os centros comerciais.

De acordo com os dados fornecidos pela GNR, o número de crimes participados no concelho de Matosinhos tem vindo a diminuir: de 910 registo em 2010, passou para 780, em 2013, e 679, em 2014, diminuindo também a chamada criminalidade violenta (por exemplo o roubo por esticção e o roubo na via pública). No entanto, no *workshop* sobre segurança deu-se conta de uma alteração do tipo de criminalidade: *Sobretudo após 2011 houve uma alteração no tipo de criminalidade. Deixou de haver furto de metal, por exemplo, e o aumento dos furtos, em loja e em habitações, tiveram nitidamente que ver com a colmatação de carências sociais já que os bens furtados eram, sobretudo, bens alimentares*” (participante no *workshop* sobre segurança).

Embora exista um reconhecimento generalizado de que Matosinhos não é um concelho onde a violência urbana seja um problema central foi também enunciado um aumento de atos de vandalismo por parte de alguns jovens do concelho, em certas zonas, o que

carecerá de algum acompanhamento com vista a que tal não passe de uma situação circunstancial: *lá na zona (...) tem sido cíclico – oram vão ao berçário, ora ao infantário ou ao ATL...devem estar logo à espera que a gente faça a reposição! Às vezes conseguimos recuperar algumas coisas, outras vezes, elas aparecem à venda mas fica complicado para o nosso lado. Qualquer dia as companhias de seguro não querem nada connosco* (participante no workshop sobre proteção social).

45. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

A reflexão realizada no contexto dos grupos de discussão permite fazer uma síntese dos principais problemas, ou constrangimentos do domínio da integridade e insegurança , apontando-se no sentido da definição de algumas prioridades. São ainda consideradas linhas de força como sendo os aspetos mais positivos nos quais se poderá apoiar uma atuação futura.

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Dificuldades de implementação da lei da violência doméstica em particular no que diz respeito às medidas de afastamento de agressores e de proteção de vítimas	Inexistência de sentimentos de insegurança urbana
Aumento das situações de violência doméstica, em particular contra pessoas idosas e/ou com problemas demenciais	Existência de programas de policiamento de proximidade
Limites na intervenção ao nível da autonomização das vítimas	Diminuição do fenómeno da criminalidade, em geral
Aumento das sinalizações junto da CPCJ	Boa consciência dos fenómenos por parte dos parceiros
Ausência de <i>feedback</i> às IPSS quanto ao desfecho dos processos sinalizados e/ou acompanhados pela CPCJ	
Aumento dos comportamentos auto-destrutivos nos jovens	
Inexistência de uma rede de parceria sólida no trabalho de intervenção em matéria de violência doméstica	
Dificuldades da “linha da frente” do atendimento em identificar situações de risco face à violência	

Parte 4 | **As Pessoas**

46. Na infância

Uma infância cidadã

Tendo em conta que o presente diagnóstico é elaborado na perspetiva de que a observância dos direitos humanos é condição para a construção de uma sociedade inclusiva, importa aqui afirmar a condição de cidadania da infância.

Foi no século XX que emergiu a noção da “criança sujeito de direitos”. A este nível, um dos principais contributos foi, sem dúvida, a criação da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) em 1946 e, mais tarde, em 1959, a aprovação por unanimidade, na Assembleia Geral das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Mas é sobretudo com a aprovação da Convenção sobre os Direitos das Crianças, em 1989, também pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com caráter vinculativo para os Estados que a adotaram, e que Portugal ratifica em 1990, que se regista uma viragem importante na construção e consolidação de uma infância cidadã.

A Convenção, defendendo como lema o “superior interesse da criança” (o que pressupõe que todas as medidas adotadas devem ter obrigatoriamente em conta o seu interesse) enuncia direitos não só relativos à provisão como à proteção contra as formas de discriminação, abuso, exploração, injustiça ou conflito, e ainda o direito à participação em todos os assuntos que lhe dizem respeito.

Esta dimensão da participação é de grande importância pois confere às crianças um estatuto ativo, evidencia-as como agentes criativos que contribuem para a produção e transformação das sociedades adultas, nomeadamente a nível local.

Aliás, na perspetiva de Sarmiento (2003), as crianças de hoje vivem num mundo onde vários elementos contribuem para a sua aprendizagem – a família, a escola, as relações com os pares, a comunidade envolvente. Ora, essa aprendizagem não é unilateral mas sim interativa, uma vez que é feita no contacto com outras crianças e pessoas adultas numa partilha e troca de experiências, onde as crianças desenvolvem estratégias para interpretar, adaptarem e influenciarem o mundo adulto.

Se é verdade que a Convenção sobre os Direitos das Crianças promoveu a construção de novos discursos, novas políticas e novas práticas sobre e para a infância, procurando melhorar as condições de vida e bem-estar nas diversas dimensões da vida das crianças, a realidade atual, tanto nacional como internacional, não deixa de continuar a ser

marcada pela persistência de indicadores reveladores de constrangimentos à concretização dos direitos enunciados.

Crianças e pobreza – uma negação dos direitos

As crianças são comumente entendidas como o futuro das sociedades. Com efeito, “as crianças constituem um recurso potencial para a própria comunidade de que fazem parte, recurso esse que, se não for cuidado, pode transformar-se em ônus para o futuro” (Silva, cit. in Sarmento, 2010), daí que todo o investimento que for feito na produção do bem-estar das crianças, no presente, se refletirá num melhor futuro coletivo, sendo essa uma responsabilidade comum a uma série de atores sociais como seja o estado, a sociedade civil e as famílias.

Intervir na infância contempla, pois, uma dimensão temporal, na medida em que o que está em causa não é apenas o presente, mas também o futuro daquelas e daqueles que serão as pessoas adultas que irão construir a vida em sociedade, num tempo mais ou menos próximo.

No seu artigo 27, a Convenção sobre os Direitos da Criança refere que “Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social”. Ora, a condição de pobreza a que muitas crianças estão hoje ainda sujeitas remete para níveis de vida que manifestamente comprometem o seu bem-estar e desenvolvimento integral, no respeito dos termos da Convenção.

A nível europeu, a pobreza, na sua vertente monetária, define-se através de uma linha de pobreza relativa que corresponde atualmente a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes.

Tendo em conta que as crianças não são, regra geral, autónomas do ponto de vista dos rendimentos, a pobreza que as atinge é, antes de mais, a pobreza das famílias em que se inserem. Neste sentido será mais correto falar em pobreza das famílias com crianças ao invés de pobreza infantil. No entanto, não havendo para as crianças opção no que diz respeito às famílias em que vão viver e crescer, elas são direta e fortemente afetadas pela escassez de recursos e de oportunidades que se faz sentir em certos contextos sociais levando a que, em famílias pobres, as crianças também o sejam.

Acresce que, tal como salientam algumas autoras (Bastos, A., 2008), nem sempre os recursos económicos dos agregados são distribuídos de igual forma por todos os membros da família podendo, pois, haver situações que permanecem ocultas nos dados

oficiais sobre a pobreza e que dizem respeito a famílias cujos rendimentos se situarão acima do limiar de pobreza mas nas quais algumas pessoas, nomeadamente as crianças, podem estar numa situação de privação face aos recursos que lhe poderiam garantir o nível de desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social preconizado pela Convenção dos Direitos da Criança.

Ainda que consciente dessa limitação, considere-se o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado anualmente junto das famílias residentes em Portugal. Este inquérito não produz informação nem a nível distrital, nem a nível concelhio mas a relevância dos seus dados merecem ser considerados num diagnóstico, ainda que concelhio.

Assim, segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a partir do referido inquérito aplicado em 2014, e relativo a rendimentos do ano anterior, a linha de pobreza situava-se, em 2013, nos 411 euros mensais (INE, 2015).

Note-se que, em 2011, o limiar de pobreza se situava nos 416 euros mensais, atingindo o seu valor mais baixo em 2012 (409 euros). Esta diminuição inédita, desde que tal inquérito é aplicado, decorre da quebra de rendimentos da população portuguesa em geral, com reflexos óbvios no rendimento mediano, e permite acrescentar um outro significado à taxa de pobreza que é o da pioria das condições de vida de quem já era pobre.

144

Retomando a informação estatística mais recente disponível, os dados revelam que, em 2013, 19,5% das pessoas estavam numa situação de pobreza. Aquele valor expressa um aumento da pobreza desde 2010, mais concretamente, um aumento de 1,4 p.p.

Não obstante o aumento do risco de pobreza em 2013 ter abrangido todos os grupos etários, verifica-se ter sido mais expressivo no caso dos menores de 18 anos. Naquele ano, 25,6% das crianças estavam em situação de pobreza, o que corresponde a um aumento continuado desde 2010 (mais 3,3 p.p.).

Isto significa que, no ano de 2013, 25,6% das crianças ou seja, uma em cada quatro, se integravam em agregados familiares cujos rendimentos, per capita, eram inferiores a 411€ mensais. Reforça-se, pois, a noção de que as crianças são uma das categorias sociais mais afetadas pela pobreza no nosso país e sê-lo-ão, também, certamente no concelho.

A nível concelhio o indicador mais aproximado diz respeito às dificuldades das famílias em fazerem face às despesas mensais. Num estudo de 2008, antes do maior impacto da crise económica, onde foram inquiridas 400 famílias com crianças, 21% apresentavam

evidentes as dificuldades em fazerem com que o dinheiro chegasse até ao final do mês (Cardoso,2012).

Voltando ao contexto nacional, e considerando o meio em que crianças se inserem, verifica-se que, em geral, agregados familiares onde existem crianças estão entre aqueles onde é maior a incidência da pobreza – 23% face aos 19,5% referentes à população portuguesa em geral. Por outro lado, entre as famílias com crianças as maiores vulnerabilidades registam-se nas famílias monoparentais (38,4%) e nas famílias compostas por duas pessoas adultas e 3 ou mais crianças (38,4%) (INE,2015).

Estes números expressam, de certa forma, o que Maria Àngeles Duran designa como “as crianças, tesouros com dentes” (Durán, 2013:40) pois evidenciam a existência crescente de famílias para quem é difícil satisfazer “os dentes que mordem o pão” que se vai tornando escasso.

São conhecidos os fatores que tornam as crianças particularmente vulneráveis à pobreza. Tendo em conta a própria definição de pobreza, aqui utilizada, decorre diretamente que um desses fatores são os baixos rendimentos auferidos pelas famílias. A este nível a situação perante o mercado de trabalho das pessoas por elas responsáveis será uma determinante chave das condições nas quais as crianças vivem e se desenvolvem. O trabalho é, ainda, a principal fonte de rendimento das famílias e a maior garantia do seu sustento e bem-estar económico e o desemprego representa um forte risco de pobreza.

Tendo em conta que o desemprego tem vindo a aumentar na sociedade portuguesa em geral, e também no concelho de Matosinhos, este constitui-se, sem dúvida, um dos fatores de vulnerabilidade à pobreza das famílias e das crianças que as integram.

Num estudo que foi realizado em Matosinhos, no ano de 2008, onde foram entrevistadas 400 famílias com crianças, em 30% dos agregados pelo menos uma das pessoas responsáveis (pai, mãe ou outra pessoa) estava desempregada, percentagem que certamente aumentou de então para cá com todas as repercussões negativas que tal acarreta para as crianças. Nos *workshops* realizados as próprias crianças e jovens dão conta de algumas dessas repercussões: *o desemprego, traz mais dificuldades nas famílias, maior pobreza, mais emigração...* (participante no *workshop* da juventude).

Importa ainda referir que o impacto do desemprego das pessoas adultas, nas crianças pode situar-se inclusivamente ao nível da satisfação das necessidades mais básicas: *Há famílias que nos dizem: "estamos em crise, o meu marido está desempregado. Nós passamos um bocadinho mais de dificuldade mas a eles não falta nada. Claro que não*

podem comer do melhor mas há sempre comida. Não podem é comer cereais, não podem...". Mas depois sabemos que as crianças chegam à escola sem tomar o pequeno-almoço (participante no workshop sobre proteção social). Ou ainda: há situações em que a carência económica da família coloca a própria criança em risco. Embora se classifiquem tais casos como de negligência o que acontece é que não há dinheiro em casa e só dão massa e ovos às crianças. No fundo, é a vulnerabilidade económica que não permite dar uma alimentação como deveria ser (participante no workshop sobre proteção social).

Para além destas questões, o desemprego na família implicará *stress* e tensão na família e uma limitação às aspirações e aos contactos sociais que os membros mais novos poderão estabelecer.

No entanto, e paradoxalmente, o facto de os elementos adultos, responsáveis pelas famílias, estarem inseridos no mercado de trabalho não é, por si só, fator de proteção face à pobreza. Com efeito, Portugal é um dos países da União Europeia com maior percentagem de *in work poverty* – recordem-se os números anteriormente avançados da taxa de pobreza de 10,7% entre pessoas que trabalham.

Uma vez mais a discussão realizada no contexto dos grupos de discussão deram conta deste fenómeno e das consequências para as crianças: *há pessoas que até estão integradas no mercado de trabalho, com empregos muito precários, que estão naquele limite de rendimentos e já não têm direito a RSI mas por outro lado, têm uma série de despesas, nomeadamente as rendas de casa, que fazem com que estejam numa situação muito periclitante. Às vezes, vamos fazer visitas e verificamos que há pouquíssimo que comer naquela habitação. Algumas destas pessoas estão em grande depressões. São pessoas que estão numa fadiga... e que já nem procuram os serviços. E depois verificamos que a situação das crianças é muito grave, por vezes até ao nível da alimentação (participante no workshop sobre proteção social).*

Grande atenção devem merecer as crianças cujos agregados familiares dependem, em larga medida, dos apoios sociais do Estado. Tal como se escreve no relatório da UNICEF sobre as crianças e a crise em Portugal, desde 2007 “que as crianças são o grupo etário que, mesmo após beneficiar de ajudas económicas do Estado, se encontra em maior risco de pobreza” (Wall, K., 2014:14). Acresce que, ainda segundo os dados publicados pelo INE, os apoios concedidos no âmbito da segurança social contribuíram para reduzir a pobreza infantil em apenas 10 pp., enquanto que o seu impacto junto da população em geral conduziu a uma diminuição de 28,3 p.p. na taxa de pobreza (INE, 2015).

Referência particular merece, também, a situação das crianças ciganas. Um estudo realizado, em 2011, pela Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) em 11 países da União Europeia onde se inclui Portugal, aponta no sentido de 97% das famílias ciganas portuguesas disporem de rendimentos mais baixos do que a linha de pobreza considerada para o país (FRA, 2014:35). O estudo refere ainda que entre as pessoas ciganas que se encontram numa situação de pobreza 42% têm menos de 18 anos (FRA, 2014:37). Por outro lado, estas crianças desde muito cedo têm que lidar com a persistente discriminação de que as suas comunidades são alvo, muito particularmente quando entram no sistema de ensino, como algumas pesquisas têm revelado (vd. Mendes,et.al, 2014).

Várias consequências das limitações financeiras das famílias na vida das crianças foram enunciadas pelos atores locais. Estas referem-se, não só, à satisfação de necessidades alimentares, como anteriormente se mencionou, mas também à participação em atividades que podem ser essenciais a um melhor desempenho escolar e inserção social: *os pais têm imensa dificuldade em pagar as contas básicas. E portanto, integrar os meninos numa equipa de futebol, ou nos escuteiros ou numa outra atividade é quase impossível! Mas isto, de facto, cria uma lacuna nas oportunidades que se oferecem às crianças das famílias mais fragilizadas. Estas crianças podem não conseguir desenvolver todo o seu potencial* (participante no *workshop* sobre proteção social).

147

A pobreza na vida das pessoas pode ser uma experiência permanente ao longo da vida ou temporária. Ainda que a pobreza persistente seja de extrema gravidade, uma situação de pobreza com carácter temporário experimentada na infância pode ter graves consequências, tendo em conta que a infância é um período muito particular da vida onde todos os aspetos (social, emocional, físico e emocional) estão em desenvolvimento. O que pode ser um curto período na vida de uma pessoa adulta pode significar um período crucial no crescimento e desenvolvimento na vida de uma criança.

Tal significa que a pobreza na infância está longe de ser uma questão meramente monetária repercutindo-se os seus impactos negativos ao longo do ciclo de vida em diferentes áreas da vida, até porque, como já demonstrado em estudos realizados onde se dá conta que “as crianças pobres aprendem a ser pobres” (Midleton, S., 1997).

Apesar da expressão que o problema assume e dos seus impactos, as crianças estão longe de serem vítimas passivas da pobreza em que vivem. Elas desenvolvem meios e estratégias que não serão apenas de sobrevivência mas que têm subjacente o ensejo de serem socialmente aceites na escola, no grupo de pares, na comunidade.

Como já foi referido, a Convenção dos Direitos da Criança estabelece o superior interesse da criança como lema orientador da atuação dos Estados. Define ainda a criança como sujeito de direitos, independentemente do seu enquadramento familiar.

No entanto verifica-se, cada vez mais muitas das políticas, ainda que sendo dirigidas às famílias, não são necessariamente centradas nas crianças, nos seus interesses e necessidades. Em certas medidas de proteção social de natureza pecuniária fica clara uma certa tensão entre o Estado e os direitos e responsabilidades das famílias anulando-se, como que por efeito, o próprio estatuto de cidadania das crianças. Tal aconteceu, nomeadamente, com as alterações legislativas no abono para crianças e jovens quando o acesso à medida passou a estar dependente dos rendimentos da família.

Para além disso, as alterações no domínio das políticas sociais, têm tido grandes implicações na proteção social das crianças retirando-se o Estado, cada vez mais, do papel que lhe é conferido no artigo 2 da Convenção: “Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição (...)”.

Recorde-se a este propósito:

- i) Entre 2010 e 2013, perderam direito ao abono de família 10 448 crianças residentes no concelho de Matosinhos.
- ii) O peso das crianças diminuiu de 30,7%, em 2012, para 28,2%, em 2014.
- iii) A partir de janeiro de 2013, para ter direito ao Fundo de Garantia de Alimentos devido a Menores, o rendimento líquido do menor, ou a capitação de rendimentos do respetivo agregado familiar, não pode ser superior a 419,22€, ao invés de um salário mínimo (485€), tal como na lei anterior.

Considere-se, ainda, o aumento dos horários de trabalho de pais e mães e as cada vez maiores exigências que o mercado de trabalho coloca às pessoas empregadas. Para as crianças, sobretudo para as mais pequenas, horários de trabalho mais prolongados implicarão, certamente, mais horas em equipamentos; implicarão o cumprimento de horários semelhantes aos horários de trabalho das pessoas adultas e menos tempo em família. Disso deram conta algumas pessoas intervenientes nos *workshops* realizados:

- *Hoje em dia os pais, com medo do desemprego dizem com frequência. "tenho de estar mais tempo no trabalho porque o meu patrão assim o exige, porque se eu não ficar mais*

tempo...” e portanto menos tempo têm para estar com as crianças (participante no workshop da proteção social).

- *E nós acabamos, na instituição, por ser um depósito de crianças (...) Efetivamente as crianças ficam muito tempo nos infantários (participante no workshop da proteção social).*
- *Os pais atrasam-se constantemente para os ir buscar, porque as pessoas andam neste clima de insegurança, porque "não posso dizer que não ao patrão senão sou eu o próximo a ir para a rua" (participante no workshop da proteção social).*
- *Os pais passam na escola muitas vezes só às 18h30. Há muitos alunos que terminam o horário às 17h mas os pais só os vão buscar às 18h30. Passa-se pouco tempo com os filhos (participante no workshop da educação).*

A pobreza que atinge as crianças em Portugal tem merecido a atenção nomeadamente de instâncias europeias. O Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, na sua visita a Portugal, em 2012, refere-se à pobreza infantil como uma das consequências da crise enunciando alguns dos seus possíveis efeitos: “The Commissioner notes with concern reports indicating that child poverty is on the rise in Portugal, as a result of increasing unemployment and following the adoption of austerity measures in 2010 and 2011. Cuts in child care benefits in 2010 and 2012 were particularly severe and had a significant impact on the income of many families with children and consequently, on a range of children’s rights. (...)The Commissioner calls on the Portuguese authorities to pay particular attention to the potential impact of the crisis on domestic violence against children, as well as on child labour which has substantially diminished in Portugal following the adoption of measures in order to comply fully with the standards contained in the European Social Charter” (Council of Europe, 2012).

As crianças na estrutura demográfica e familiar de Matosinhos

Como já foi referido, nas últimas décadas têm-se vindo a assistir a alterações notórias na estrutura etária da população portuguesa, sendo que estas seguem as tendências do mundo ocidental.

A cumprirem-se as projeções das Nações Unidas, em 2050, existirão no mundo menos 248 milhões de crianças com idade inferior a 5 anos do que atualmente.

Parte integrante da Europa, Portugal depara-se com a mesma tendência demográfica. De acordo com as projeções do INE, em 2060 a população portuguesa, com menos de 15 anos, não ultrapassará os 12%. Nesse mesmo ano, as crianças representarão perto de ¼ da população em idade ativa (15-64 anos) e pouco mais de um terço da população com 65 e mais anos.

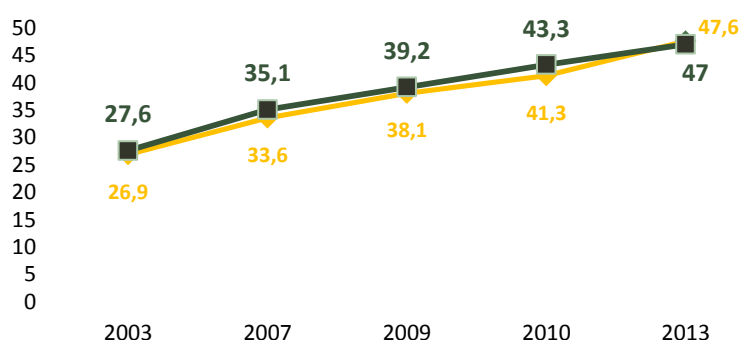
A nível regional, o Norte assumiu-se, durante um período de tempo, como uma espécie de “reserva demográfica” apresentando uma estrutura etária mais jovem do que o país, em geral. Matosinhos enquadrava-se também nessa tendência. No entanto, já em 2010, a percentagem de crianças com menos de 15 anos a residirem no concelho é de 14,9%, baixando para 13,8%, em 2013. Em Portugal a percentagem de crianças era de 14,5%, em 2015.

Ou seja, em 2013, o número de crianças residentes era de 24 261, o que significa que houve uma perda de 1 079 crianças, entre 2010 e 2013.

As sociedades atuais caracterizam-se pela diversidade de modos de constituição de família. Com efeito, o casamento deixou de ser a única via para a constituição de família própria e, principalmente nos centros urbanos, como é o concelho de Matosinhos, crescem as uniões de facto e o número de crianças que nascem fora do casamento.

À exceção do último ano, o concelho de Matosinhos, comparativamente a Portugal, tem apresentado a maior percentagem de crianças nascidas fora do casamento, 39.2%. Em 2013 foram 47% o nascimentos fora do casamento.

Nascimentos fora do casamento, Portugal e Matosinhos (%) | 2003, 2007, 2009, 2010 e 2013

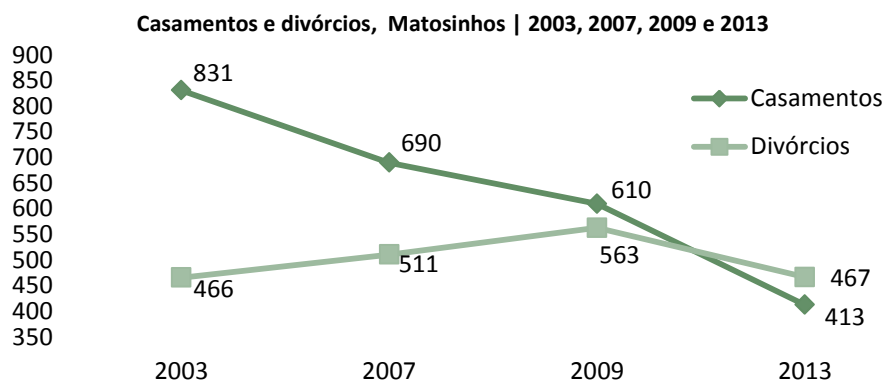


Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2003, 2007, 2009, 2010 e 2013.

A maior parte destes nascimentos acontece num contexto em que existe a coabitação entre pai e mãe mas essa é também uma situação em decréscimo no Concelho: 70,2% em 2010; 58,4%, em 2013.

Esta situação expressa-se no número de “casais de facto” que, de acordo com o Censo de 2011, eram 5 473, o que significa 8% do total das famílias clássicas do concelho. De entre estas famílias 51% têm filhos com menos de 25 anos.⁵²

Por outro lado, o laço entre parceiros conjugais fragilizou-se, tornando o divórcio uma experiência cada vez mais corrente. O gráfico seguinte permite verificar que, em Matosinhos, o número de casamentos sofreu uma queda significativa pelo menos desde 2003, sendo esta diminuição acompanhado do aumento do número de divórcios.



Fontes: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2003, 2007, 2009 e 2013.

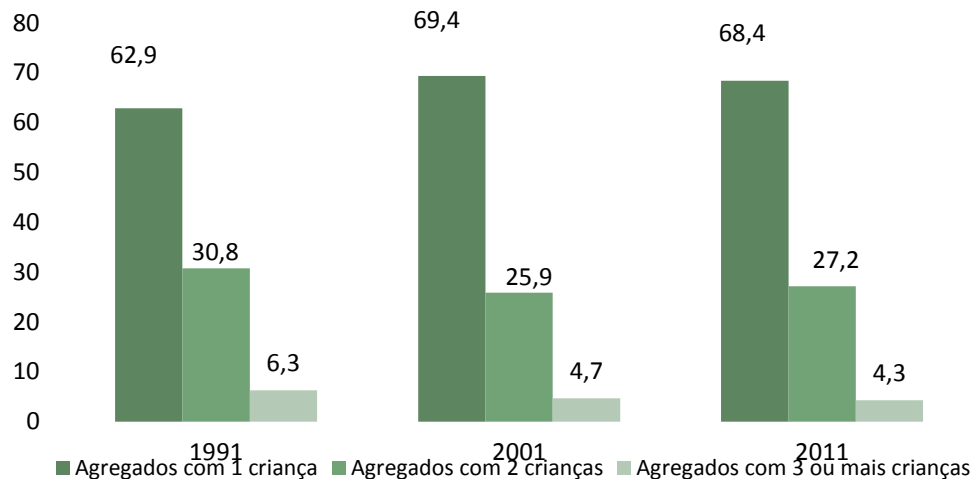
Consequência direta do aumento de divórcios e da concretização de projetos de parentalidade, que não passam pelo casamento, nem pela união de facto, surge o aumento das famílias monoparentais.

Segundo os dados disponíveis, em 2011 era 8 800 o número de famílias monoparentais residentes no concelho, o que corresponde a um aumento de 74% face aos dados do início do século (Censos de 2001). Tal leva a que um também maior número de crianças não viva em permanência com pelo menos um dos seus progenitores.

Outra característica atual dos contextos de socialização das crianças é o facto de serem cada vez mais as crianças que não partilham o seu dia-a-dia com outras crianças na medida em que há uma tendência crescente para menos crianças nos agregados familiares. Como foi anteriormente referido, em 2011, em 68,4% das famílias com crianças, havia apenas uma criança sendo que, entre 2001 e 2011 se verificou uma ligeira descida desta percentagem e uma subida do número de agregados com duas crianças.

⁵² Não é possível maior desdobramento das idades dos filhos presentes nestas famílias.

Famílias com crianças, segundo o número de crianças Matosinhos (%) | 1991, 2001 e 2011



Fontes: INE, Recenseamento Geral da População, 1991, 200 e 2011.

Daqui decorre que as crianças têm hoje, nas famílias em que crescem, muito menos convívio entre pares o que reforça a importância dos laços estabelecidos com outras crianças fora do contexto familiar.

As competências parentais

152

Independentemente das alterações profundas que têm vindo a ocorrer nas famílias, elas continuam a ser as primeiras agências de socialização das crianças e a relação estabelecidas com mães e pais constituem um importante papel no seu desenvolvimento.

Mas as mudanças ocorridas – mais tempo de vida das crianças em equipamentos; mais crianças a viverem em agregados sem a presença de um dos progenitores; contacto mais frequente com situações de divórcio, por vezes litigiosos; menos crianças a partilharem, na família, bens, recursos e afetos; a crescente aposta na criança como filho/a único/a – são, sem dúvida, fatores que influenciam o modo de educar e remetem para novas competências parentais.

Há inúmeras formas de educar e diferentes estratégias para utilizar na educação das crianças. As escolhas feitas a este nível dependem da personalidade de pai e mãe, da idade das crianças, da qualidade das relações que se estabelecem e do meio social e cultural de referência. A este nível, parece ser importante salientar que, se há uma década atrás era relativamente claro o modo como os pais deveriam assumir a tarefa de orientar e disciplinar o comportamento das suas crianças, apontando-se, essencialmente, para estilos parentais autoritários, as profundas alterações ocorridas na

sociedade portuguesa, o seu próprio processo de democratização e a afirmação crescente dos direitos das crianças, vieram contribuir para uma diversificação de tais estilos.

Os estilos parentais são expressos através de práticas que passam pelo modo como se estimulam competências, negociam as regras, se estabelecem limites e ensinam valores. E são algumas destas práticas que, com frequência, foram questionadas por profissionais que, no concelho, trabalham na área da infância. Tais questionamentos podem ser agrupados em três dimensões como em baixo se apresenta:

- i) Pela dificuldade em estabelecerem regras e limites: *os pais, cada vez com mais frequência não sabem impôr limites aos filhos; os miúdos fazem o que lhes apetece* (participante no workshop sobre proteção social); *Os pais têm um papel de retaguarda (em relação à escola) mas a maior parte dos pais demite-se desse papel* (participante no workshop sobre educação); *Há regras básicas que têm que ser trabalhadas na escola porque em casa, não são. Há muitas casas em que quem manda são os filhos e depois vão para as escolas com o mesmo comportamento* (participante no workshop sobre educação).

Neste âmbito note-se que foram também os mais jovens a levantarem uma voz crítica: *por vezes há falta de educação e falta de regras, em casa* (participante no workshop sobre juventude).

153

- ii) Pelo facto de apostarem, antes de mais, na aquisição de bens materiais, estratégia que pode ficar cada vez mais em causa com a crise económica: *Há pais que hipotecaram quase tudo para os filhos continuarem a ter uma vida que não pareça mal* (participante no workshop sobre rendimentos); *Rapazes e raparigas de 14/15 anos estão habituados a ter tudo. De repente, bate a crise e os pais têm que fazer de tudo para que os filhos mantenham o nível de vida e isto é muito complicado* (participante no workshop sobre rendimentos).

Mas são os mais jovens que ensaiam uma explicação para este investimento dos pais em bens materiais: Esta geração teve uma maior capacidade financeira do que a anterior. Assim, estes pais quando os filhos dizem "quero" lembram-se que na altura deles não podiam ter e dão logo (participante no workshop sobre rendimentos).

- iii) Por não estimularem as crianças, nem educarem no sentido da perspetivação do futuro, sendo esta uma dimensão que surge particularmente associada a famílias de mais baixos níveis de instrução e fracos rendimentos: *Estamos a falar de crianças que não se conseguem projetar a quinze dias* (participante no workshop sobre

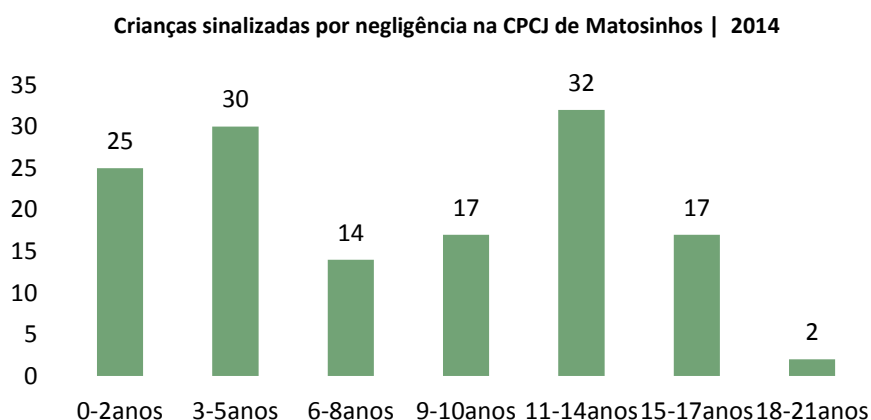
educação); eu tenho meninos que nunca foram à praia...! Estão totalmente confinados ao meio em que vivem (participante no workshop sobre educação); os pais não têm competências para acompanhar os filhos no estudo nem conseguem proporcionar o estímulo necessário ao seu desenvolvimento (participante no workshop sobre proteção social).

Segundo alguns autores (vd. Honig, 2000) a pressão sob a qual os pais vivem faz com que, com frequência, não tenham consciência do afeto para a promoção de um vínculo emocional e para o próprio desenvolvimento infantil.

No estudo sobre a situação da infância em Matosinhos, realizado em finais de 2009, dá-se conta que aquilo que é mais valorizado pelas crianças entrevistadas, como contributos importantes para a sua felicidade, e são a família e os amigos. Por outro lado, se 31.5% das pessoas adultas (pais, mães ou responsáveis pelas mesmas crianças) consideraram que jogar computador ou playstation, ver televisão ou ter telemóvel são elementos importantes para a felicidade das suas crianças, apenas 18% das crianças manifestou opinião em concordância (Cardoso, 2012).

Em situação particularmente gravosa de falta de afeto estarão as nove crianças sinalizadas na CPCJ vítimas de mau trato psicológico ou de privação de relações afetivas.

A falta de competências parentais para responder às necessidades das crianças está particularmente associada a práticas negligentes. Tal como foi mencionado anteriormente, a negligência é a segunda problemática presente nos casos sinalizados na CPCJ de Matosinhos, no ano de 2014 – 139 casos, o que corresponde a 19%. Entre as crianças sinalizadas, vítimas de negligência, salientam-se as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos e entre os 11 e 14 anos.



Fonte: CPCJ de Matosinhos, Relatório de Atividades de 2014.

As práticas parentais negligentes, porém, podem ser prevenidas ou diminuídas por vários fatores que compensam o risco de negligência e que potenciam os pontos fortes das famílias. A promoção do adequado desempenho parental pode ser feito através de programas específicos (como aliás já foi feito no concelho) com base numa abordagem abrangente das necessidades das crianças e das famílias. “A promoção das competências parentais com famílias em situação de risco, nomeadamente negligentes, deverá assim abordar conteúdos relativos à satisfação das necessidades da criança, à relação educativa (Abreu-Lima et al., 2010), atendendo ainda às necessidades dos cuidadores, à sua auto-estima e bem-estar (Cruz & Carvalho, 2011)” (Camilo, *et al*, 2013).

Crianças em contexto institucional

A persistência da pobreza entre as crianças revela que a infância não é uma realidade vivida, nem representada, no singular; ela é, sim “ um campo onde se distinguem e coexistem traços de diversidade, fruto de clivagens e das desigualdades” (Almeida, 2005). Há muitos fatores que conduzem a uma grande diversidade de experiências na infância: estatuto social e económico da família, o local de residência, a dimensão da família, o sexo, a idade, a etnia, as condições de saúde, a deficiência, mas também os afetos e as relações estabelecidas no seio familiar.

Ficará, pois, claro que crescer numa situação de pobreza é um dos traços de desigualdade mais marcantes conduzindo a experiências e condições de vida substancialmente diferentes daquelas em que as crianças não pobres crescem e se desenvolvem.

Viver numa instituição é uma situação muito específica no contexto da pluralidade de infâncias e no contexto da pobreza. Viver numa instituição significará que, num território que deveria ser de afeto e de proteção, como é o território familiar, as crianças estiveram expostas a práticas que as colocaram em perigo.

A colocação em instituição é uma das medidas protetivas previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Segundo o Relatório CASA, 2014, no mesmo ano encontravam-se em situação de acolhimento 10 903 crianças, das quais, 8 470 (77,7%) se mantiveram em instituição e 2 433 (22,3%) cessaram a situação de acolhimento. Segundo o mesmo relatório o distrito do Porto é um dos que regista maior número de crianças em situação de acolhimento (1 568, o que corresponde a 18,5% do total de crianças em instituição) (Instituto de Segurança Social, 2015:8).

Em Matosinhos existem três Lares de Infância e Juventude e um Centro de Acolhimento Temporário com capacidade para acolher cerca de 160 crianças.

É de 31 os casos concretos de crianças a viver em instituição que aqui se pretende falar . O processo de auscultação ocorreu no âmbito de um trabalho mais vasto, realizado em finais de 2009 sobre a situação social da infância no concelho de Matosinhos (Cardoso, A., 2012). No âmbito deste estudo foram entrevistadas todas as crianças a viver em instituições localizadas no concelho, com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos, o que correspondeu a 31 entrevistas. No mesmo estudo foram também entrevistadas 100 crianças a viver em família. A estas crianças é aqui feita referência com o objetivo, apenas, de evidenciar as diferenças das duas formas de viver (n)a infância.

O enunciar aqui deste trabalho anteriormente realizado é mais uma forma de ouvir e de, também aqui, dar alguma voz a um grupo de crianças frequentemente silenciado.

Todas as crianças a viver em instituição, que foram entrevistadas, vinham de um contexto de pobreza. Tal não quer dizer que seja apenas entre as famílias pobres que se verificam situações de perigo. Significará, sim, que entre as famílias não pobres será mais fácil encontrar alternativas à institucionalização; significará que o sistema é mais eficaz na identificação de situações de perigo quando as mesmas se acumulam com a pobreza; mas significará, também, que a pobreza é, em si mesmo, um elemento de perigo para as crianças.

Nas instituições ficarão asseguradas as condições objetivas de vida das crianças mas, mais do que noutros casos, existirá uma dimensão subjetiva do bem-estar que pode revelar uma menor, ou maior, satisfação com a vida e, como tal, a qualidade da mesma. Parte integrante desta dimensão subjetiva serão, certamente, os sentimentos de tristeza, ou de felicidade.

Estando as crianças entrevistadas numa fase da vida que se caracteriza pela descoberta, sonhos e fantasias, mas também pela construção de uma maior consciência, responsabilidade e conhecimento dos problemas e riscos inerentes a determinadas opções, não se deve estranhar que mais de metade (55%) já se tenha sentido triste.

Muito embora, pois, o sentimento de tristeza faça parte da experiência da maior parte das crianças, tal sentimento torna-se bastante evidente entre as crianças institucionalizadas - 71% afirmaram sentir-se tristes com muita frequência.

A própria entrada no lar foi, para cerca de metade das crianças entrevistadas em lar, um dos momentos de tristeza identificados na suas vidas. Tristeza associada à separação da

família e ao medo do desconhecido, mas também alguma culpa por se sentirem parte ativa dos motivos que conduziram à institucionalização:

“Fiquei muito assustado e triste por causa da minha irmã”.

“Fiquei triste, porque ia ficar sem a mãe e não via todos os dias os meus irmãos”.

“Fiquei triste, porque não queria vir para o lar, porque não me queria separar dos meus pais e pensava que me iam fazer mal”.

“Tristeza, porque não gostava de vir para aqui, pois sabia que não ia estar com a minha família”.

Esta é, pois, uma situação em que sentimentos menos “positivos” vêm a par de condições de vida mais difíceis onde, para além do sofrimento que, certamente, qualquer situação de negligência ou mau trato infringe às crianças-vítimas, há que fazer apelo a uma capacidade de adaptação a novos contextos, novos hábitos, novas pessoas...

Uma análise mais detalhada revela que são as crianças institucionalizadas quem mais procuram outras crianças amigas nos momentos mais tristes - 51.5%, face a 17.9% das crianças em família. Por outro lado, nenhuma criança institucionalizada declarou recorrer à família em tais ocasiões – seja porque a família não está por perto; seja porque a própria família pode estar na origem da tristeza sentida. Note-se, ainda, que o acionar de um “pensamento positivo” (pensar em coisas boas), tão importante para a constituição da resiliência e para um olhar otimista da vida que pode, mais facilmente, conduzir à ultrapassagem de problemas e à quebra de lógicas de vitimização, foi mencionado, apenas, pelas crianças a viver em família.

Embora vivam uma idade que algumas correntes, da sociologia e da psicologia, definem pela dependência face às pessoas adultas, pela ausência de maturidade, as crianças entrevistadas revelaram preocupações com a vida.

São as crianças que vivem em instituição que mais se revelam preocupadas. Vidas mais difíceis remeterão para uma experiência, e consciência, precoce de certos problemas levando, mais facilmente, as crianças a questionarem-se quanto ao presente e ao futuro. Para a maioria daquelas crianças as preocupações centram-se na família: a sua ausência ou a falta de conhecimento do que se está a passar com alguns dos seus elementos:

“A minha irmã que foi adotada... penso que não está bem onde está”.

“Com a minha mãe, porque é difícil estar longe dela, gostava de estar com ela”.

“Dia 2 vou a tribunal para poder ficar com a minha família”.

“Que a minha mãe não esteja com dores. Fico com dúvidas de como ela está em casa”.

“Que os meus irmãos possam ir para outro colégio”.

Será que as instituições têm, efetivamente, consciência destes factos e trabalham estas questões com as próprias crianças com o objetivo de minimizar tais preocupações?

Mas, independentemente de preocupações e da experiência de sentimentos de tristeza, a noção de felicidade está também presente nestas crianças.

As perspetivas de felicidade são uma dimensão de clivagem entre as crianças em família e as crianças a viverem em instituição na medida em que as segundas revelam uma noção de felicidade despida de qualquer sentimento de posse, ao contrário das outras.

Por outro lado, a instituição afigura-se como espaço de produção de sentimentos ambíguos “onde se está bem”, para algumas, mas de onde a maioria quer sair, sendo essa certeza da saída que as faz felizes.

Independentemente desses sentimentos e emoções duais, para mais de metade das crianças (62%) a entrada no lar significou algum bem-estar, apoiado sobretudo numa certa noção de segurança e pela garantia de relações de convívio e de algum afeto e quebra de solidão:

“Muito melhor do que estava antes, porque não fico sozinha. Tenho amigos para brincar”.

“Sinto-me bem, porque dou-me bem com os rapazes e funcionárias”.

“Sinto-me bem, porque estou com as minhas amigas que me fazem feliz”.

“Sinto-me bem, porque tenho colegas. Sinto-me melhor, as senhoras são simpáticas”.

“Sinto-me bem porque tenho amigos para brincar e para me ajudarem”.

No entanto, a ambiguidade persiste porque: “Sinto-me bem, mas também triste porque toda a gente da minha família não está próxima”.

Aliás, quando se colocou a questão “se pudesses mudar alguma coisa na tua vida, o que seria?”, o aspeto que sobressai de imediato no discurso das crianças institucionalizadas é a vontade de sair da instituição e ir para junto da família:

“Saía e ia para minha casa”.

“Sair da instituição e ir viver com os meus pais”.

“Sair daqui e ir para casa dos meus padrinhos, se eles pudessem”.

“Sair daqui e ir para casa da minha irmã”.

Outro aspeto a realçar é a vontade em alterar a trajetória de vida das famílias, que sabem ter motivado a sua institucionalização:

“Ajudava a minha mãe a ter uma casa”.

“Gostaria de tornar a minha família unida”.

“Gostaria que eles (os pais) não tivessem aquela vida”.

Estas são, pois, crianças que expressam sentimentos duais e onde há uma grande busca de afetividade, de uma afetividade tantas vezes perdida mas que se procura (re)descobrir no contexto sempre difícil de uma vivência em lar. São crianças que idealizam a sua família e que, de certa forma, se auto culpabilizam pelo facto de a vida familiar não ter corrido como esperavam. São crianças cativas num tempo presente, à mercê de um passado que vai altamente influenciar o seu futuro.

Seria pois fundamental que as e os profissionais destas instituições conseguissem perceber quais as competências a mobilizar em cada criança. Seria fundamental que se estabelecesse uma atitude colaborativa entre profissionais e crianças de modo a serem apoiados projetos de vida que, sem esquecer o passado, permitissem, tal como afirmou Joana⁵³: “Construir uma vida e voltar ao princípio, como se fosse uma criança feliz”.

Nos grupos de discussão levados a cabo no âmbito da construção do Diagnóstico Social algumas questões foram levantadas relativamente à institucionalização das crianças e às crianças nessa situação:

- i) O estigma social associado a estas crianças faz com que a dimensão do perigo que correram e do risco em que se encontram se perca, sendo, com frequência, *crianças mal vistas* em vários contextos.
- ii) A tendência para se permanecer longos tempos nas instituições sem que haja respostas que facilitem, efetivamente, o seu processo de autonomização.
- iii) A idade tardia com que muitas crianças são institucionalizadas o que significa, geralmente, muito tempo de exposição a condições de perigo.
- iv) O desgaste emocional que o trabalho numa instituição de acolhimento de crianças pode representar para as/os profissionais.

⁵³ Nome fictício.

47. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

Do que foi anteriormente exposto decorre a seguinte síntese:

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Diminuição da proteção social na infância	Boa rede de equipamentos de apoio à infância
Déficit de competências parentais	Existência de associações recreativas e desportivas disponíveis para um trabalho social
Dificuldades no reconhecimento do estatuto de cidadania das crianças e dos Direitos enunciados na Convenção dos Direitos da Criança	
Dificuldades de conciliação entre vida familiar e vida profissional	
Imagens sociais negativas face a uma infância em risco	

48. Na juventude

Incertezas nas etapas de transição para a vida adulta

Apesar de ser imediatamente identificada como uma etapa da vida e ser definida em termos etários, a juventude está longe de ser uma realidade biológica; ela é, sim, uma condição social que se tem vindo a constituir histórica e socialmente.

Com efeito, o aparecimento da juventude, enquanto período da vida com características próprias, distintas da idade adulta, dá-se no século XIX, mais concretamente com o crescimento de uma sociedade industrial, urbana e complexa que deu origem, nomeadamente, a uma separação entre vida privada e pública e a um reforço dos afetos na constituição das famílias.

Tal não significa que, para melhor se compreender e analisar a juventude, não seja importante a sua delimitação em função da idade. No entanto, a realidade da juventude tem-se transformado e os próprios limites etários têm-se vindo a alterar. Isto significa que, ainda que definida sobretudo por referência a um determinado período da vida, há uma grande fluidez na delimitação etária da juventude o que aponta, nomeadamente, para a sua heterogeneidade social. Ou seja, se a juventude corresponde a uma fase da vida que pode ser limitada em termos etários – normalmente entre os 15 e os 24 anos - deve também salientar-se que esses mesmos limites são eminentemente sociais.

Neste sentido, mais do que um grupo etário, a juventude é, pois, um fenómeno social de múltiplas dimensões que compõem a passagem para a idade adulta. Neste sentido, a juventude é uma etapa de transição entre a dependência e a autonomia que implica três percursos inter-relacionados e inter-dependentes: o percurso de transição da escola para o mercado de trabalho; o percurso doméstico da família de origem à constituição de família própria; e o percurso residencial que supõe a saída da casa dos pais.

As sociedades atuais, porém, são marcadas pela descoincidência destes percursos e pelas incertezas a eles associadas e considerando a crise económica facilmente se constata que ela é particularmente gravosa para rapazes e raparigas em processo de transição para uma vida adulta e em suposta independência.

A crise do emprego, nomeadamente, tem vindo a dar origem a um grande aumento do desemprego juvenil e a uma precariedade do mercado de trabalho dando, com frequência, lugar a uma descoincidência entre o investimento feito em educação e formação e as possibilidades de uma inserção durável no mercado de trabalho.

Relembre-se que o desemprego jovem tem conhecido lugar de destaque na subida geral do desemprego levando Portugal a apresentar taxas para o desemprego da faixa etária 15-24 anos mais elevada do que as da União Europeia, muito particularmente a partir de 2011 (ver capítulo 20).

Em relação ao concelho de Matosinhos, em 2015, 10,2% do desemprego registado no concelho era um desemprego jovem (menos de 25 anos); Por outro lado, entre dezembro de 2010 e setembro de 2015, o número de pessoas desempregadas com uma licenciatura ou bacharelato passa de 972 efetivos para 1 805, ou seja, + 46,1%.

Vários estudos têm alertado para as questões do desemprego jovem mas para a precariedade que caracteriza os trabalhos que os jovens vão desempenhando: trabalho com recibo verde; trabalhos temporários conseguidos através de agência de trabalho temporário. E o que se tem vindo a verificar é que estas situações não são temporárias mas perpetuam-se no tempo levando a uma circulação frequente entre desemprego e trabalhos precários e de curta duração (Alves *et al*, 2011; Casaca, *et al*, 2012).

Nos grupos de discussão realizados o desemprego surge como uma preocupação das pessoas mais jovens:

- *Não conheço nenhum colega que tenha encontrado emprego* (participante no workshop da juventude).
- *O que se encontra são trabalhos temporários e com recibos verdes. Eu já trabalhei na (...), estive lá dois meses a fazer o verão. A seguir estive no desemprego um mês. Depois arranjei para um call center, porque sabia falar inglês, estive mais três meses. E sei que vou andar nisto durante muito tempo* (participante no workshop da juventude).
- *Face há 20 anos atrás, em que todos tinham um emprego seguro, e se seguia os empregos dos pais, hoje as coisas estão muito diferentes. Hoje em dia existe uma enorme instabilidade no emprego. Hoje posso trabalhar como psicólogo mas amanhã posso já estar a ter que fazer outra coisa completamente distinta e vou ter de me adaptar. Tenho de fazer com que cada experiência seja uma mais valia* (participante no workshop da juventude).

Um estudo de âmbito transnacional revelou que, em Portugal, e por comparação com outros países, o desemprego era mais elevado entre as pessoas mais qualificadas do que entre as que tinham apenas o ensino básico ou secundário (Parente *et al*, 2014). Talvez por isso, os mais jovens comecem a preparar a sua formação, não com base nas suas aspirações nem nas suas competências e vocação mas sim tendo em conta, sobretudo, aquilo que julgam ser as melhores saídas profissionais:

- *Pode não ser natural, com 16 anos, pensar assim mas entrei agora para o 11º ano e estou assustada com as disciplinas que vou escolher no 12º ano por causa da área que vou seguir. É que não ando, sequer, a pensar naquilo que gosto de fazer mas no que poderá ter saída, nas possibilidades que poderei ter para uma carreira* (participante no workshop sobre a juventude).
- *Por exemplo, no ano passado, na minha turma havia uma rapariga com perfil para as artes mas como sabe que Arquitetura não está a ter saída, em Portugal, foi para Línguas e Humanidades, uma área completamente distinta!* (participante no workshop sobre a juventude).

Em contexto de dificuldades, a noção dos e das jovens do concelho que participaram nos grupos de discussão é a de que ter *bons contactos* é indispensável o que põe em causa a noção de igualdade de oportunidades: *O que acontece hoje em dia, é que nenhum curso é estável. A não ser que se tenha bons contactos, cunhas...Mesmo tendo talento sem bons contactos pode não funcionar (...) Os contactos arranjam-se no meio em que estamos inseridos; família, amigos, amigos da família, família dos amigos, conhecidos....* (participante no workshop sobre a juventude).

Medo de não ter dinheiro para comer, ao fim do mês, associado à procura de um emprego que não há (participante no workshop sobre a juventude) é um receio sério para os /as jovens. Ainda para mais porque as perspetivas são: *Queremos todos sair de casa dos pais, ser autónomos e independentes. Estamos à espera de terminar o curso para concretizar esta vontade* (participante no workshop sobre a juventude).

Mas as dificuldades em encontrar emprego, e em conseguir alguma estabilidade económica, é fator de prolongamento da idade da juventude e tem colocado jovens rapazes e raparigas em risco de não serem bem sucedidos/as em outras transições da sua vida, como seja a constituição de família própria e, em geral, a sua autonomia face à família de origem.

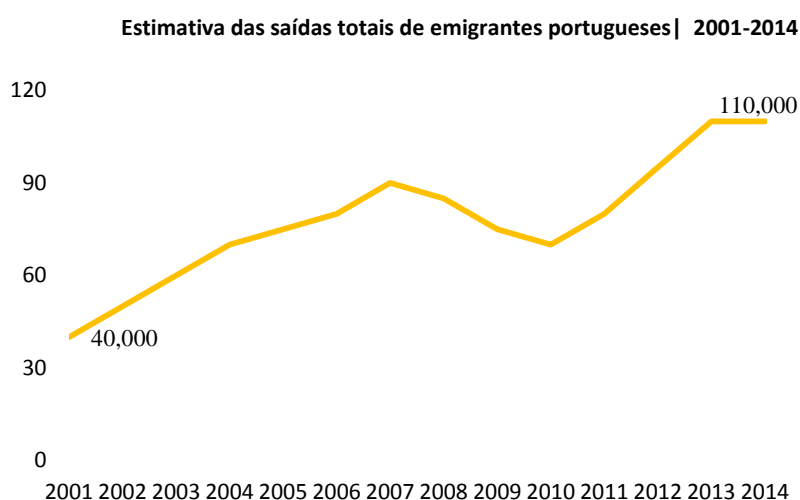
Como também nos grupos de discussão foi dito: *Não ter emprego quando se termina o curso, não ter o seu dinheiro, adia todo o processo familiar, ou seja, ter casa sozinho, ter filhos, etc.* (participante no workshop sobre a juventude).

Alguns reconhecem ainda situações de regresso a casa dos pais, regredindo-se na etapa de autonomização: *há jovens que já estavam com a vida feita e tiveram de voltar a casa dos pais* (participante no workshop sobre a juventude).

Acabar a faculdade, trabalho, família, incerteza...não quero pensar nisso! (participante no workshop sobre a juventude) é uma frase bem expressiva sobre como os/as jovens vêem o seu futuro e as nublidades que o mesmo contém.

A nível nacional, uma das reações que tem vindo a verificar-se face à crise económica e dificuldades acrescidas para encontrar emprego é o aumento da emigração.

Num relatório publicado pelo Banco Mundial em 2011 (cit. Pires *et al*, 2015) Portugal surge como o país da União Europeia com maior proporção de nacionais a viver no estrangeiros – mais de 20%. Mas, tal como revela o último relatório do Observatório da Emigração, o número de emigrantes aumentou nos últimos anos como consequência da crise económica e, em 2013-2014, atingiu-se o número mais elevado desde a implementação do regime democrático, ou seja, 110 mil pessoas/ano. “É preciso recuar a 1973 para se encontrar valores para a emigração desta ordem de grandeza” (Pires *et al.*, 2015: 21)



Fonte: Observatório da Emigração.

A emigração está também presente no discurso dos e das jovens participantes nos *workshops* de Matosinhos:

- *Estamos em crise....mas como é que um jovem vai crescer aqui, com um país com tantos problemas?* (participante no workshop sobre a juventude).
- *Sim, eu vou ter muita pena, mas vou com certeza sair daqui, assim que puder* (participante no workshop sobre a juventude).

Porém há consciência de que os projetos de saída nem sempre estão isentos de problemas e desilusões: *muitas vezes as pessoas vão para um país, e pensam que vai ser às mil maravilhas, e depois encontram situações bem diferentes, nem sequer fazem*

descontos... Por isso era interessante ter um serviço que orientasse (participante no workshop sobre a juventude).

As sociedades atuais afiguram-se, pois, de grande exigência para a juventude que deixou de ser uma idade suave para ser vivida num contexto de forte instabilidade e pressão social. De tal forma que por vezes se afirma que o medo é a palavra muito marcante entre a juventude atual: medo de não serem bem sucedidos/as na escola; medo de não encontrarem emprego; medo de fazerem as escolhas erradas. Em contrapartida a sociedade é, cada vez mais, exigente: rapazes e raparigas têm de ser estáveis, num mundo incompreensível; têm de delinear projetos de futuro numa sociedade onde se desconhece como vai ser o futuro; espera-se que sejam carinhosos/as e não rebeldes num mundo violento e hostil.

Inserção pelo consumo

Podendo ser considerada como a primeira fase da juventude, a adolescência é um período em que os indivíduos desenvolvem a sua própria identidade e onde a experimentação é importante não só para a criação da individualidade como também para a inserção social de rapazes e raparigas através dos seus grupos de pares.

A adolescência é um época de profundas transformações interiores e de conquista de reconhecimento social. A insegurança é, normalmente, um dos sentimentos mais presentes que pode estar subjacente a atitudes e comportamentos cujo objetivo é o de impressionar e agradar os seus pares.

Entre a adolescência/ juventude é frequente enaltecer-se quem não cumpre ou infringe as regras – *os piores comportados são os mais populares* (participante no workshop sobre a juventude) e tudo conta para se fazer parte integrante do grupo *mais in*, sobretudo a capacidade financeira para se evidenciar determinados tipos de bens onde se salienta a roupa: *Por exemplo, na minha escola o estilo conta muito mais do que o comportamento. Alguém com roupa da Primark, ou de lojas chinesas, é "tótó". O outro é o "todo poderoso"* (participante no workshop sobre a juventude).

O consumo de álcool e de drogas ilícitas assumem também um papel importante. Um estudo recentemente publicado, com base num questionário aplicado a uma amostra de alunos/as de idades compreendidas entre 13 a 18 anos, revela que as substâncias com maior número de consumidores atuais são o álcool (42% - sendo que o consumo é, sobretudo, de cerveja e bebidas destiladas) e o tabaco (30%). Por outro lado, 19% já tinha consumido drogas, sendo o predominante o consumo de *cannabis*; os

tranquilizantes e/ou sedativos já foram consumidos por 10% dos rapazes e 19% das raparigas.

Segundo dados fornecidos pelo CRI de Matosinhos, 18% dos/as utentes, no ano de 2015, tinham menos de 25 anos.

Será de chamar a atenção para o facto de que muitas das substâncias enunciadas, nomeadamente medicamentos se encontram hoje à venda através da Internet. Por outro lado, questões associadas a uma determinada imagem física da juventude, empurra para o consumo de certas substâncias como sejam os estimulantes e os esteróides anabolisantes que podem desencadear um aumento da agressividade.

Nos grupos de discussão realizados com jovens há a consciência da existência destes comportamentos mas a maior gravidade surge associada à ideia da normalização de certos consumos, como se eles fossem inerentes e necessários a *um certo modo de ser jovem. Passou a ser um comportamento normal ir sair e beber e já não se bebe só uma cerveja...*(participante no *workshop* sobre a juventude). Esta normalização de consumos pode mesmo impedir a tomada de consciência dos seus efeitos nocivos, porque *ser jovem é mesmo assim, é mesmo isto*.

Mas nas sociedades atuais os comportamentos aditivos e as dependências não passam apenas pelo consumo de substâncias, eles estão também presentes na atividade do jogo, a dinheiro e sem ser a dinheiro, muito facilitada pela enorme oferta de jogos *online*. No Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, a maioria dos jogadores patológicos *online* (53,8%) têm idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos.

Outra dimensão bastante atual é a relação entre consumos e comportamentos aditivos e saúde mental, sendo reconhecido no próprio Plano Nacional de Saúde Mental “a frequência com que as situações de urgência relacionadas com o consumo de substâncias são atendidas nos serviços de urgência psiquiátrica”.

Bullying

O *bullying*, pelo menos na escola, não tem expressão quantitativa no concelho de Matosinhos. Números da GNR revelam que ilícitos em contexto escolar (que não única e exclusivamente *bullying*) registados apenas quatro, no ano de 2014.

Já a CPCJ de Matosinhos, no seu relatório de 2014, dá conta de 20 situações de crianças, a maior parte com idade compreendidas entre os 11 e os 14 anos, por comportamentos de *bullying*.

Na sua expressão física, a violência nas escolas, na opinião de profissionais presentes nos grupos de discussão, *está circunscrita a três ou quatro alunos que estão sinalizados e com quem, em conjunto com a polícia está a ser feito um bom trabalho* (participante no workshop sobre educação).

Alguns do *bullying* assumirá a forma de violência no namoro, anteriormente referida, mas é, sem dúvida, um fenómeno que ultrapassa tais dimensões e que surge como uma preocupação no discurso das gentes mais novas: *preocupa-me e acontece em todo o lado, mesmo na faculdade, ainda que com menor expressão. Até nas praxes se vê* (participante no workshop sobre a juventude).

O *bullying* pode ser definido como comportamentos agressivos e de intimidação de um indivíduo sobre o outro ou por pequenos grupos, com carácter regular e frequente (vd. Barros, 2009). De acordo com um estudo transnacional sobre delinquência juvenil, onde foram entrevistadas e inquiridas pessoas peritas na matéria, o *bullying* juvenil deve constituir uma preocupação central nos programas de prevenção.

Por um lado, porque o *bullying* é uma manifestação de intolerância e de não respeito e aceitação pelas diferenças para além de revelar comportamentos de controlo de uns sobre os outros. Por outro lado, porque o uso e recurso à *internet* – o cyberbullying – vem acrescentar novas dimensões ao fenómeno: *o uso da internet, sobretudo com o facebook, vem fazer com que um insulto possa tornar grandes proporções! Não só porque mais gente toma contacto com os casos e os mesmos se tornam conhecidos, como os insultos por vezes se multiplicam e é muito mais difícil para quem é agredido pôr um termo à situação* (participante no workshop da educação).

Intervenção municipal

A intervenção da autarquia em matéria de juventude consubstancia-se, fundamentalmente, nas Casas de Juventude. Estes equipamentos, que apresentam capacidade para abranger jovens de diferentes meios socioeconómicos, têm apostado em atividades diversificadas que vão da informação, à animação passando pelo desenvolvimento de um conjunto de iniciativas de prevenção onde se trabalham questões como a perspetivação do futuro, orientação vocacional, desenvolvimento de

competência protetoras de comportamentos aditivos. Atualmente, com os seus projetos as Casas de Juventude abrangem anualmente cerca de 3 400 jovens.

Ainda no domínio da juventude ressalte-se o desenvolvimento continuado de projetos promovidos pela ADEIMA, ao abrigo do Programa Escolhas. Estão atualmente em curso os projetos SIG – Seixo, Investe, Ganha e Autonomiza e o projeto Biquinha em Ação.

49. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

Do que foi anteriormente exposto decorre a seguinte síntese:

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Dificuldades de autonomização dos/as jovens em relação à sua família de origem	Existência de um conjunto alargado de associações de jovens
Dificuldades de integração no mercado de trabalho	Existência do conselho municipal da juventude
Banalização de alguns tipos de violência	Existência de recursos para uma intervenção junto dos jovens: Casas da Juventude e “projetos Escolhas”
Normalização de certos consumos, em particular do consumo de álcool	
Aumento de comportamentos depressivos e autodestrutivos	
Dificuldades em lidar com a autoridade	

50. Na idade maior

Pessoas idosas residentes em Matosinhos – alguns elementos de caracterização

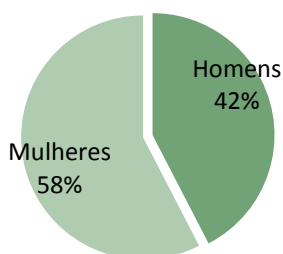
Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística para 2103, viviam no concelho de Matosinhos 30 832 pessoas com 65 e mais anos. Este grupo etário, que convencionalmente se designa como de pessoas idosas, representava 17,6% da população residente.

Tal como já foi referido no capítulo 4, o número de pessoas idosas a residir no concelho tem vindo a aumentar: em 2010 eram 27 040, o que significa mais 3 792 pessoas com 65 e mais anos, no concelho, entre 2010 e 2013.

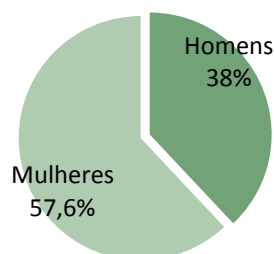
Esta tendência está em coerência com um processo de envelhecimento das sociedades europeias e da portuguesa, em particular - um relatório recente das Nações Unidas aponta Portugal, em 2015, como o quinto país mais envelhecido do mundo, posição que passará para terceiro, em 2030, colocando-o atrás do Japão e da Itália (United Nations, 2015).

A população idosa caracteriza-se, entre outros aspetos, por uma forte feminização que aumenta à medida que a idade avança: as mulheres constituem 57,6% do total de pessoas com 65 e mais anos mas a percentagem sobe para 62% quando se trata do sub-grupo de pessoas com 75 e mais anos.

Pessoas com 65 e mais anos, no concelho de Matosinhos, por sexo (%) | 2013



Pessoas com 75 e mais anos, no concelho de Matosinhos, por sexo(%) | 2013



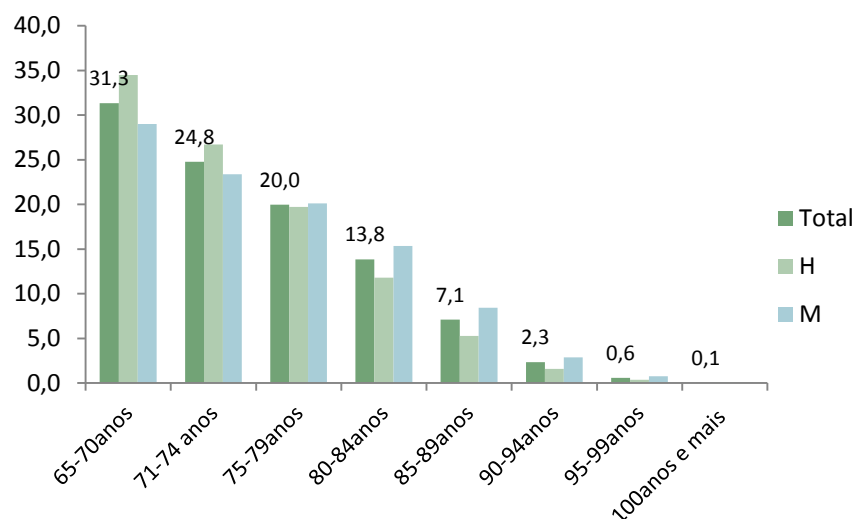
Esta feminização dos grupos de idade mais velhos relaciona-se com a maior esperança de vida entre as mulheres.

Esta sobre representação das mulheres nas idades mais avançadas contraria, em termos demográficos, a tendência do maior número de nascimentos de crianças do sexo masculino e revela, nas palavras de Maria Ángeles Durán, uma maior resistência, não tanto biológica, mas sim social, das mulheres (Durán, 2013).

Mas se a esperança média de vida à nascença tem “um lado feminino”, na medida em que aponta para uma maior longevidade do sexo feminino, as estatísticas mostram que apenas uma parte dessa vida mais longa poderá vir a ser vivida com saúde. Se “um homem de 65 anos pode aspirar a chegar aos 72 anos sem problemas de saúde de maior, já as mulheres, tendencialmente, não poderão aspirar a ir além dos 70 anos nas mesmas condições” (Perista, coord., 2012: 15).

Considerando, sobretudo a morte prematura, os homens que perdem mais anos de vida saudável devido, em particular, a perturbações mentais e do comportamento na sequência da dependência alcoólica e de tumores malignos da traqueia, brônquio e pulmão (Lima 2012).

Estrutura etária das pessoas com 65 e mais anos, por sexo, Matosinhos (%) | 2011 (%)



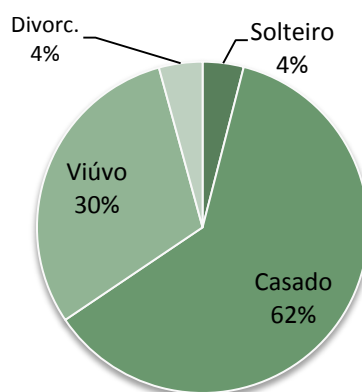
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2011.

Como se pode ver pelo gráfico anterior, e tal como seria de esperar, o número de pessoas idosas, e a respetiva percentagem na população total, vai diminuindo à medida que a idade aumenta. No entanto, será de salientar que, em 2011, 10% da população

idosa tinha já mais de 84 anos, sendo que a percentagem entre o sexo feminino é um pouco mais elevada (12%).

Ainda dados dos Censos de 2011 apontavam para 12 057 pessoas com 65 e mais anos a residirem sós; e 7 401 famílias compostas por duas pessoas idosas. Tal corresponde, respetivamente, a 61% e a 37,6% do total de famílias que incluem elementos com 65 e mais anos, o que significa que a maior parte das pessoas idosas vive só ou em casal em que ambos os elementos têm 65 ou mais anos.

Pessoas com 65 e mais anos, segundo o estado civil, Matosinhos (%) | 2011



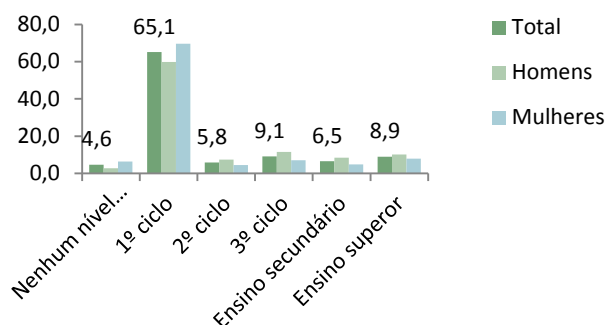
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2011.

Como se pode verificar, a maior parte das pessoas (62%) tem como estado civil casado. A viuvez atinge 30% das pessoas com 65 e mais anos, havendo um peso crescente desta situação à medida a que a idade aumenta. Por exemplo, no grupo etário dos 85-89 anos as pessoas viúvas são 63,6%.

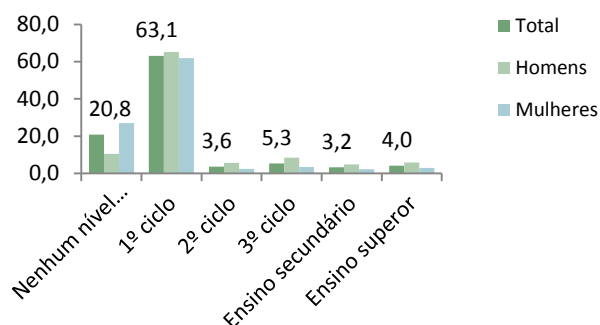
Os elementos aqui avançados permitem enunciar, desde já, uma grande pluralidade nas formas de construir e viver a velhice. O modo de envelhecer, e de viver a idade maior, depende de um conjunto de fatores: das condições económicas; do meio onde se reside; da idade (mais ou menos avançada); das condições físicas e cognitivas; do sexo dos indivíduos e, certamente, dos níveis de instrução.

Se a população mais idosa é, como se viu em capítulo V, o grupo de população menos escolarizado, a sua situação face ao nível de instrução alcançado não é homogéneo.

Pessoas 65-69 anos, segundo o nível de instrução e sexo, Matosinhos (%) | 2011



Pessoas com 75 e mais anos, segundo o nível de instrução e sexo, Matosinhos (%) | 2011

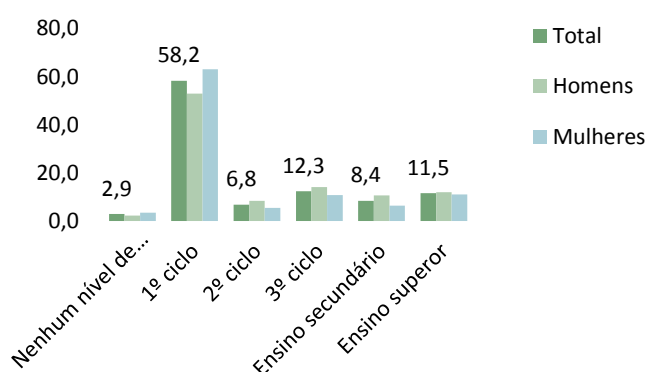


Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2013.

Da comparação dos gráficos anteriores resulta a verificação de que entre as pessoas idosas, as mais novas (neste caso as que têm idades entre os 65 e 69 anos) apresentam níveis de instrução mais elevados do que o grupo de pessoas com mais de 74 anos. Veja-se que entre o primeiro grupo são pouco menos de 5% as pessoas que não concluíram nenhum grau de ensino, enquanto que, entre os maiores de 74 anos, tal percentagem é de perto de 21%. Por outro lado, entre os mais novos, 8,9% alcançaram o ensino superior sendo que, na faixa dos 75 e mais anos, essa é uma situação que abrange apenas 4% das pessoas. Em ambos os grupos são as mulheres as menos escolarizadas mas a diferença entre sexos é mais acentuada entre os mais velhos.

172

Pessoas 60-64 anos, segundo o nível de instrução e sexo, Matosinhos (%) | 2011



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2013.

Quando se considera as pessoas cujas idades estão mais perto dos 65 anos, verifica-se uma ainda maior presença não só de pessoas com o ensino superior mas também de pessoas que completaram o ensino secundário e o 3ºciclo. Concomitantemente, há um decréscimo acentuado da percentagem referente a quem saiu da escola sem qualquer

nível de escolaridade completo e uma diminuição do número daqueles que apenas concluíram o 1º ciclo do ensino básico.

Este aumento dos níveis de instrução anuncia o surgimento de uma nova geração de pessoas idosas. Estes “novos idosos” serão mulheres e homens mais escolarizados e melhor informados, terão percursos profissionais mais qualificantes e apresentar-se-ão mais exigentes em relação a serviços prestados e mais capazes para desafiar as imagens negativas vulgarmente associadas às pessoas idosas e a desconstruirmos esterótipos em relação à velhice.

Estas serão também pessoas que questionarão os próprios limites etários onde se encerra a, por vezes chamada, “terceira idade”.

Pessoa idosa: com que idade?

Tal como se referiu para a juventude, também a velhice pode ser definida como uma “sucessão de etapas de contornos pouco precisos e conteúdos multiformes” (Quaresma, 2006:18) que ultrapassa a dimensão biológica ou fisiológica da idade. A entrada na reforma, a passagem para uma condição de viuvez, a degradação física de forma perceptível e inibidora de autonomia, são fases estruturantes do ciclo de vida que, de forma conjugada, ou por si só, podem definir a “entrada” na velhice. Não sendo, com frequência, coincidentes no tempo, estas etapas encerram em si realidades distintas em função do sexo, da idade cronológica dos indivíduos, do seu nível de instrução, da sua capacidade económica.

“Mas é, sem dúvida, a passagem à reforma a etapa mais marcante já que está associada à posse de um novo estatuto social que, em sociedades onde a valorização dos indivíduos se faz, sobretudo, pela sua capacidade produtiva, encontra elementos de uma certa desvalorização social” (Cardoso, 2014: 16).

Num inquérito da Câmara Municipal de Matosinhos, aplicado em 2014 a uma amostra da população idosa residente no concelho,⁵⁴ a passagem à reforma foi considerada como um fator de mudança nas vidas de 74% das pessoas entrevistadas. Entre estas as três alterações mais apontadas foram: maior disponibilidade de tempo (42%);⁵⁵ mais restrições financeiras (29%); maior debilidade física (25%); maior isolamento (16,5%).

⁵⁴ Amostra composta por 1 185 pessoas com 65 e mais anos.

⁵⁵ 240 respostas para um conjunto de 624 pessoas que afirmaram a mudança das suas vidas com a passagem à reforma.

A idade que define a entrada na velhice, os 65 anos, tem estado associada à idade de passagem à reforma mas hoje muita da discussão realizada em torno desta questão tem que ver com o facto de, na sequência da melhoria das condições de vida, os indivíduos disporem de mais anos para viver em condições de autonomia.

As respostas ao questionário aplicado em Matosinhos, junto de pessoas idosas, dão conta disso. Considerando apenas as pessoas com mais de 64 anos que não estão em instituição (um total de 901 pessoas inquiridas) a maior parte não só se mantém autónoma na realização das suas tarefas quotidianas, como ainda presta apoio regular às suas famílias:

- 68% não precisou de nenhuma ajuda para as tarefas relacionadas com a casa, por exemplo, fazer compras, cozinhar ou limpar.⁵⁶
- 92% não precisou de ajuda nos cuidados pessoais (lavar-se, vestir-se...).
- 50% presta ajuda à família no seu dia-a-dia, em particular ajuda na lida doméstica (33%) e prestação de cuidados às crianças (23%).
- 42% são sócios/as de associações.
- 25,5% ocupa habitualmente os tempos livres fazendo caminhadas.
- 17,7% ocupam-se, sobretudo, com o apoio à família e a amigos.

174

Algumas das conversas, no âmbito dos grupos de discussão para a realização do Diagnóstico, ressaltam essa dimensão de autonomia tão presente na velhice atual e salienta o contributo das pessoas idosas para a sociedade:

- *O trabalho que nós séniores fazemos na sociedade não é substituído por mais ninguém* (participante no workshop com pessoas idosas).
- *Eu faço a minha limpeza de casa. Tenho filhos mas sou eu que limpo tudo (...) ainda me sinto útil* (participante no workshop com pessoas idosas).
- *Frequento um centro de dia para aí há uns cinco ou seis anos mas faço lá voluntariado* (participante no workshop com pessoas idosas).
- *Os meus netos gostam da minha comida! E quando têm dificuldades na escola sou eu sou, uma analfabeta que só sei o básico, que os acompanha* (participante no workshop com pessoas idosas).

⁵⁶ Esta questão e a seguinte tinham como período de referência os últimos 12 meses.

Vivem-se, pois, tempos em que, com frequência, “a idade biológica e a idade social estão dessincronizadas” (Cardoso, 2014: 16) isto é, um tempo em que é patente um desfasamento entre a idade em que a velhice se torna biologicamente perceptível e o estatuto social que se adquire com o avançar dos anos.

Importa aqui referir que mais do que qualquer outra idade, “a velhice remete, em si mesmo, para o resultado de um processo que se vai construindo ao longo da vida. Ainda que possa ser fortemente marcada por determinadas etapas, ou transições (pessoais / biológicas e psicológicas, familiares e sociais) que representam descontinuidades e conduzem à assunção de outros lugares e de outros papéis sociais, a velhice não é algo que simplesmente acontece mas sim algo que vai acontecendo ao longo das diferentes fases da vida. Isto leva a dizer que qualquer jovem é uma pessoa velha em potência, ou seja, tudo o que se faça, todas as opções tomadas e os caminhos abertos e retomados, todos os acontecimentos, darão o seu contributo para a realidade vivida numa fase mais tardia da vida” (Cardoso, 2014: 16).

Que preocupações?

A grande preocupação das pessoas em relação à (sua) velhice é a saúde – para 45% das pessoas inquiridas no questionário aplicado pela Câmara Municipal de Matosinhos a grande preocupação é a degradação do seu estado de saúde.⁵⁷ Seguidamente, ainda que muito menos expressivas, está o medo da solidão (9%), o receio da falta de apoios por parte dos serviços de “apoio à 3ª idade” (9%) e as dificuldades financeiras (7%).

Talvez influenciadas pelos seus próprios medos e receios, as pessoas mais velhas inquiridas enunciam como principais dificuldades que enfrentam no concelho de Matosinhos:

- O acesso aos serviços de saúde, incluindo a prestação de cuidados ao domicílio (31,1%);
- O acesso aos equipamentos sociais (lares, apoio domiciliário...) por parte de quem tem fracos recursos económicos (20,4%).

⁵⁷ Amostra composta por 1 185 pessoas com 65 e mais anos.

- As condições de deslocação na via pública para pessoas com dificuldades de mobilidade (15,4%)⁵⁸ que são uma das condições das “age friendly cities”.

Nos grupos de discussão com pessoas idosas, foi particularmente referida a questão do acesso a equipamentos sociais por parte de pessoas de baixos recursos económicos:

- *Em todos os lares isto acontece: se eu estiver para entrar e tiver 700 euros de reforma e houver alguém que tenha 5 000, eu posso já estar na lista há 10 anos mas a outra pessoa entra e eu fico à espera* (participante no workshop com pessoas idosas).
- *Para mim a questão é que o pobre tem direito à vida como os outros. Eu vejo pessoas que sempre trabalharam, como nós que trabalhamos no duro, e a levar uma vida desgraçada, e agora não têm direito a serem cuidadas porque não têm dinheiro para pagar* (participante no workshop com pessoas idosas).

Face a tais dificuldades, que ninguém contradiz, os/as profissionais das instituições argumentam com as limitadas vagas protocoladas com a Segurança Social e com a necessidade de sobrevivência das instituições:

- *Nós temos cinco vagas cativas para pessoas que não têm rendimentos mas estão sempre cheias* (participante no workshop sobre proteção social).
- *O objetivo das instituições não é dar lucro mas também não podem dar prejuízo* (participante no workshop sobre proteção social).

176

Ainda que não haja discordância em relação a estes argumentos, nem todas as instituições parecem ter o mesmo procedimento: *independentemente da sustentabilidade das instituições nós temos que apoiar as pessoas de baixos rendimentos. Na minha instituição nós nem pedimos, sequer, participação familiar. Aquilo que os idosos pagam é mediante uma percentagem dos seus próprios rendimentos. Nunca pedimos à família qualquer montante para além dos próprios rendimentos dos idosos. Agora, não chega para as encomendas...* (participante no workshop sobre proteção social).

E por isso mesmo, há necessidades que ficam por cumprir:

- *Aquilo que as instituições dizem, quando são pessoas com fracos recursos, é que não há vagas, que têm listas de espera. Na maior parte dos casos não há*

⁵⁸ Note-se a maior percentagem corresponde às pessoas que não souberam responder à questão

desresponsabilidade familiar mas os filhos já não aguentam mais. Há uns dias soube de uma família que conseguiu integrar um casal de idosos (por sorte!) no Caramulo. No Caramulo! Eu até um dia gostaria de conhecer pois, realmente, ao menos, alberga as pessoas que têm fracos recursos (participante no workshop sobre proteção social).

Mas em torno da admissão em lar surgem outras questões que remetem para a pertinência do internamento de algumas pessoas e respetivos requisitos, o que pode conduzir a listas de espera maiores e mais dificuldades por parte de pessoas que reúnem critérios de entrada tendo em conta as suas condições físicas e situação familiar.

- *Uma outra questão a perceber, relativamente aos lares, é se efetivamente a maioria das pessoas que estão lá deveriam estar nestas respostas. Este é um debate antigo mas se o apoio domiciliário fosse mais eficaz, se calhar não tínhamos tanta gente em lar. Se formos a pensar nos serviços que são desenvolvidos pelo apoio domiciliário, neste momento, comparando com as necessidades que as pessoas têm, verifica-se que não responde, quer pelo tipo de serviços que prestam, quer pelos horários. E, por isso, muitas das vezes as famílias vêem-se obrigadas a colocar as pessoas em lar. Há muita gente que quer ir para um lar mas a maioria, se formos a pensar, só vai em última instância. E se tivessem outras respostas capazes, em casa, acredito que se calhar esta pressão que temos em Lar não acontecia tanto (participante no workshop sobre proteção social).*
- *Os serviços são muito pouco flexíveis. Normalmente vai-se a casa, fazer a higiene, por exemplo, entre as 8h e 8h30 da manhã, até às 4h ou 5h da tarde. Normalmente, é uma vez por dia, nem há uma possibilidade de avaliação e de ver a real necessidade daquela pessoa e alargar os serviços. Mas é claro que esse alargamento teria uma implicação em termos de custos e quem paga através da Segurança Social, também não tem grandes possibilidades (participante no workshop sobre proteção social).*

Novamente as questões relacionadas com a capacidade financeira das pessoas para o pagamento dos serviços evidencia os limites da prestação de cuidados a quem tem poucos recursos e revela a velhice como uma idade onde as desigualdades sociais se podem acentuar, inclusivamente por via de uma saúde débil.

Até porque as preocupações reveladas pelas pessoas idosas com a saúde não terão que ver apenas com uma diminuição da autonomia por via da ausência de saúde; a falta de

saúde e, sobretudo, a dependência, traduz-se em gastos acrescidos que não são considerados para o cálculo das mensalidades a pagar às instituições limitando, uma vez mais, o acesso aos cuidados: *Nós agora não podemos contabilizar fraldas, resguardos, esse tipo de material. E nesse material é que eles gastam grandes verbas do orçamento familiar. Nós chegamos e entramos em quartos que são autênticas enfermarias. São montes e montes de fraldas, resguardos, de material. Depois creme X, e o creme Y... Quer dizer, é imenso o dinheiro que gastam e nada disso é contabilizado na lei. Nestes materiais gasta-se mais do que na medicação* (participante no workshop sobre proteção social).

Uma das incapacidades mais temidas é a mental – já viu? É horrível ficar-se assim, sem ter uma conversa de jeito. E aquela gente ali está, numa cadeirinha de rodas e a não dizer nada... (participante no workshop com pessoas idosas). No dizer de profissionais as doenças demenciais são um problema crescente para o qual se verifica maiores lacunas ao nível das respostas.

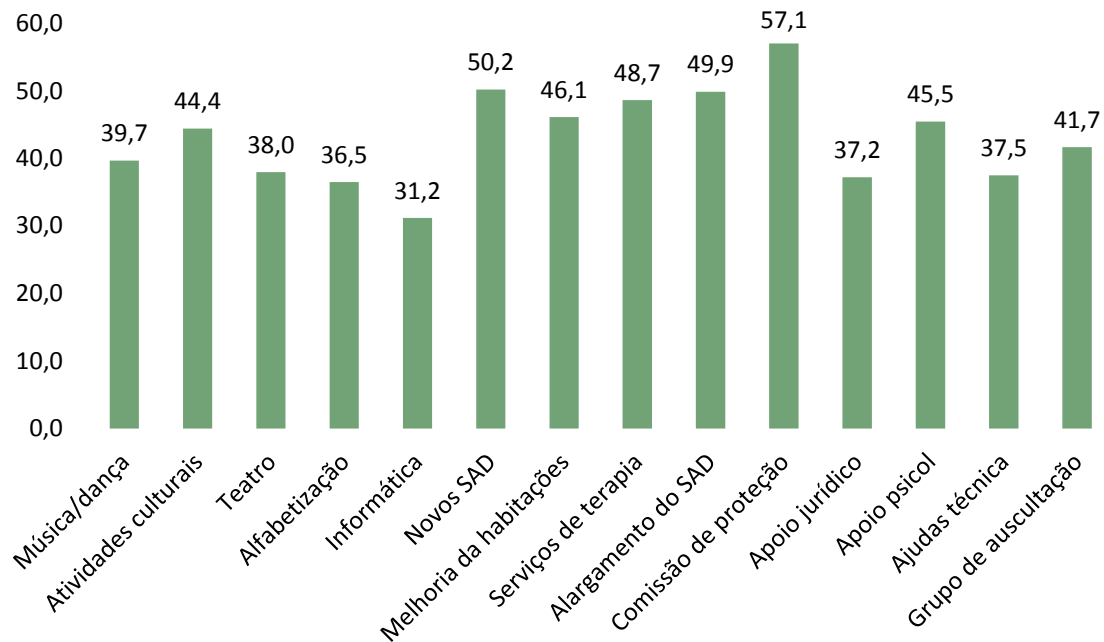
Que perspectivas?

Primeiro, é preciso ter saúde - sendo que uma das preocupações centrais das pessoas idosas é com a sua saúde, garante de autonomia e de qualidade de vida, *há que fazer por ela*. Ou seja, está subentendida, nestas palavras, a noção do processo que é o envelhecimento, um processo onde cada um e cada uma é corresponsável.

Assumindo essa corresponsabilidade as pessoas que participaram nos workshops mencionam a necessidade de fazerem *exercício físico, de participarem em atividades e passeios. Enfim, é preciso ter um espírito jovem. Nós podemos ser velhos mas podemos ter uma alma nova. Ter uma ocupação onde o cérebro trabalha. Ter boa alimentação. O exercício mental é importantíssimo! Não perder o interesse, porque envelhecer não é morrer para a vida, é continuar* (participante no workshop sobre proteção social).

Para que um tal processo de envelhecimento ativo possa ser facilitado, as pessoas idosas inquiridas pela autarquia pronunciaram-se sobre as atividades nas quais participariam revelando, assim, o entendimento da importância atribuída para cada uma delas.

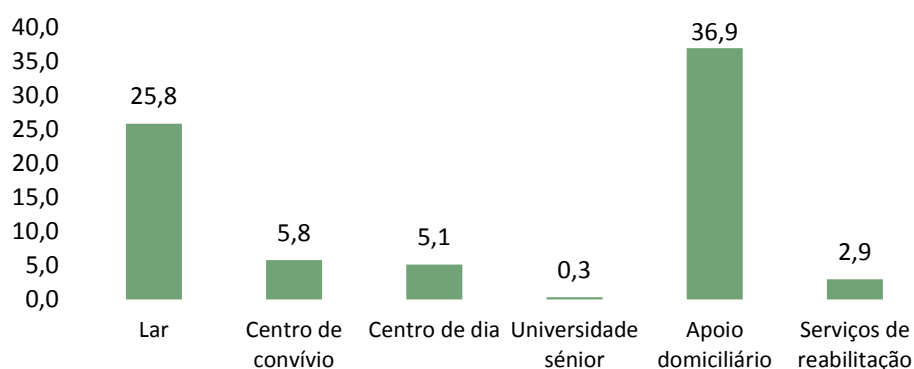
Atividades em que participariam as pessoas idosas inquiridas, Matosinhos (%) | 2015



Fonte: CMM; Inquérito as pessoas idosas, 2015.

Como se pode ver pelo gráfico anterior, as atividades em que mais de metade das pessoas inquiridas adeririam são: uma comissão que tenha como finalidades a proteção de pessoas idosas (57%), a criação de novos serviços de apoio domiciliário ou o alargamento do horário destes serviços (50%). Reunindo respostas positivas que rondam os 50% estão: a criação de serviços de terapia; o alargamento dos serviços de melhoria das habitações; a criação de serviços de apoio psicológico.

Estas respostas são coerentes, não só com a preocupação no domínio da saúde – expressa na vontade de adesão a serviços de terapia, apoio psicológico – mas com a necessidade de manter autonomias pessoais. Quando questionadas diretamente sobre que serviços gostaria de ter à disposição em caso de necessidade 37% elegeram o apoio domiciliário.



Fonte: CMM; Inquérito as pessoas idosas, 2015.

A importância do serviço de apoio domiciliário foi igualmente focada nos *workshops*, salientando-se que a necessidade de haver respostas diversificadas pois *há idosos que não gostam de deixar as suas casas para ir para lar* (participante no workshop com pessoas idosas).

Em casa, ou no lar, há uma vontade de continuar a ser parte integrante na sociedade. *Há a ideia de que somos a geração com um espírito mais jovem em relação às anteriores, esta experiência que estamos a viver só pode ser muito positiva* (participante no workshop com pessoas idosas), até porque entre as pessoas mais velhas continua a haver competências inestimáveis, como a de quem escreveu o poema:

Fui abrindo devagarinho a minha caixa de segredos/ Entre risos e sorrisos,/ entre saudades e medos/ e a boneca de trapos?/ um urso de papelão?/ vi vestidos vi farrapos também vi um coração./ vi o livrinho de histórias que eu lia sem parar./ vi as memórias que eu gosto de recordar./ vi o lençinho de seda com o meu nome gravado/ que depois de tantos anos ainda está bem perfumado./ mas de tudo que guardei e que sinto mais carinho/, foi das tranças que cortei/ e que pus lá no cantinho./ e lá no fundo da caixa/ amarrada em dois ramos,/ guardo as flores que me mandaste/ quando fiz meus 15 anos./ e quando a caixa fechei,/ fechei saudades e medos/ mas lá dentro coloquei/ mais alguns dos meus segredos.

De notar que, de acordo com o Plano Internacional de Madrid de Ação para o Envelhecimento, as pessoas idosas necessitam de contextos de vida capazes de providenciarem apoio e de agirem no sentido da sua capacitação de modo a compensar as alterações físicas e sociais associadas à idade.

51. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

Do que foi anteriormente exposto decorre a seguinte síntese:

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Dificuldades de colocação de pessoas com fracos recursos económicos em instituição	Existência de uma boa rede institucional
Falta de profissionais da área da reabilitação sobretudo nos equipamentos de apoio a pessoas idosas	Surgimento de “novos idosos” com níveis de instrução mais elevados e uma outra conceção sobre o envelhecimento
Aumento das situações de fragilidade económica da população idosa na sequência da crise	Existência de programas de policiamento de proximidade
Apoio domiciliário pouco flexível	Reconhecimento da importância de atitudes e comportamentos de promoção do envelhecimento ativo
Aumento das situações de dependência e de demência como consequência do aumento da longevidade	Existência de programa de voluntariado - VEM
	Existência do programa Matosinhos Senior

52. Pessoas com deficiências e incapacidades

Falar de deficiências é falar de uma realidade plural de natureza multifacetada. Na sua diversidade as deficiências podem evoluir de diferentes formas - podem ser progressivas, regressivas ou estáveis - podem ser leves ou graves. Podem ainda implicar doenças de natureza várias ou não ter implicações a esse nível.

Em termos legislativos o artigo 2º da Lei 38/2004 de 18 de agosto considera pessoa com deficiência aquela que, “por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas.”

Está, pois, assumido neste documento legal que a deficiência não é algo que se define apenas por questões inerentes à própria pessoa (“portadora de deficiência”, como já se designou) mas é antes o resultado de uma interação entre determinadas características físicas e mentais dos indivíduos e o meio envolvente. Ou seja, a sociedade e as condições nela existentes, aos mais diversos níveis – escola, trabalho, família - podem ser autênticas barreiras sociais à inclusão social das pessoas que se apresentam diferentes da maioria.

Em Portugal, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Decreto do Presidente da República 7/2009 de 30 de julho. No site do Instituto Nacional de Reabilitação pode ler-se que a Convenção é “um marco histórico, representando um importante instrumento legal no reconhecimento e promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência e na proibição da discriminação contra estas pessoas em todas as áreas da vida.” ⁵⁹

Por seu lado, a Estratégia Nacional para a Deficiência (2011-2013) referia-se à discriminação de que são alvo as pessoas com deficiência salientando a acumulação de desvantagens sociais em certos grupos específicos como são as mulheres e crianças.

⁵⁹ <http://www.inr.pt/content/1/830/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-publicacao-oficial>.

Num trabalho realizado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (Pinto, 2014) dá-se, no entanto, conta da persistência de preconceitos e estereótipos negativos face às pessoas com deficiência que se manifestam a vários níveis.

Esta dimensão da vida das pessoas com deficiência foi particularmente salientada pelas pessoas que participaram nos *workshops*:

- *A sociedade está de costas voltadas para a diferença e, como tal, para a deficiência* (participante no workshop sobre as deficiências).
- *Há imensas ideias negativas sobre a deficiência, inclusivé nas famílias* (participante no workshop sobre as deficiências).
- *As pessoas não sabem lidar e como não sabem, viram as costas* (participante no workshop sobre as deficiências).
- *Claro que, quem tem consciência disso, sente-se desrespeitado e desvalorizado*

(participante no *workshop* sobre as deficiências).

Estas questões podem ser ainda mais difíceis para as pessoas com deficiência mental – *mesmo para os políticos, no espetro da deficiência, a mental é a menos considerada porque não basta pôr rampas. Para a deficiência mental é preciso equacionar muitas coisas: têm capacidade de se movimentar?podem vestir-se, calçar-se e alimentar-se? têm possibilidades de aprender?* (participante no workshop sobre as deficiências).

Nos workshops de discussão reconheceu-se que a integração de uma pessoa com deficiência no mercado de trabalho é muito difícil não só devido à existência de preconceitos mas porque as empresas não estão preparadas para lidar com certas situações: *o problema é que as empresas não estão sensibilizadas para aceitarem pessoas com deficiência e quando integram a experiência que temos é que, com frequência isso gera ali um conflito e ninguém se sente bem. Nem as famílias estão sensibilizadas, quanto mais os empregadores e os outros trabalhadores* (participante no *workshop* sobre as deficiências).

São reconhecidas competências de várias pessoas para o trabalho:

- *A C. e a R. são uma mais valia na instituição. Colaboram imenso nas tarefas e quem diz na instituição também diz que as podiam fazer noutro sítio* (participante no workshop sobre as deficiências).
- *Nós temos um protocolo com uma empresa que faz sabões e são os nossos meninos que embrulham os produtos. Temos também com uma empresa de automóveis e são os nossos utentes que põem as porcas nos parafusos. É um*

trabalho mecânico e eles fazem isso muito bem (participante no workshop sobre as deficiências).

- *Eu trabalhava num escritório de limpeza, lavava a loiça, chávenas... Ía sozinha e vinha de autocarro. Trabalhava até ao meio dia e voltava de autocarro para a instituição* (participante no workshop sobre as deficiências).

A integração em contexto de trabalho afigura-se como tendo que ser necessariamente um processo protegido e flexível:

- *Não tem que ser 40 horas por semana mas é importante dar-lhes responsabilidade. Não precisam é de estar de 2ª à 6ª feira das 9h às 17h* (participante no workshop sobre as deficiências).

Mas para algumas pessoas era necessário um comprometimento político que levasse a *obrigar todas as empresas a admitirem X% de deficientes. Mas isso deveria começar por cima, pelo setor público* (participante no workshop sobre as deficiências).

As deficiências têm grandes repercussões nas famílias: no orçamento familiar, na gestão do quotidiano, na vida afetiva e profissional dos pais. O nascimento de uma criança com deficiência constitui, na maior parte dos casos, um choque acompanhado de imensas dúvidas e dificuldades em lidar com a situação. A adaptação a uma nova situação implica, em alguns casos, gastos suplementares.

Estudos sobre a deficiência têm revelado precisamente isso: “algumas famílias se viram na obrigação de adquirir equipamentos, como cadeiras de rodas e meios de transporte adaptados, e de fazer alterações nas suas casas, de forma a facilitar a mobilidade e as deslocações dos seus filhos. Estas aquisições implicaram gastos consideráveis por parte das famílias e, em alguns casos, pedidos de empréstimos a entidades bancárias” (Druello, 2010:109).

Mas serão as dificuldades de gestão do quotidiano talvez o ónus mais pesado podendo mesmo dar origem a depressões: *é um peso muito grande. Ao longo da vida, desde que nascem até ao fim, é uma sobrecarga. E ao longo de anos e anos é natural que surjam problemas como as depressões* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

O stress psicológico afetará todos os elementos da família incluindo a própria criança com deficiência: *O ter um filho acamado, ou que não consegue por si só vestir-se, lavar-se, calçar-se; fazer as mínimas coisas (...) é um constante stress. Esse stress aumenta e*

muitas vezes passa para a criança (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

Estas exigências dos ritmos quotidianos, decorrentes da presença de uma pessoa com deficiência, sobretudo quando se trata de crianças, ou pessoas adultas, com um grau de autonomia muito reduzido, refletem-se também nas vidas profissionais. São sobretudo as mulheres que mais referem esse impacto o qual, numa boa parte dos casos, se traduz em desemprego: *temos de "andar para a frente", não é? E andamos. E a nossa vida familiar? E os nossos empregos? A seguir conhecemos rapidamente o desemprego. Porque o código de trabalho diz que podemos faltar x vezes para consultas, mas o empregador não acha graça nenhuma a isso. Então, aquela mãe que tem um emprego precário, não tarda a estar em casa desempregada* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

E com o desemprego de um dos elementos do casal aumentam as necessidades e aumenta a probabilidade de conflitos: *ao desemprego, segue-se a crise familiar. O casal começa em conflito face às necessidades do filho. Algum tempo depois, outro problema: divórcio* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

Após o divórcio é a mulher que, normalmente, assume a responsabilidade pelos cuidados: *na nossa instituição temos muitas famílias monoparentais femininas, mães sozinhas, viúvas* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

Mas as dificuldades na gestão do dia-a-dia destas famílias (monoparentais, ou não) é permanente fazendo-se também sentir durante as férias. Por um lado, há o problema acrescido das férias escolares até porque *a escola dá resposta até 12 de junho, e a partir daí os pais ficam com os putos em casa e só têm resposta a partir do dia 15 de setembro*. Por outro lado, fazer férias fora de casa obriga não só a um planeamento cuidado como implica toda uma logística nem sempre exequível. E o cansaço nota-se nas frases destas mães e pais:

- *Há quinze anos que eu não sei o que é ter férias* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).
- *Era urgente que as famílias tivessem direito a pelo menos quinze dias de férias* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

E houve mesmo quem clamasse por ajuda e sugerisse a realização, no Verão, de colónias de férias, para facilitar o descanso das e dos cuidadores: *Há uma necessidade imensa de haver respostas a esse nível. Que alguém ajude as famílias a ter férias! Podia haver umas*

colónias de férias com destacamentos de profissionais. Isto é por todos os pais. Temos que arranjar maneira (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

Os equilíbrios na gestão do tempo, das atenções, dos afetos e preocupações, no contexto de famílias onde há elementos com deficiência tem, pois, que ser feito de modo constante e as exigências pessoais são tantas que leva algumas pessoas a dizerem *que eu acho que os pais dos miúdos especiais, também têm de ser especiais porque têm que fazer com que tudo aconteça* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

As instituições que, no concelho de Matosinhos, trabalham na área da deficiência revelam bem a capacidade de mães e de pais das pessoas com deficiência já que elas são organizações que nasceram, precisamente, do seu dinamismo e capacidade de “fazer acontecer”.

As lacunas da escola inclusiva emerge como uma das maiores dificuldades das famílias e também como motivo para uma certa mobilização. As lacunas referidas passam pelas instalações - *A minha filha esteve meses numa sala que parecia um depósito*⁶⁰ - mas sobretudo pela falta de pessoal e de formação de docentes e restante pessoal face às necessidades específicas de cada criança: *tínhamos um decreto de lei fantástico que dizia "escolha a escola" mas e o resto? O resto é o que vem a seguir. É a falta de pessoal e de preparação de quem lá está* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

E quando chega o limite de idade da escolaridade obrigatória as preocupações aumentam e os gastos também: *na zona onde eu moro tem três agrupamentos com unidades de ensino estruturado para o autismo, mas o meu filho, coitado, teve azar... foi calhar num agrupamento cuja unidade termina no 9º ano. Como a escolaridade agora é obrigatória até aos 18 ou, pelo menos, durante 12 anos, o desgraçado teria que ir para Gaia todos os dias para ter o mesmo apoio que teve até ao 9º ano. Optei por o pôr numa instituição privada mas onde também não pago porque não teria capacidade financeira para pagar uma mensalidade* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

As preocupações de mães e pais de pessoas com deficiência não se ficam apenas pela infância, na verdade as preocupações e dificuldades da vida aumentam à medida que crescem e envelhecem, até porque o aumento da esperança de vida faz-se sentir,

⁶⁰ A escola referida é fora do concelho de Matosinhos.

também, nas deficiências, sendo que este envelhecimento trás desafios para as famílias e para as instituições: *Temos uma pessoa de 60 anos com síndrome de down. Antes ela era muito ativa, agora está numa cadeira de rodas e precisa de cuidados quase paliativos. É alimentada por sonda, precisa de cuidados de enfermagem muito específicos. Há uns 20 anos atrás uma pessoa com síndrome de down tinha como limite de idade os 30 anos e hoje, estas pessoas conseguem chegar aos 60. Mas isto cria mais um problemas para os pais: o medo de morrerem e os filhos ficarem sós* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

Perante esta nova realidade impõem-se cada vez uma maior diversidade de respostas, uma aposta precoce e continuada no sentido da automização relativa destas pessoas e, por outro lado, serviços capazes de darem respostas a situações de grande dependência que são cada vez mais.

Mas se a família sente desgaste esta é uma área onde o desgaste profissional é grande exigindo-se uma grande qualificação das/os profissionais independentemente das funções que desempenham:

- *Acho que era importante pensarmos também nos outros cuidadores profissionais. Não só nas técnicas mas também nos auxiliares, porque eu acho que as pessoas têm a ideia que qualquer pessoa sabe dar de comer a alguém mas não é assim. É muito difícil encontrar a pessoa certa para certos trabalhos. Quero com isto dizer que é preciso uma formação específica, mesmo para quem faz seleção de pessoal. (...) Esta é uma área cheia de especificidades e nós técnicos temos que estar permanentemente atualizados se não, não conseguimos acompanhar, não conseguimos dar o nosso melhor* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).
- *Os problemas que as instituições vivem acabam por nos sufocar e ainda bem que há oportunidades assim, como estas, para podermos falar* (participante no workshop sobre pessoas com deficiências).

Na linha do que foi escrito no estudo sobre a desinstitucionalização de crianças e jovens com deficiência é necessário investir nas pessoas com deficiência através de instrumentos que “lhes assegurem uma educação de qualidade; nas famílias, promovendo serviços que lhes dêem apoio na sua missão de cuidadores; nos profissionais, estimulando a sua formação e a troca de boas práticas; e, na sociedade em geral, estimulando a tomada de consciência para as necessidades da população com deficiência. (Druello, 2010: 39)

Sem dúvida que uma das necessidades desta população é o reconhecimento das suas competências, é o reconhecimento do seu estatuto de cidadania. Neste sentido, o texto do diagnóstico social de Matosinhos encerra com a imagem de um desenho feito por um dos participantes nos grupos de discussão.



53. Síntese de problemas/constrangimentos e linhas de força

Do que foi anteriormente exposto decorre a seguinte síntese:

Problemas / Constrangimentos	Linhas de força
Existência de preconceitos em relação às pessoas com deficiência, em particular, das pessoas com deficiência mental	Forte dinamismo por parte das pessoas com deficiência e suas famílias
Poucas respostas que visem a autonomização das pessoas com deficiências	
Ausência de respostas para descanso de cuidadoras/es	
Dificuldades de cumprimento do desígnio da escola inclusiva	
Desemprego entre as famílias das pessoas com deficiência	
Dificuldades de comunicação das pessoas com surdez em particular na área da saúde	

XI. Referências Bibliográficas

ACM (2013), Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020.

Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações. Disponível em:

<http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/EstrategiaNacionalparaaIntegracaodasComunidadesCiganas.pdf>

Álvares, Maria (coord) (2011) Combate ao Abandono Escolar Precoce: Políticas e

Práticas, Lisboa, CIES, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em:

http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/EstudoPOATFSE_combateaoabandonoescolarprecoce_Sumarioexecutivo.pdf.

Alves, Nuno et al (2011), Jovens em transições precárias: trabalho, quotidiano e futuro, Lisboa, Mundos Sociais.

Almeida, Ana Nunes (2005), “O que as famílias fazem à escola...pistas para um debate”.

Análise Social, Vol. XI (156), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 579-593.

Aníbal, Alexandra (2013) Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida e à

Validação das aprendizagens informais e não formais: recomendações e práticas,

Working paper, Lisboa, CIES. Disponível em:

http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP147_Anibal.pdf

Bandeira, Mário Leston (Dir.) (2014), Dinâmicas demográficas e envelhecimento da

população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas. Lisboa, Fundação Francisco

Manuel dos Santos. Disponível em: [https://www.ffms.pt/upload/docs/dinamicas-](https://www.ffms.pt/upload/docs/dinamicas-demograficas-e-envelhecimento-da-populacao_efeb8fbqdjUGZx3LduUIzgg.pdf)

[demograficas-e-envelhecimento-da-populacao_efeb8fbqdjUGZx3LduUIzgg.pdf](https://www.ffms.pt/upload/docs/dinamicas-demograficas-e-envelhecimento-da-populacao_efeb8fbqdjUGZx3LduUIzgg.pdf).

Bastos, Amélia et al., (2008), Um olhar sobre a pobreza infantil. Análise das condições de vida das crianças, Edições Almedina, Coimbra.

Barros, Paulo Cesar (2009) Um estudo sobre o Bullying em contexto escolar. Disponível em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/10169/1/Um%20estudo%20sobre%20o%20bullyingEDUCERE2009.pdf>.

Cabral, Manuel Villaverde (coord.) et. al (2013), Processos de Envelhecimento em

Portugal: Usos do Tempo, Redes Sociais e Condições de Vida. Lisboa, Fundação Francisco

Manuel dos Santos. Disponível em: [http://www.ffms.pt/upload/docs/4e326275-8ec4-](http://www.ffms.pt/upload/docs/4e326275-8ec4-4e10-8e5d-0dab9ad2657a.pdf)

[4e10-8e5d-0dab9ad2657a.pdf](http://www.ffms.pt/upload/docs/4e326275-8ec4-4e10-8e5d-0dab9ad2657a.pdf)

Cardoso, Ana (coord) (2008) Envelhecer em Matosinhos – panorama actual e cenários de futuro, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em:

http://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20130306110037-1envelhecer_em_matosinhos.pdf

Cardoso, Ana (coord.) (2009) Principais percepções das/os jovens do concelho de Matosinhos sobre violência doméstica. Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em:

http://www.cesis.org/admin/modulo_news/ficheiros_noticias/20130306110148-1estudoprincipais_percepcoes_dos_jovens_do_concelho_de_matosinhos_sobre_violencia_domestica.pdf.

Cardoso, Ana et al., (2012) A situação social da infância no concelho de Matosinhos, CESIS / Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos (relatório de pesquisa).

Cardoso, Ana (2014) Livro branco sobre a solidariedade entre as gerações e o envelhecimento ativo, igfse, Lisboa, CESIS. Disponível em:

<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/component/k2/item/3719-livro-branco-sobre-a-solidariedade-entre-as-geracoes-e-envel>.

Camilo, Cláudia et al (2013) Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: Uma revisão e reflexão. Análise Psicológica vol.31 no.3 Lisboa setembro 2013. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000300003.

Casaca, Sara Falcão et al (2012), Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade, Coimbra, Fundação Económicas & Almedina.

CESIS (2005) Diagnóstico Social do Concelho 2005, Rede Social de Matosinhos / Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em: http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/location/410/20070824174012682020.pdf

CIG (2014) Igualdade de Género em Portugal 2013, Lisboa, CIG, p: 117. Disponível em: http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/IgualdadeGenero_Portugal_2013.pdf

CNE (2014), O Estado da Educação 2013, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.

Disponível em: http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado-da-Educacao-2013-online-v4.pdf

CNE (2015), Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário – Relatório Técnico.

Lisboa, Conselho Nacional de Educação. Disponível em:

http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Relatorio_Tecnico_-_Retencao.pdf.

Coodenação Nacional para a Saúde, 2008, Plano Nacional para a Saúde Mental, Lisboa,

Coodenação Nacional para a Saúde. Disponível em:

<http://adeb.pt/ficheiros/uploads/02a75f2c0346f49717d171c23b7f56a2.pdf>.

Council of Europe (2005), Methodological Guide – Concerted development of social cohesion indicators. Strasbourg, Council of Europe. Disponível em:

http://www.coe.int/t/dg3/socialpolicies/socialcohesiondev/source/GUIDE_en.pdf.

(último acesso em 11 de março 2016).

Council of Europe (2012) Report by Nils Muiznieks, Commissioner for Human Rights of the Council of Europe Following his visit to Portugal from 7 to 9 May 2012, Strasbourg, Council of Europe. Disponível em:

<https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=2134231&SecMode=1&DocId=1919090&Usage=2>.

CPCJ Matosinhos (2011) Relatório de Atividades 2010. Matosinhos, CPCJ. Disponível em:

http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/location/1817/cpcj_-_relatorio_actividades_2010.pdf

CPCJ Matosinhos (2012) Relatório de Atividades 2011. Matosinhos, CPCJ. Disponível em:

http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/document/3422/CPCJ_-_Relatorio_Actividades_2011.pdf

CPCJ Matosinhos (2013) Relatório de Atividades 2012. Matosinhos, CPCJ. Disponível em:

http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/document/5399/Relatorio_Anual_de_Actividades_2012.pdf

CPCJ Matosinhos (2014) Relatório de Atividades 2013. Matosinhos, CPCJ. Disponível em:

http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/document/10812/1._Relatorio_Anual_de_Actividades.pdf

CPCJ Matosinhos (2015) Relatório de Atividades 2014. Matosinhos, CPCJ. Disponível em:

http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/document/10813/Relatorio_Anual_de_Actividades_2014_final_1_x.pdf

Cruz, Alexandra Sofia Cruz (2010) “A actividade comercial: uma reflexão sobre a feminização, juvenilização e precarização laboral” *in* Ferreira, Virginia (org) A Igualdade de Mulheres e de Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal - Políticas e Circunstâncias. Lisboa: CITE. Disponível em:

http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/Igualdade_CITE_NET.pdf.

Delgado, Anabela; Wall Karin (coordenadoras) (2014). Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. Disponível em:

<http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/images/INE/familiascensos2011.pdf>

Departamento de Educação Básica (2000). A Educação Pré-Escolar e os Cuidados para a Infância em Portugal. Estudo da OCDE. Lisboa: Departamento da Educação Básica.

Dias, Mariana (coord.) (2013), Estudos Horizonte 2013: Conceção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação – Relatório Final. Escola Superior de Educação de Lisboa, CIED. Disponível em:

https://infoeuropa.euocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000036267&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA

Divisão de Educação e Formação (2013) Projeto Educativo – Educação por todos e para todos, Câmara Municipal de Matosinhos. Disponível em: http://www.cm-matosinhos.pt/uploads/writer_file/document/5517/PEM_-_11_junho.pdf

Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência, Educação em Números – Portugal 2014. Disponível em:

[http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2014_EducacaoEmNumeros.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=DGEEC_DSEE_DEEBS_2014_EducacaoEmNumeros.pdf).

Durán, Maria Angeles (2013), O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?, Estudos 8, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego/Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Eurostat (2015) The EU is moving closer to its Europe 2020 goals on education, Eurostat News release, 15 April 2015.

Farinha, Carlos (coord.) (2012), Desigualdade Económica em Portugal. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em:

https://www.ffms.pt/upload/docs/desigualdade-economica-em-portugal-relatorio-final_T7YCXw79YEeFHJeJEqB4-g.pdf

Farinha, Carlos (2013), Moving the Goalposts not once but twice: Minimum Income Benefit in Portugal. EUROMOD research workshop. Disponível em:
<http://www.eapn.pt/download.php?file=2269>.

Feijão, Fernanda (2015) Estudo dos consumos de álcool, tabaco, drogas e outros comportamentos aditivos e dependências – 2015, SICAD/DMI/DEI. Disponível em:
http://www.sicad.pt/BK/EstatisticalInvestigacao/EstudosConcluidos/Documents/2016/SI CAD_ECATD_15_Sumário_Executivo.pdf.

Fernandes, Ana Alexandra (1997), Velhice e Sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal, Oeiras, Celta Editora.

Ferreira, Pedro Moura (2003), "Tendências e modalidades da conjugalidade". Sociologia, Problemas e Práticas, 43: 67-82. Disponível em:
<http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/43/471.pdf>

Foster, Holly (2011) Efeitos da Violência Física e Comunitária no Desenvolvimento da Criança, Texas, Columbia University, EUA. Disponível em: <http://www.encyclopedia-crianca.com/sites/default/files/textes-experts/pt-pt/2676/efeitos-da-violencia-fisica-familiar-e-comunitaria-no-desenvolvimento-da-crianca-.pdf>.

FRA - European Union Agency for Fundamental Rights, (2014), Poverty and employment: the situation of Roma in 11 EU Members State, Publications Office of the European Union, Luxemburg. Disponível em:
http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-2014-roma-survey-employment_en.pdf.

GDCC, Carta Social Europeia Revista, adotada em Estrasburgo, a 3 de Maio de 1996. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Disponível em:
http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html

Guerra, Isabel et al (2008) Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008-2013: Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais. Lisboa, IHRU. Disponível em:
https://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/ihru/pt/ihru/docs/publicacoes/relatorio1_planoestrategico_habitacao.pdf

Governo Português (2011) Plano Nacional de Reformas 2020. Disponível em:
http://www.observatorio.pt/destaque.php?lang=0&id_page=620.

Guerreiro, Ana et al (sd) Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as Jovens. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78885/2/115603.pdf>.

IESE (2015), Referencial da Coesão Social, Lisboa, Instituto de Segurança Social. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/13341/Referencial+Coes%C3%A3o+Social_PORTAL

INE (2012) Caracterização da população e das famílias a residir em Portugal, com base nos Censos 2011. Lisboa, Gabinete dos Censos 2021, Revista de Estudos Demográficos: 5 – 37. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=221030751&att_display=n&att_download=y

INE (2012) " Censos 2011 revelam o maior excedente de alojamentos em Portugal", in Destaque - Parque Habitacional em Portugal: Evolução na última década 2001-2011. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=149571899&att_display=n&att_download=y

INE (2014a) “Em 2013 a população residente reduziu-se em 60 mil pessoas” in Destaque – Estimativas de população residente em Portugal 2013, 16 de junho 2014. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=2182687

INE (2014b) “Projeções de população residente 2012-2060” in Destaque - Projeções de população residente 2012-2060, 28 de março de 2014. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819970&DESTAQUESmodo=2

INE, (2014c) “Inquérito à Fertilidade 2013”, Destaque – Inquérito à Fecundidade 2013, 30 de junho 2014. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=218666495&att_display=n&att_download=y

INE (2014d) “Taxa de desemprego estimada em 13.7%” in Destaque – Estatísticas do emprego – 1º trimestre 2015, 6 de maio 2015. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=229229588&att_display=n&att_download=y

INE (2015) “O risco de pobreza continuou a aumentar em 2013” in Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2014, 30 de janeiro de 2015. Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=223346238&DESTAQUESmodo=2.

INE, (2015), Destaque – Rendimentos e Condições de Vida - 2014, 16 de outubro, disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=224712503&DESTAQUESmodo=2.

Instituto de Segurança Social, 2015, CASA 2014 - Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Instituto de Segurança Social, IP. Disponível em:

http://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/Abril_2015/CASA2014.pdf.

Lima, Graça (2012) Carga da doença no concelho de Matosinhos e principais fatores de risco, 2003-2005, Unidade Local de Saúde de Matosinhos, Observatório Local de Saúde.

Lourenço, Nelson (sd) Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana?. Disponível em: <http://www.fd.unl.pt/Anexos/3841.pdf>.

Mateus, Augusto (coord.) (2015) Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em:

<https://www.ffms.pt/upload/docs/PortEuroUmBal3Dec.pdf>

Mendes, Manuela *et al* (2014) Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas. Lisboa, ACM. Disponível em:

<file:///C:/Users/ana%20cardoso/Documents/Matosinhos/estudonacionaisobreascomunidadesciganas.pdf>.

Middleton, Sue, *et al.*, (1997), Small fortunes, Joseph Rowntree Foundation, York.

Oliveira, Catarina (coord.) (2014) Monitorizar a integração de imigrantes em Portugal: relatório estatístico decenal. Lisboa, Observatório das Migrações, Alto Comissariado para as Migrações – ACM IP. Disponível em:

[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_ImigNumeros/Monitorizar a Integracao de Imigrantes em Portugal.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_ImigNumeros/Monitorizar_a_Integracao_de_Imigrantes_em_Portugal.pdf)

Organização das Nações Unidas, Convenção dos Direitos Humanos. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>.

Organização das Nações Unidas, Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência, resolução aprovada pela Assembleia-Geral em 9 de Dezembro de 1975. Disponível em:

<http://www.pcd.pt/apd/dedipede.php>.

Parente, C, et al (2014), 'Os jovens pouco escolarizados no mercado de trabalho português', *Análise Social*, Vol. XLIX, No. 210, pp. 75-102.

Pires, Rui Pena (coord.) et. al (2014), *Emigração Portuguesa – Relatório Estatístico 2014*. Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP. Disponível em:

http://www.observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=3924&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa2014_RelatorioEst.pdf

Perísta, Heloísa (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. Lisboa, *Análise Social*, XXXVII (163), 447-474. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218732780P9jPM6nt5Ik17YP4.pdf>.

Perista, Heloísa et al (2010) IPVow – Violência contra Mulheres idosas em Relações de Intimidade, Lisboa, CESIS. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/siic/wp-content/uploads/2015/02/IPVoW.pdf>.

Perista, Heloísa (coord.) (2012), *Género e Envelhecimento: Planear o futuro começa agora*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género / Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em:

http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/EstudoCIG_Genero_Envelhecimento.pdf

Pimental, Carla et al (2014) Diagnóstico de saúde da população do concelho de Matosinhos, Lisboa, Unidade de Saúde Pública de Matosinhos.

Pinto, Paula Campos (2014) *Monitorização dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência em Portugal*, Lisboa, Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos.

Disponível em: <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/230-relatório-paralelo-sobre-a-convenção-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiência-em-portugal>.

Pires, Rui Pena, et al (2015), *Emigração portuguesa: relatório estatístico 2015*, Lisboa, Observatório da Emigração / Rede Migra / CIES-IUL, ISCTE-IUL / DGACCP. Disponível em: http://observatorioemigracao.pt/np4/?newsId=4447&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa_RelatorioEstatistic.pdf.

Redruello, Dora (2010), *Desinstitucionalização das crianças e jovens com deficiência*, Lisboa, Instituto Nacional de Reabilitação.

Quaresma, Maria de Lurdes (2006), "Envelhecer – Desafios e Oportunidades nas Sociedades Contemporâneas", in *Viver, Vidas e Veredas da Raia*, nº1: 17-19, ADRACES.

Santana, Paula, coord, (2015) A Geografia da Saúde da População – Evolução nos últimos 20 anos, Coimbra, CEGOT, Universidade de Coimbra.

Sarmento, Manuel (2003), “As culturas de Infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade”. Crianças e Miúdos. Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação, Edições Asa, Porto, pp. 9-34.

Sarmento, Manuel *et al*, (2010), Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas, Edição Húmus, Vila Nova de Famalicão.

Servico de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, 2013, Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020, Lisboa, Servico de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Sousa, J., et al, (2007) Mais qualidade de vida para as pessoas com deficiência – uma estratégia para Portugal, CRPG, Gaia.

SSI - Sistema de Segurança Interna (2015) Relatório Anual de Segurança Interna 2014. Disponível em:

http://www.parlamento.pt/Documents/XIIILEG/Abril_2015/relatorioseginterna2014.pdf.

Torres, Anália (coord) (2008) Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, CIES-ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Disponível em: <http://www.cnpcjr.pt/CIES-ISCTE-Avaliação%20CPCJ-Sumário%20Executivo.pdf>.

UNICEF, A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em:

https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.

United Nations (2015), World Population Prospects - The 2015 Revision. New York, United Nations. Disponível em:

http://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf

Wall, Karin (2014), As Crianças e a crise em Portugal – Vozes de crianças, políticas públicas e indicadores sociais, 2013, UNICEF, Lisboa, disponível em:

<https://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-em-portugal/files/Relatorio-Unicef.pdf>.

54. Websites de referência

www.ine.pt

www.pordata.pt

www.dgs.pt

www.seg-social.pt

[http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt.](http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt)